

RICARDO SANTOS DA LUZ

TRABALHO ALIENADO EM MARX: A BASE DO CAPITALISMO

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação da Faculdade de Filosofia da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Agemir Bavaresco

PORTO ALEGRE
2008

RICARDO SANTOS DA LUZ

TRABALHO ALIENADO EM MARX: A BASE DO CAPITALISMO

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Agemir Bavaresco – PUCRS (Orientador)

Prof^ª. Dr^ª. Cecília Maria Pinto Pires – UNISINOS

Prof. Dr. Draiton Gonzaga de Souza – PUCRS

Para Vanda e Pedro,
Caroline e Ivone

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Vanda e Pedro, que me ensinaram a importância que a educação tem na vida de uma pessoa, o apoio constante e o exemplo de que sempre devemos buscar a realização de nossos sonhos;

Agradeço aos meus irmãos e irmãs a convivência;

Agradeço à minha filha Caroline a paciência e a compreensão da importância que essa pesquisa tinha para mim;

Agradeço à Ivone o apoio e incentivo constantes;

Agradeço ao Prof. Agemir Bavaresco a orientação e as importantes sugestões;

Agradeço ao Prof. José André da Costa as críticas e sugestões;

Agradeço ao Prof. Draiton Gonzaga de Souza que, desde o início, acreditou na viabilidade desta pesquisa, e que, percebendo a importância que ela tinha para mim, me deu todo o incentivo;

Agradeço à Prof^ª. Cecília Pires as importantes observações e apontamentos;

Agradeço ao Prof. Reinholdo Ullmann as correções;

Agradeço, finalmente, à PUC e ao CAPES, a estrutura e o apoio financeiro.

Aucun auteur n'a eu plus de lecteurs, aucun révolutionnaire n'a rassemblé plus d'espoirs, aucun idéologue n'a suscité plus d'exégèses, et, mis à part quelques fondateurs de religions, aucun homme n'a exercé sur le monde une influence comparable à celle que Karl Marx a eue au xx^e siècle.

Jacques Attali (2005, p. 11)

RESUMO

Esta pesquisa investiga em que consiste a crítica marxiana do trabalho alienado, quais os desdobramentos dessa forma específica assumida pelo trabalho e quais os caminhos a serem percorridos para a sua superação. Além disso, procura mostrar que, apesar das profundas mudanças ocorridas na nossa sociedade, desde a época em que essa crítica foi elaborada, o trabalho alienado continua fazendo parte da estrutura fundamental que garante o funcionamento do sistema capitalista de produção. Ao percorrermos os caminhos desta investigação, procuramos mostrar, inicialmente, que existe uma relação fundamental entre o trabalho e o desenvolvimento das potencialidades do ser humano, mas que o trabalho, também, pode impedir esse desenvolvimento, possuindo, assim, um caráter de ambigüidade. A seguir, investigamos a influência do pensamento hegeliano na elaboração da crítica marxiana do trabalho alienado, e em que consiste essa forma que o trabalho assume no sistema capitalista. Depois, investigamos os desdobramentos do trabalho alienado, os quais estão diretamente relacionados com a lógica de funcionamento do capitalismo. Esses desdobramentos são a propriedade privada, a divisão do trabalho e a transformação do trabalhador em mercadoria. Adiante, mostraremos os caminhos a serem percorridos, conforme a concepção marxiana de ser humano e da história, para a superação do trabalho alienado. Por fim, procuramos mostrar que a crítica marxiana do trabalho alienado continua atual, embora o antagonismo entre classes apresente uma complexidade muito maior, e o trabalho tenha assumido configurações muito diferentes daquelas existentes na época de Marx. Essa atualidade se sustenta no fato de que o antagonismo entre capital e trabalho nunca deixou de existir, e de que o trabalho, embora esteja cada vez mais sob o domínio do capital, a ponto de sua centralidade ser questionada, está indissociavelmente ligado à humanização dos seres humanos.

Palavras-chave: Trabalho Alienado. Propriedade Privada. Divisão do Trabalho. Comunismo. Marx. Luta de Classes. Capitalismo.

ABSTRACT

This research investigates the sense of marxian critics of the alienated work, the unfoldings of that specific form assumed by work, and the ways that must be gone for its overcoming. Moreover, it tries to expose that, in spite of the deep changes happened in our society, since the time of the elaboration of this critics, the alienated work continues to be a part of fundamental structure that guarantees the capitalist system of production. Advancing in the ways of this investigation, we try to expose, at first, that there is a fundamental relation between work and development of human being's potentialities, but that the work also can impede this development, having, in this way, an ambiguous character. After, we investigate the influence of the hegelian thinking concerning the marxian critic of the alienated work, and in what consists this form that work assumes in the capitalist system. And then, we investigate the unfoldings of the alienated work, that are directly relationated with the logic of capitalism's functioning. Those unfoldings are the private propriety, the work division and the change of the worker into merchandise. Then, we expose the ways that must be gone through, according to the marxian conception of the human being and of the history, towards the alienated work's overcoming. At last, we try to expose that the marxian critics of the alienated work stand actual, though the antagonism between classes has a very larger complexity, and the work has assumed very different configurations since Marx's time. That actuality is based on the fact that the antagonism between capital and work ever existed, and that the work, though it is more and more under capital's domination, but its centrality is called into question, is inseparably connected to the humanization of the humans beings.

Key words: Alienated Work. Private Property. Work Division. Communism. Marx. Class Struggle. Capitalism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 O TRABALHO E SUA ALIENAÇÃO.....	16
1.1 O trabalho e o ser humano.....	16
1.2 Trabalho alienado: por trás da estrutura do capital.....	22
1.2.1 A raiz hegeliana.....	22
1.2.2 Trabalho alienado na base do capitalismo.....	31
2 DESDOBRAMENTOS DO TRABALHO ALIENADO.....	38
2.1 Alienação do trabalho e propriedade privada.....	38
2.2 Divisão do trabalho e desumanização.....	44
2.3 O trabalhador como mercadoria.....	49
3 SUPERAÇÃO DO TRABALHO ALIENADO.....	56
3.1 Proletariado e práxis revolucionária.....	57
3.2 O comunismo e a superação da propriedade privada.....	61
4 TRABALHO ALIENADO NO CAPITALISMO PÓS-INDUSTRIAL.....	67
4.1 Trabalho alienado e luta de classes.....	69
4.2 As novas configurações do trabalho.....	78
4.3 Conflito entre trabalho e capital.....	82
4.4 Fim do trabalho?.....	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	98

INTRODUÇÃO

"Ignorar Marx é conveniente, mas também é ingênuo e irresponsável."

Ralf Dahrendorf (1982, p. 111)

A forma atual como a sociedade está organizada, para conseguir satisfazer as suas necessidades materiais, possui repercussões muito negativas, tanto para uma grande parcela dos seres humanos, quanto para a própria natureza¹. O sistema capitalista, mundialmente dominante, no que diz respeito à produção de bens e riquezas, tem como meta o constante aumento e acumulação dessa produção², pouco se preocupando com o desenvolvimento de ser humano enquanto tal. Essa despreocupação se justifica, à medida que o ser humano interessa, tão-somente, como instrumento que possa colaborar para a consecução das finalidades desse sistema. Portanto, o ser humano interessa ao sistema capitalista somente enquanto força de trabalho e não como um ser que sente, que sofre, que tem necessidades e desejos, e que quer desenvolver plenamente as suas potencialidades.

Diante dessa constatação, e das conseqüências que dela advêm, parece imprescindível a necessidade de discussão sobre a estrutura interna que dá sustentação ao sistema capitalista, bem como dos seus mecanismos de funcionamento. Uma compreensão adequada desse sistema pode proporcionar um alcance maior de visão no que se refere à busca de alternativas, no sentido de tornar possível a todos os seres humanos o atendimento de suas necessidades mais básicas, bem como o desenvolvimento pleno de suas potencialidades.

Marx, como se sabe, dedicou todo o seu esforço intelectual na tentativa de mostrar o capitalismo por dentro, apontando as suas contradições, seus sustentáculos, sua origem e desenvolvimento, bem como as suas conseqüências para o ser humano que trabalha. Nessa tentativa, procurou analisar criticamente a sociedade da sua época, e o fez criticando os socialistas utópicos franceses, os economistas políticos ingleses e a filosofia alemã³, com

¹ "O capitalismo requer e produz uma crença na indiferença da 'natureza' para com as atividades desenvolvidas sobre ela pelo homem, ponto de vista este sintetizado pelo modo de ver científico. A cultura do capitalismo exprime, desse modo, uma atitude voraz, e até mesmo predatória, para com o mundo material – posição que seria impossível, caso o mundo fosse representado como a 'mãe' Natureza. A função ideológica da ciência é tornar ilegítima essa visão animista, substituindo-a pela visão muito mais vigorosa da natureza como objeto, a servidora obediente e o tesouro submisso do homem" (Heilbroner, 1988, p. 98-99).

² "A lógica do capital consiste em acumular, acumular mais e sempre mais. O limite do processo de acumulação é o próprio capital; mais precisamente, o limite da acumulação é dado, em última instância, pelas contradições inerentes ao próprio movimento do capital" (Ohlweiler, 1986, p. 15).

³ "Havendo [...] bebido nas três grandes fontes, filosofia alemã, economia política inglesa, socialismo francês, Marx empreende em seus *Manuscritos de 1844* [...] um balanço de suas pesquisas. A chave de seu pensamento é então a noção de alienação do trabalho em direção à qual convergem as três fontes" (Garaudy, 1967, p. 53).

destaque de Hegel. A partir disso, foi desenvolvendo conceitos que proporcionavam uma compreensão da estrutura interna do capitalismo. Dentre esses conceitos, talvez o mais controvertido e comentado é o de *trabalho alienado*. Daí a importância do seu estudo para que se possa ter uma compreensão do modo de funcionamento do sistema capitalista de produção.

Nesse sentido, deve-se assinalar que o *trabalho*, e sua significação para o desenvolvimento do ser humano, tem uma importância fundamental na obra de Marx. Dessa forma, na crítica feita ao capitalismo, o filósofo alemão analisou o papel que o trabalho humano representa, tanto para o desenvolvimento, quanto para a própria sobrevivência desse sistema. Assim, partindo da concepção de que o trabalho tem um papel de extrema importância no desdobramento das potencialidades do ser humano, de que, ao modificar a natureza pelo trabalho, também o ser humano é modificado por ela, num processo de interação constante, que leva o ser humano a estágios cada vez mais elevados de desenvolvimento, Marx pôde formular a sua crítica do trabalho alienado – forma de trabalho essa que tem a prerrogativa de impedir esse desenvolvimento. A partir dessa crítica, procurou mostrar que o trabalho alienado é intrínseco ao capitalismo e que essa forma de organização econômica da sociedade leva a uma opressão cada vez maior do trabalhador. Procurou mostrar, também, que, pelo trabalho alienado, o trabalhador não se identifica com o produto do seu trabalho, com seu próprio trabalho, bem como não se identifica enquanto membro da espécie humana. Portanto, a superação do trabalho alienado é a condição que possibilita a superação de um sistema que impede o desenvolvimento do ser humano.

Porém, por que é possível o trabalho alienado? Se o trabalho é condição fundamental de desenvolvimento do ser humano, então por que enormes quantidades de seres humanos se deixam escravizar pelo trabalho? Essas são questões que, ao serem respondidas, poderão contribuir para mostrar o capitalismo por dentro, o seu poder e os seus reais interesses. Mas não se deve esquecer que Marx fez a sua crítica no século XIX. Assim, cumpre perguntar: qual a atualidade do conceito de trabalho alienado? E, ainda: em que medida esse conceito está relacionado com o atual estágio do capitalismo?

Considerando, portanto, a crítica marxiana do trabalho alienado e as conseqüências dessa forma deturpada de trabalho, tanto para a organização da sociedade, como para o próprio desenvolvimento do conjunto dos seres humanos, propomo-nos mostrar em que consiste o trabalho alienado, quais as suas características e desdobramentos, como é possível a sua superação, e, também, que esse conceito, embora tenha sido formulado no século XIX, possui, ainda, uma atualidade desalentadora.

Para conseguir esse intento, vamos, no primeiro capítulo, traçar um panorama da ligação íntima do trabalho com a formação e o desenvolvimento do ser humano, bem como com a crescente complexidade das organizações sociais humanas. Após essa visão geral sobre o trabalho, procuraremos mostrar que o mesmo, sob a égide do sistema capitalista de produção, adquire um forte caráter de alienação, e que o *trabalho alienado* constitui o substrato que possibilita a existência e o desenvolvimento do capitalismo. Porém, a fim de podermos compreender o processo de construção marxiana do conceito de trabalho alienado, faremos uma incursão pela influência que o pensamento hegeliano, mais especificamente aquele exposto na *Fenomenologia do Espírito*, exerceu sobre Marx. Compreendida, então, a gênese do conceito marxiano de trabalho alienado, mostraremos que o trabalho alienado, sob diversos aspectos, atinge diretamente a vida do ser humano que trabalha.

No segundo capítulo, mostraremos os desdobramentos do trabalho alienado e, ainda, que as características básicas do sistema capitalista de produção são, conforme a visão marxiana, originadas pelo trabalho alienado. Assim, inicialmente, será investigada a relação entre trabalho alienado e propriedade privada. Esta última, considerada um dos sustentáculos principais do sistema capitalista de produção, somente é possível pela existência do trabalho alienado. A seguir, será versado o processo de desumanização a que o trabalhador é submetido pela divisão do trabalho. Por fim, trataremos da transformação do trabalhador, no âmbito do capitalismo, em uma mercadoria como outra qualquer.

No terceiro capítulo, mostraremos que, para Marx, é possível a superação do trabalho alienado. Para que essa superação possa ocorrer, é necessária uma conscientização da classe trabalhadora de que o capitalismo é um sistema de produção histórico e que, portanto, pode ser substituído por outro, o qual tenha por pressuposto o ser humano. Também é necessário que teoria e prática estejam em uma relação dialética, a qual permita que a ação revolucionária da classe trabalhadora seja embasada por uma análise teórica da realidade, que mostre a estrutura interna de dominação capitalista. Para Marx, o comunismo é o sistema que permite o desenvolvimento pleno das potencialidades humanas e que volta a unir a individualidade do ser humano com o seu ser social.

No quarto capítulo, pretendemos mostrar que o conceito de trabalho alienado, formulado por Marx no século XIX, possui hoje uma atualidade que talvez o próprio filósofo alemão não pudesse prever. Se hoje o sistema capitalista existe em condições completamente diferentes daquelas que existiam na época em que o trabalho alienado foi primeiramente investigado, ao mesmo tempo, as conseqüências dessa alienação se fazem ainda sentir em larga medida, e com nuances que são próprias do atual estágio do capitalismo. A sociedade

atual passou por profundas modificações e crises que Marx não conheceu. Hoje o mundo está globalizado e o capital estende suas ramificações por todos os lados, fluindo de um lugar para outro na velocidade da luz. Entretanto, se a forma como o capitalismo se apresenta é diferente daquela do século XIX, a sua estrutura interna continua a mesma. É que, embora as necessidades atuais da sociedade capitalista tenham gerado tipos de trabalho muito mais diversificados e complexos do que os existentes na época de Marx, a forma de relação do capital com o trabalho basicamente não mudou.

Nesse sentido, pretendemos mostrar, nesse capítulo, que, embora as classes sociais tenham adquirido uma configuração muito mais complexa do que na época de Marx, a luta de classes continua existindo, e os interesses da classe trabalhadora continuam sendo opostos aos dos proprietários dos meios de produção. Também, apontaremos que, atualmente, o trabalho apresenta-se com configurações muito distintas daquelas existentes ao tempo de Marx, mas que, mesmo assim, o trabalho alienado está presente nas relações de produção existentes. A seguir, mostraremos que o antagonismo entre trabalho e capital, conquanto se apresente sob outras formas, continua tão presente quanto aquele que foi apontado pela crítica marxiana do sistema capitalista. Por fim, abordaremos, de forma geral, a postulação, feita por diversos teóricos, da perda da centralidade do trabalho, como mediador do desenvolvimento humano e das relações sociais, indicando que essa postulação confunde o trabalho alienado com o trabalho enquanto tal, assumindo, além disso, o ponto de vista do capital.

A importância da investigação do conceito de trabalho alienado também se deve ao fato de esse conceito perpassar toda a obra marxiana, embora não com a mesma intensidade e com a mesma evidência que tinha nas obras juvenis de Marx. Cumpre ressaltar, nesse ponto, a controvérsia entre os muitos comentadores e exegetas a respeito da unidade da obra marxiana. Alguns, notadamente aqueles que pretendem minimizar a influência hegeliana na fundamentação do pensamento marxiano, e que vêem em Marx o criador dos princípios do materialismo histórico e do socialismo científico, defendem que existe uma ruptura entre o pensamento do jovem Marx e o do Marx maduro, afirmando que o conceito de alienação, presente na construção teórica inicial de Marx, é um resquício idealista, advindo de uma forte influência hegeliana, e que esse conceito quase não aparece nos seus escritos posteriores. Outros, notadamente os que vêem no autor dos *Manuscritos* um filósofo humanista e preocupado com as condições degradantes a que os seres humanos são submetidos, no sistema capitalista de produção, defendem haver uma unidade na obra marxiana, e que o conceito de alienação nunca foi abandonado por Marx, embora não tenha a mesma visibilidade dos seus primeiros escritos.

Essa segunda interpretação está em acordo com uma concepção dialética do ser humano e da história. Conforme essa concepção, o desenvolvimento do ser humano é o resultado de um processo contínuo, que jamais chegará a um término definitivo, uma vez que as possibilidades humanas nunca serão totalmente alcançadas, já que ilimitadas. Da mesma forma, a história jamais chegará a um fim certo e definitivo, porque ela é, simplesmente, o resultado da ação dos seres humanos, ao longo do tempo. Essa posição, ao contrário do que afirmam seus críticos, não visa "hegelianizar" o pensamento de Marx, mas, apenas, reconhece no pensamento de Hegel a existência de poderosos instrumentos conceituais que contribuíram, de forma decisiva, para a construção da crítica marxiana ao sistema capitalista. Dentre os autores que defendem essa posição, podem ser citados o polonês Kolakowsky e húngaro Mészáros⁴.

Por outro lado, a primeira interpretação é muito mais compatível com a visão de um Marx que tem na crítica da economia política o centro de sua apreciação⁵; que concebe uma história determinista, e, conseqüentemente, um ser humano determinado, de forma inescapável, pelas condições materiais vigentes. Essa posição, que tem resultado em tantos mal-entendidos a respeito de Marx, é a defendida pelos burocratas do regime soviético, mas também pelo francês Althusser⁶. É ela que permite a um crítico como Karl Popper afirmar: "As relações de classe que caracterizam o sistema social são independentes da vontade do homem individual. Assemelha-se assim o sistema social a uma vasta máquina pela qual os indivíduos são apanhados e esmagados" (Popper, 1987, p. 120). Para corroborar essa afirmação, o filósofo austríaco se socorre da citação de um enunciado marxiano, no prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, que diz, conforme a tradução brasileira do seu livro *A Sociedade Aberta e seus Inimigos*: "Na produção social de seus meios de existência, os homens entram em relações definidas e inevitáveis que são independentes de

⁴ A título de ilustração, é interessante observarmos a lista dos representantes dessa interpretação do pensamento marxiano, presente em Gouldner (1983, p. 51): "Entre los marxistas críticos figuran Georg Lukács, el primer Karl Korsch, Antonio Gramsci, J.-P. Sartre, Lucien Goldmann, Rudolph Baro, Schlomo Avineri, Carmen Claudín-Urondo, el círculo *Telos* en sus días más lukácsianos, Vitor Pérez Díaz, el grupo 'News and Letters' de Detroit, y miembros actuales o anteriores de la 'Escuela de Francfort', como Max Horkheimer, T.W. Adorno, Franz Neumann, Leo Lowenthal, Erich Fromm, Walter Benjamin, Herbert Marcuse, y la segunda generación de esta Escuela: Albrecht Wellmer, Alfred Schmidt y Jürgen Habermas."

⁵ Essa interpretação desconsidera que, "para combater a alienação econômica e dirigir seus principais ataques contra as relações de propriedade, Marx procurou examinar o mecanismo destas relações, a anatomia da sociedade burguesa. Seu estudo da economia não lhe era fim em si mesmo, mas, tão-só, meio para o fim, que consistia na libertação do homem de sua alienação" (Plum, 1979, p. 167).

⁶ Uma lista mais ampla dos representantes dessa corrente também se encontra em Gouldner (Id., Ibid.): "Entre ellos se cuentan hombres como Galvano della Volpe, el marxista mandarín de la École Normale Supérieure Louis Althusser y los influidos por él, entre otros (en un tiempo), Nicos Poulantzas, Maurice Godelier, André Glucksmann, Charles Bettelheim, el líder intelectual de su avanzada sueca en Lund, Göran Therborn, y un director de la *New Left Review* británica, Robin Blackburn."

sua vontade. Essas relações produtivas constituem a estrutura econômica da sociedade" (p. 120). Não vê Popper que essa afirmação marxiana corresponde a um período específico da história humana, no qual o sistema de produção vigente procura impor-se como algo que está acima da vontade dos seres humanos, com a finalidade de submetê-los aos seus desígnios⁷.

Assim, a interpretação de Marx, como sendo um pensador "científico", que abandonou suas concepções teóricas juvenis, desemboca numa concepção rígida e finalística da sociedade e da história, que prevê, de forma incontestável, os caminhos a serem percorridos pela humanidade. Por outro lado, ao contrário, a compreensão de que existe uma unidade na obra marxiana, e de que Marx nunca abandonou o conceito de trabalho alienado, nem sua concepção dialética da história e do ser humano, não é compatível com uma interpretação determinista da história, nem com uma submissão inelutável do ser humano às condições materiais vigentes em um certo momento histórico. Portanto, partindo-se dessa compreensão, pode-se dizer que o estudo do conceito de trabalho alienado permite uma visão geral da obra marxiana como um todo, e, além disso, pode-se dizer que os seres humanos não estão determinados em suas ações, podendo, portanto, lutar para transformar qualquer estrutura de dominação que tenha sido construída historicamente.

Esta nossa investigação do conceito marxiano de trabalho alienado terá por base os *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, obra em que esse conceito foi mais detidamente estudado. Entretanto, diante da compreensão de que existe uma unidade na produção teórica de Marx, faremos incursões por outras obras desse autor, à medida que possam contribuir para esclarecer, tanto esse conceito, quanto os desdobramentos dele decorrentes. Além disso, recorreremos aos comentadores que procuraram fazer uma interpretação desse conceito, tentando observar e preservar a estrutura teórica do pensamento marxiano, de forma a ajudar a compreendê-lo, ao invés de transmutá-lo à medida de interesses partidários ou ideológicos.

Cumpramos esclarecer que os *Manuscritos* possuem uma recente tradução brasileira do texto original alemão⁸, feita com esmero por Jesus Ranieri e publicada pela editora Boitempo. Entretanto, optamos por utilizar a tradução portuguesa, das Edições 70. O motivo disso é que Ranieri traduz o termo *Entfremdung* por *estranhamento*, e a edição portuguesa traduz esse mesmo termo por *alienação*, que, seguramente, é a acepção consagrada nas diversas

⁷ Não se está, aqui, afirmando que o pensamento marxiano não possa ser contraditório em muitos pontos, mas, sim, que, para que se possa compreendê-lo, é necessário considerar as afirmações do filósofo alemão diante do contexto geral da sua obra.

⁸ Já havia sido feita uma tradução brasileira integral dos *Manuscritos*, publicada no livro *Conceito Marxista de Homem*, de Erich Fromm, editado pela Zahar Editores. Entretanto, essa tradução brasileira foi feita a partir da tradução para o inglês, realizada por Tom Bottomore.

traduções, tanto de textos dos mais importantes comentadores de Marx, quanto de textos do próprio filósofo alemão. Ranieri, além disso, traduz *Entäusserung* como *alienação*, mas, também, como *exteriorização*, *extrusão* e *objetivação*, e afirma que cada um desses termos (*Entäusserung* e *Entfremdung*) ocupam lugares distintos no sistema de Marx. Conforme Ranieri:

Entäusserung significa remeter para fora, extrusar, passar de um estado a outro qualitativamente distinto. Significa, igualmente, despojamento, realização de uma ação de transferência, carregando consigo, portanto, o sentido da exteriorização [...], momento da objetivação humana no trabalho, por meio de um produto resultante de sua criação. *Entfremdung*, ao contrário, é objeção socioeconômica à realização humana, na medida em que veio, historicamente, determinar o conteúdo do conjunto das exteriorizações – ou seja, o próprio conjunto de nossa socialidade – através da apropriação do trabalho, assim como da determinação dessa apropriação pelo advento da propriedade privada (Ranieri, 2004, p. 16).

Portanto, para Ranieri, *estranhamento* traduz melhor a relação que se dá, no âmbito do capitalismo, entre o trabalhador, de um lado, e o produto do seu trabalho, o ato de produção, o seu ser genérico e os demais seres humanos, de outro. A sua justificação para essa opção, em última análise, tem como base a origem etimológica dos termos *Entfremdung* e *Entäusserung*⁹.

Assim, de acordo com o tradutor brasileiro, *alienação* e *objetivação* seriam termos equivalentes, que significam um momento positivo no processo de desenvolvimento do ser humano. Preferimos, acompanhando os clássicos¹⁰, e no intuito de preservar a uniformidade no uso de um conceito tão caro ao pensamento marxiano, tomar por sinônimos *alienação* e *estranhamento*, considerando *objetivação* um termo distinto dos dois primeiros.

Dessa forma, no presente texto, utilizaremos o conceito *trabalho alienado* para designar a forma de trabalho deturpada, contrária ao desenvolvimento das potencialidades humanas, que ocorre no sistema capitalista de produção, e *alienação* para designar a forma deturpada da objetivação, onde o ser humano se exterioriza de uma forma que impede o seu desenvolvimento.

⁹ A esse respeito, verificar Ranieri (2001, p. 24).

¹⁰ Veja-se, a título de exemplo, a seguinte explicação de um dos tradutores da *Ciência da Lógica* de Hegel para o francês: "Jean-Pierre Labarrière e eu mesmo, em nossa tradução francesa da *Ciência da Lógica*, propusemos traduzir [o termo *Äusserung*] por 'externação', para distinguir do termo eminentemente positivo de *Entäusserung*, 'exteriorização'. Sabemos que *Äusserung* designa a simples saída de si de uma interioridade, sem que seja decidido se esta 'saída' conduzirá ou não a uma autêntica determinação reflexiva de si mesmo (neste caso se falará de *Entäusserung*) ou a uma perda de si sem retorno em uma realidade definitivamente estrangeira (o que seria, no sentido próprio, uma *Entfremdung*, uma 'alienação')" (Jarczyk, 1984, p. 118).

1 O TRABALHO E SUA ALIENAÇÃO

1.1 O trabalho e o ser humano

"O trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade –, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana."

Karl Marx (2004b, p. 64-65)

A relação que o ser humano tem com o trabalho remonta aos tempos em que o seu caráter de humanidade apenas estava principiando seu desenvolvimento. Assim, o trabalho tem acompanhado, ao longo da história, a evolução dos seres humanos em seus mais diversos aspectos, sejam eles cognitivos, emotivos, afetivos, motores, criativos, imaginativos e outros que se possam relacionar. Portanto, podemos dizer que o ato de trabalhar praticamente se confunde com a história do desenvolvimento humano.

Mas por que o ser humano trabalha? Em que exatamente consiste essa atividade? Em que ela se diferencia das demais atividades humanas? Quais as características que lhe são peculiares? O que o trabalho tem a ver com a humanidade dos seres humanos? Quais as funções que ele pode assumir nas sociedades humanas?

a) *O trabalho e a necessidade de sobrevivência*

Inicialmente, quando os seres humanos viviam de forma nômade, os alimentos estavam disponíveis na natureza e bastava que fossem extraídos na medida suficiente para satisfazer as suas necessidades de sobrevivência. Mas, a partir do momento em que os grupos sociais passaram a viver de forma sedentária, o ser humano passou a ter uma relação diferente com a natureza. Os alimentos de uma determinada região eram consumidos mais rapidamente do que a natureza poderia repô-los e, então, os homens passaram a se dedicar a atividades agrícolas, de forma a obterem os alimentos na quantidade e variedade desejadas. Portanto, a partir deste momento, o trabalho passou a fazer parte indissociável da vida dos seres humanos. Nessa situação, não resta dúvida, o trabalho tem a função de satisfazer uma necessidade humana não proporcionada diretamente pela natureza.

O trabalho surgiu, então, como um meio de satisfazer necessidades humanas, mais especificamente, as necessidades diretamente ligadas à sua sobrevivência¹¹. Mas, para que essa atividade pudesse ser executada, o homem precisou encontrar meios de fazer que a natureza fosse transformada, de maneira a fornecer os bens almejados. E, assim, foram sendo criados os instrumentos de trabalho. Estes eram inicialmente encontrados na própria natureza, tais como, uma pedra pontiaguda que poderia ser usada, por exemplo, para arar a terra. Mas, ao longo do tempo, foram sendo aperfeiçoados, de forma a que se obtivessem resultados melhores e com menos esforço. Ocorre que o aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho pressupõe um aperfeiçoamento do próprio homem o qual, à medida que trabalhava, ia desenvolvendo habilidades antes desconhecidas, as quais iam se somando às anteriormente adquiridas também pelo trabalho¹².

b) *O trabalho e as novas necessidades culturais*

Nesse sentido, o trabalho parece adquirir uma nova configuração, pois, se o ser humano vai adquirindo e desenvolvendo novas habilidades, à medida que trabalha, então o trabalho não tem unicamente a função de servir como meio de satisfação de necessidades humanas ligadas à sobrevivência, mas, também, faz com que o ser humano avance para um novo estágio de desenvolvimento. Essa situação não deixa de ser interessante, pois o ser humano, que se dirige à natureza de forma ativa, buscando, tão-somente, a satisfação de suas necessidades, acaba, por meio do trabalho, sendo transformado por ela¹³, que, inicialmente, consistia no pólo passivo da relação. É que, ao trabalhar, o ser humano, muitas vezes, depara-se com dificuldades que acabam por incentivar a tentativa de criação de meios para superá-

¹¹ Há estudiosos que têm uma visão diferente: "O trabalho, segundo Bücher, não nasceu da compulsão em satisfazer necessidades imediatas da vida, mas de móveis ou impulsos que estão além do imperativo da necessidade, tais como o jogo e a dança" (Astrada, 1968, p. 33).

¹² "Pelo trabalho o homem instrumentaliza os objetos que lhe são amanciais e os transforma em recursos para a ação sobre a natureza. Não é, portanto, a simples presença e apreensão das coisas que as torna o ponto de partida de uma representação consciente, mas a manipulação e fabricação das coisas para servirem de meios de ação relativamente a outras. Só então tem início o processo de transformação da natureza pelo homem, aquilo em que propriamente o trabalho consiste. Mas ao mesmo tempo inicia-se aí também a humanização do homem, pela formação da consciência reflexiva, capaz de apreender a realidade do mundo em forma de idéias abstratas. Ao fabricar e usar um objeto para atuar em outro, a consciência de fato surge porque nessa relação entre as coisas vem a perceber o vínculo objetivo que as liga, ou seja, capta nessa relação a racionalidade da ação dos seres naturais uns sobre os outros. Claro está que não é apenas o momento inicial da descoberta amanciais do mundo que merece ser chamado trabalho. Este é constituído por todo um processo, longo e de complexidade crescente. Só o desenrolar das operações, em repetições e avanços progressivos chega a constituir uma consciência verdadeira humana, e supõe o concomitante progresso da evolução cerebral" (Pinto, 1985, p. 341-342).

¹³ "[...] a produção – o trabalho – conduz à mudança, não somente de seu objeto, a natureza, mas também de seu sujeito: o homem, a natureza humana. Enquanto objetivamente, considerado sob um ângulo material, o trabalho se apresenta como produção sempre renovada de objetos aptos a serem utilizados pelo homem, como a acumulação da riqueza objetiva, por outro lado, sob o ângulo subjetivo, ele nada mais é do que o processo da criação e da acumulação de novas capacidades e qualidades humanas" (Márkus, 1974, p. 84).

las. Nessa tentativa de criação, ele termina por descobrir e desenvolver habilidades antes desconhecidas.

No entanto, a superação de dificuldades, encontradas durante a execução do seu trabalho, não proporciona ao ser humano apenas a aquisição de novas habilidades. Proporciona, também, uma nova forma de relação com a natureza e consigo mesmo. E isso, porque ele descobre, tanto na natureza, como em si mesmo, possibilidades que antes não faziam parte da sua visão de mundo. Assim, o ser humano vai se compreendendo como ser com potencialidades que podem ser desenvolvidas, à medida que trava com a natureza uma permanente relação de troca. Nessa relação, tanto ser humano quanto natureza saem modificados. Esta última, por meio do trabalho empregado nela, e aquele, pelas habilidades adquiridas, e pela nova compreensão, assim da natureza como de si mesmo.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (Marx, 2004b, p. 211).

Mas, esse desenvolvimento do ser humano, que acontece à medida que ele trabalha, vai gerando a existência de novas necessidades. Assim, se inicialmente ele se contentava com viver em cavernas e colher as frutas disponíveis na natureza, no momento em que passou para um estágio de desenvolvimento maior, passou também a ser mais exigente, morando em habitações construídas e comendo alimentos cultivados. As vestimentas, inicialmente bastante rudimentares, com o tempo passaram a ser feitas com tecidos mais leves e confortáveis. É claro que o desenvolvimento do ser humano, a partir da sua relação com a natureza, ocorre em um processo muito lento, e, como observa Marx, "a *formação* dos cinco sentidos é a obra de toda a história mundial anterior" (Marx, 1964, p. 199). Porém, a despeito do tempo requerido para que o ser humano adquira um novo estágio de desenvolvimento, o fato é que, à medida que se desenvolve, cria novas necessidades, e essas, como não poderia deixar de ser, também vão sendo satisfeitas pelo trabalho empregado sobre a natureza.

Dessa forma, as necessidades humanas, que de início eram diretamente ligadas à sobrevivência, com o tempo, passaram a ser também culturais, de modo que o trabalho por igual passou a ser empregado na satisfação deste outro tipo de necessidade. Mas, diante de um estágio mais avançado de desenvolvimento do ser humano, é preciso um estágio mais avançado de trabalho. Assim, na proporção em que os seres humanos foram se organizando

em sociedades, e que estas foram se tornando mais complexas, também mais complexos passaram a ser os tipos de trabalhos empregados, no sentido de darem conta das demandas desses grupos organizados de pessoas. A evolução do ser humano, dessa forma, está diretamente ligada ao trabalho que ele realiza sobre a natureza¹⁴.

Porém, o trabalho, certamente, não é a única atividade desenvolvida pelos seres humanos. Quando estes se entregam ao lazer ou ao desfrute de obras de arte, também estão, de alguma forma, se relacionando com a natureza, mas não no sentido de obterem algum bem, mediante uma atividade direcionada para tal fim. Também, se pode dizer que o lazer e a apreciação de uma obra de arte referem-se a uma fruição espiritual, diferentemente do que ocorre com o trabalho, que requer uma concentração específica, com vistas a atingir um resultado desejado. Porém, isso não significa que, ao trabalhar, o homem não possa também sentir uma fruição espiritual. Nesse caso, o trabalho não é visto somente como uma atividade exercida objetivando a transformação da natureza, mas também como algo que causa deleite àquele que o executa. Isso seria possível, se o trabalhador se identificasse de tal forma com a atividade exercida, que a própria atividade acabasse sendo até mais importante que o seu resultado.

c) Trabalho manual e intelectual

De qualquer forma, o trabalho representa apenas uma, dentre tantas outras atividades que o ser humano pode exercer. No entanto, é certo que é uma atividade diferenciada, uma vez que tem a característica de transformar o ser que a exerce. Mas, essa transformação do ser humano, à medida que ele se relaciona com a natureza, por meio do trabalho, pode-se dar, tanto através do trabalho manual, quanto do intelectual. Entretanto, essas duas formas de expressão do trabalho têm sido tratadas de maneiras diferentes ao longo da história. Já desde a Grécia Antiga se tinha a noção de o trabalho intelectual estar hierarquicamente mais bem situado que o manual, de tal forma que o primeiro cabia àquelas pessoas de condição social superior, ao passo que o segundo competia às pessoas que se encontravam em patamares inferiores na escala social. Sem dúvida, essa forma de ver o trabalho manual é compatível com a idéia de que a escravidão é legítima, e até necessária, para o bom funcionamento da sociedade.

¹⁴ "Solo el trabajo posee, de acuerdo con su esencia ontológica, un carácter expresamente transicional: es, según su esencia, una interrelación entre el hombre (sociedad) y la naturaleza y, por cierto, tanto con la inorgánica (herramienta, materia prima, objeto de trabajo etc.) como con la orgánica, que, sin duda, en determinados puntos, puede figurar igualmente en la sucesión recién indicada, pero ante todo caracteriza en el propio hombre que trabaja la transición desde el ser meramente biológico al social" (Lukács, 2004, p. 58).

Posteriormente, na modernidade, a separação cartesiana entre corpo e alma, seguindo a mesma linha da filosofia grega clássica, reforça a idéia de inferioridade do trabalho manual, uma vez que este é exercido pelo corpo, que é falível e temporário, ao passo que o trabalho intelectual é exercido pela alma, que é imortal. Porém, essas duas formas de trabalho atuam no desenvolvimento das potencialidades humanas, uma vez que são interdependentes. Embora, aparentemente, o trabalho manual esteja muito mais próximo de uma atividade que transforma a natureza, também o trabalho intelectual, máxime aquele relacionado com as ciências empíricas, realiza essa transformação, pois, se não o faz diretamente, prepara o caminho para que isso ocorra. Já o trabalho intelectual dedicado às ciências humanas parece ser mais difícil relacionar-se com algum tipo de transformação da natureza. Mas, isso ocorre, porque, aparentemente, existe uma diferença bem delimitada entre teoria e prática, como se uma fosse de todo independente da outra. Se considerarmos, entretanto, que teoria e prática se complementam, e que ambas possuem uma relação de interdependência¹⁵, na qual uma possibilita o avanço da outra, então podemos dizer que a atividade teórica também possui uma função transformadora da natureza¹⁶. Dessarte, embora o trabalho manual e o intelectual atuem de formas diferentes, ambos se equivalem como meios que possibilitam a transformação, tanto da natureza, quanto do ser humano.

d) *O caráter ambíguo do trabalho*

O trabalho, portanto, é um instrumento de mediação entre o ser humano e a natureza, que permite a transformação de ambos, à medida que, através dele, se relacionam¹⁷. Nessa relação, a natureza adquire feições humanas, uma vez que a sua transformação reflete a intervenção nela feita pelo ser humano, através do trabalho; e o ser humano, por sua vez, é

¹⁵ "A passagem da relação prática [entre ser humano e objeto] à relação teórica não significa absolutamente uma transcendência do mundo objetivo, uma separação entre a consciência e as necessidades humanas, algo similar a uma pura contemplação. Ao contrário: essa passagem (que significa o reconhecimento do objeto no que ele é em si e no modo *como* ele existe em si) resulta do fato de que as necessidades que determinam o conhecimento tornam-se cada vez mais numerosas e universais, e se dirigem à totalidade do objeto, da natureza e do homem: o que só se tornou possível graças ao desenvolvimento da produção material, à objetivação do homem, à universalização do processo de transformação da natureza" (Márkus, 1974, p. 66).

¹⁶ "[...] Marx acentua o fato de que o trabalho (mesmo o intelectual) apresenta sempre um lado material natural que não é uma criação pura, independente do material existente, mas transformação, assimilação da natureza" (Fetscher, 1970, p. 61).

¹⁷ "Transformando a natureza exterior, o homem fez com ela um mundo à sua medida, um mundo humano, e assim acrescentou o humano à natureza. Mas também teve de se transformar a si mesmo, pois tampouco em sua própria natureza estava o humano dado previamente. [...] É precisamente o trabalho que lhe permitiu elevar-se sobre a natureza objetiva ao criar um mundo de objetos humanizados, e, ao mesmo tempo, colocar-se acima de sua própria natureza subjetiva, acima do que tem de ser natural, e assim criar para si uma subjetividade humana" (Vázquez, 1968, p. 82-83).

desafiado a desenvolver as suas potencialidades. Marx assim resume a importância do trabalho para a vida do ser humano:

O trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade –, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana¹⁸ (Marx, 2004b, p. 64-65).

Entretanto, em sociedades, nas quais o trabalho de alguns é, tão-somente, um meio para satisfazer as necessidades ou caprichos de outros, ele, ao invés de proporcionar o desenvolvimento das capacidades do trabalhador, passa a atuar no sentido de desumanizá-lo. Essa situação é particularmente visível em sociedades escravocratas, nas quais o trabalho se torna algo forçado e penoso.

No entanto, também em sociedades mais complexas, que já dispensaram a escravidão, ao menos de modo oficial, o trabalho pode ser utilizado, simplesmente, como um meio para se conseguir uma finalidade, de todo alheia às necessidades do trabalhador. Igualmente, nessas sociedades, o trabalho se transforma em um instrumento de opressão do trabalhador, impedindo que ele possa desenvolver de maneira plena as suas capacidades. É esse o caso da sociedade capitalista, na qual o trabalhador constitui apenas um meio para que se possa conseguir o aumento constante da produção de riquezas.

Dessa forma, se o trabalho pode ser um instrumento de desenvolvimento das potencialidades do ser humano, mas, também, impedir esse desenvolvimento, ele possui um caráter de ambigüidade¹⁹. Entretanto, se o trabalho estiver sendo utilizado como forma de oprimir o ser humano, por que continua sendo realizado? Supondo que todo ser humano tem interesse em alcançar o seu pleno desenvolvimento, por que se submete a uma forma de trabalho que lhe impede a consecução desse intento? Ocorre que, pela forma como a sociedade capitalista está organizada, o trabalhador tem, no seu trabalho, o único meio de que

¹⁸ Sobre a utilização, nessa afirmação marxiana, do termo "valor de uso", Lukács (2004, p. 59) afirma: "En una consideración tal de la génesis, no hay que escandalizarse ante la expresión 'valor de uso' como un término ya excesivamente económico. Antes de que el valor de uso haya entrado en una relación de reflexión con el valor de cambio – lo cual solo puede ocurrir en un estadio ya relativamente mucho más elevado –, el valor de uso no designa más que un producto de trabajo que el hombre está en condiciones de aplicar provechosamente en la reproducción de su existencia."

¹⁹ "Se podemos considerar o trabalho como um momento fundante da sociabilidade humana, como ponto de partida do processo (sic) de seu processo de humanização, também é verdade que na sociedade capitalista o trabalho se torna assalariado, assumindo a forma de trabalho alienado. Aquilo que era uma finalidade básica do ser social – a busca de sua realização produtiva e reprodutiva no e pelo trabalho – transfigura-se e se transforma. O processo de trabalho se converte em meio de subsistência e a força de trabalho se torna, como tudo, uma mercadoria especial, cuja finalidade vem a ser a criação de novas mercadorias objetivando a valorização do capital" (Antunes, 2005, p. 69).

dispõe para garantir a sua sobrevivência, e assim, mesmo que o trabalho, nessa sociedade, seja desumanizante, o trabalhador precisa submeter-se a ele.

A dimensão desumanizante do trabalho realiza-se, na sua plenitude, no sistema capitalista de produção, e é dentro dos limites desse sistema que pretendemos investigá-la. No capitalismo, o trabalho apresenta-se de forma alienada em relação ao trabalhador e, por isso, impede que ele possa desenvolver as suas potencialidades. Mas, além disso, o trabalho alienado é a própria condição que possibilita a existência do sistema capitalista.

1.2 Trabalho alienado: por trás da estrutura do capital

O conceito de trabalho alienado é um dos mais caros ao pensamento de Marx e, embora tenha surgido já no início de suas reflexões acerca da estrutura que sustenta o capitalismo, aparece também na sua obra de maturidade²⁰. É um conceito-chave para compreender a argumentação marxiana a respeito das relações que se dão, na forma capitalista de produção, entre o trabalho e o capital. Mas, também, mostra em que medida o próprio trabalhador se relaciona com o seu trabalho, consigo mesmo e com os demais seres humanos.

É nos *Manuscritos Económico-Filosóficos* que esse conceito é elaborado por um Marx bastante preocupado em desvendar os mecanismos internos da dominação capitalista sobre o trabalhador. Porém, esse conceito possui uma raiz hegeliana, da qual Marx parte para fazer sua crítica, embora tenha criticado a forma com que Hegel teoriza a respeito do trabalho. De qualquer forma, para uma compreensão mais clara das origens desse conceito, é necessária uma incursão no pensamento hegeliano.

1.2.1 A raiz hegeliana

"Já não se pode ser hegeliano. Depois de Hegel, a vida transformou-se, e também o pensamento da vida. A sua concepção do mundo sofreu o desgaste do tempo e foi submetida à crítica de Marx,

²⁰ Conforme Mészáros (2006, p. 26), "atribuir o conceito de alienação exclusivamente ao período de juventude é falsificar grosseiramente o 'Marx maduro' [...] solapando a unidade e a coerência interna de seu pensamento". Também podemos ler em Kolakowski (1985, p. 267-268): "El término 'alienación' aparece aún con frecuencia en los *Grundrisse* (1857-1858), pero es menos común en los escritos posteriores de Marx, y rara vez usado en *El Capital*. Sin embargo, éste es un cambio de lenguaje y no de contenido; el proceso por el que el trabajo del hombre y sus productos se vuelven extraños a él es descrito en *El Capital* en términos que muestran claramente que Marx tiene presente el mismo fenómeno desarrollado en los Manuscritos."

destrutiva ao mesmo tempo que compreensiva, crítica essa inspirada numa dialética regenerada."

Jacques d'Hondt (1999, p.54)

A influência de Hegel sobre o pensamento marxiano, e a sua dimensão, é uma questão à qual muitos comentadores têm se dedicado. Há alguns que tentam minimizá-la, notadamente aqueles que vêem em Marx o economista político, criador dos princípios do socialismo científico e do materialismo histórico. Outros, ao contrário, sustentam que Marx nunca se afastou de todo de Hegel, e que foi fortemente influenciado pelo filósofo idealista nos seus escritos de juventude, notadamente aqueles que vêem no autor dos *Manuscritos* um filósofo humanista. Para os primeiros, existe uma ruptura na obra marxiana, justificada pelo fato de que o jovem Marx, preocupado com questões filosóficas, ter-se-ia tornado no Marx maduro, preocupado com questões históricas e econômicas e, também, pelo fato de que os conceitos elaborados na juventude do filósofo alemão teriam sido abandonados na sua maturidade. Para os segundos, por outro lado, existe uma unidade nessa obra, uma vez que muitos dos conceitos de que Marx se vale, nos seus escritos de maturidade, já existiriam, pelo menos em forma embrionária, nos seus escritos de juventude, e, além disso, as suas preocupações filosóficas e humanísticas nunca teriam deixado de estar por trás de quaisquer de suas investigações.

Independentemente dessa discussão, o fato é que o jovem Marx foi um discípulo atento de Hegel, e participava, junto com seus colegas – conhecidos como "jovens hegelianos" e com os quais acabou rompendo, uma vez que eles estudavam a obra hegeliana de forma dogmática –, de debates sobre o pensamento de seu mestre. No entanto, Marx discordava da forma idealista como Hegel interpretava a realidade, pois entendia que tal forma não levava em consideração a concretude da vida real. Apesar disso, é necessário dizer que Marx viu no pensamento hegeliano uma poderosa ferramenta de crítica, que, contudo, deveria ser destituída de seus elementos idealistas.

Quando Hegel concebe a riqueza, o poder do Estado, etc., como entidades alienadas do ser humano, concebe-os apenas na sua forma de pensamento – por conseqüência, uma alienação do pensamento filosófico puro, isto é, abstrato. [...] Toda a história da alienação e toda a retração da alienação se reduz, portanto, à história da produção do pensamento abstrato, isto é, do pensamento absoluto, lógico, especulativo. A desapropriação que forma o interesse real da alienação e a abolição da alienação, é a oposição do *em si* e *para si*, da *consciência* e da *autoconsciência*, do *objeto* e do *sujeito*, isto é, a oposição do pensamento abstrato e da realidade sensível ou da existência sensorial real, no interior do próprio pensamento (Marx, 1964, p. 243).

A alienação, conforme o ponto de vista hegeliano, ocorre no âmbito da consciência e do pensamento. Dessa forma, a riqueza ou o poder do Estado, embora tenham uma dimensão material e concreta, são concebidos como seres de pensamento²¹, e a alienação deles em relação à essência humana acontece somente como forma de pensamento. Assim, ocorre uma alienação deles em relação ao pensar puro ou abstrato-filosófico. Da mesma forma, a alienação se dá como oposição entre consciência e autoconsciência, entre sujeito e objeto. Esta compreensão da alienação somente pode ter sentido dentro de uma perspectiva idealista, que Marx critica, embora dela seja devedor. E no âmbito desta crítica, afirma que, para Hegel,

[...] só o *espírito* constitui a *autêntica* essência do homem, e a verdadeira forma do espírito é o espírito pensante, o espírito lógico, especulativo. A *humanidade* da natureza e da natureza produzida pela história, dos produtos do homem, manifesta-se no fato de serem *produtos* do espírito abstrato e nessa medida, portanto, fases do *espírito*, *entidades do pensamento*. A Fenomenologia é deste modo a crítica oculta, ainda pouco clara e mistificadora (Marx, 1964, p. 244).

Porém, Marx reconhece na *Fenomenologia do Espírito* os elementos que permitirão criticar a alienação:

[...] mas, na medida em que apreende a *alienação* do homem – embora o homem apareça apenas na forma de espírito – nela se contêm veladamente *todos* os elementos da crítica e se encontram amiúde já *preparados* e *elaborados* de uma maneira que vai muito além do ponto de vista de Hegel. A 'consciência infeliz', a 'consciência honesta', a luta da 'consciência nobre e da consciência vil', etc., etc., estas seções individuais contêm os elementos *críticos* – se bem que em forma alienada – de esferas globais como a religião, o Estado, a vida civil, etc. (Marx, 1964, p. 244).

Portanto, já se encontra no pensamento hegeliano a estrutura argumentativa a partir da qual Marx fará a sua crítica da alienação e, mais especificamente, da alienação do trabalho. Se Hegel não pôde fazer a crítica do trabalho alienado, foi, tão-somente, porque se manteve preso nos liames do idealismo²², embora tenha preparado e elaborado conceitos que a teriam permitido. O potencial crítico desses conceitos não é ignorado pela crítica marxiana do idealismo hegeliano, e a tarefa de Marx consistiu em dar uma roupagem histórico-materialista

²¹ Hegel, no § 495 da *Fenomenologia do Espírito*, refere-se, explicitamente, ao poder do Estado e à riqueza como sendo "duas potências espirituais" (Hegel, 2003, p. 344).

²² "Hegel ne peut pas résoudre le problème de l'aliénation, parce qu'il fait abstraction de la *forme déterminée* de production et se contente de parler d'une manière toute générale du 'besoin' commun. La Philosophie de l'Esprit, restée fidèle à ses origines théologiques, a ignoré l'essor des sciences de la nature et celui parallèle des techniques industrielles; elle n'a pas vu que l'homme, dans le travail industriel, se fait chose, au lieu de s'extérioriser positivement" (Löwith, 1969, p. 335).

para esses conceitos²³. Mas, ao realizar essa tarefa, ele deixa claro qual a contribuição do pensamento de Hegel, mais especificamente aquele exposto na *Fenomenologia*:

O grande mérito da *Fenomenologia* de Hegel e do seu resultado final – a dialética da negatividade enquanto princípio motor e criador – reside, em primeiro lugar, no fato de Hegel conceber a autocriação do homem como um processo, a objetivação como perda do objeto, como alienação e como abolição da alienação; e no fato de ainda apreender a natureza do *trabalho* e conceber o homem objetivo (verdadeiro, porque homem real), como resultado do seu *próprio trabalho*. A orientação *real*, ativa, do homem para si mesmo enquanto ser genérico ou a afirmação de si próprio como ser genérico real, quer dizer, como ser humano, só é possível na medida em que ele realiza todos os seus *poderes específicos* – o que, por sua vez, só é possível através da ação coletiva dos homens e como resultado da história – e trata estes poderes como objetos. Mas isto só é viável na forma de alienação (Marx, 1964, p. 245).

Portanto, Hegel tem o grande mérito de reconhecer o ser humano como resultado de um processo e, em decorrência disso, como ser histórico. Além disso, a autoprodução do ser humano está diretamente ligada com o seu trabalho – o que justifica o fato de Marx, que evidentemente concordava com essa concepção hegeliana, colocar o trabalho, na sua forma alienada, como um dos pilares centrais de sua crítica ao regime capitalista de produção. Porém, Hegel não faz a distinção entre objetivação e alienação²⁴, pois considera que ambas se referem ao processo pelo qual a consciência se aliena de si mesma para depois retornar a si, em um estágio mais elevado de autoconhecimento²⁵. Dessa forma, possuem apenas o aspecto positivo de permitirem o desenvolvimento do ser humano, através de sua relação com o mundo exterior. Nesse ponto, a discordância de Marx, em relação a Hegel, é muito clara:

Porque, para Hegel, a consciência também depende do objeto, mas este é no fundo um princípio de alienação da consciência, é o calvário que a consciência deve atravessar para que ela própria chegue a ser aquilo que de fato é: Espírito absoluto. E enquanto o Espírito não se realizar, a dicotomia, que deve ser superada, é princípio de alienação para o Espírito. Assim, em Hegel, a alteridade sempre é

²³ "Partant de cette critique du 'spiritualisme' hégélien, Marx a exposé une vision 'matérialiste' de l'histoire conçue comme véritable histoire naturelle, montrant un homme en chair et en os 'aspirant et expirant toutes les forces de la nature', dans son comportement vis-à-vis d'un monde des objets réels" (Löwith, 1969, p. 337).

²⁴ "[...] Hegel confunde a alienação inumana que ocorre na sociedade capitalista com a objetividade em geral; e pretende, de modo idealista, abolir não aquela alienação, mas esta objetividade. Tal mistificação é gerada pelo fato de que riqueza, poder do Estado etc., por exemplo, são concebidos somente em sua forma ideal, como essências ideais, e não como potências alienadas da essência humana" (Lukács, 2007, p. 188).

²⁵ "[...] para Hegel, a oposição historicamente mutável de sujeito-objeto é tão-somente uma forma que expressa no plano da história aquela contradição *meta-histórica*, aquela cisão eterna que caracteriza a natureza do homem. O homem enquanto *essência espiritual* é a expressão de uma *essencialidade* universal, *coletiva e comum* a todos os homens, sendo – nessa relação – idêntico a qualquer outro homem. Mas, ao mesmo tempo, enquanto homem material, dotado de corpo, é completamente diferente de qualquer outro, algo inacessível e impenetrável. Toda a concepção hegeliana de alienação é penetrada por essa pressuposição fundamental metafísico-idealista, a qual, ademais, leva Hegel a estabelecer uma coincidência entre supressão da alienação e liquidação de toda objetividade material" (Márkus, 1974, p. 41).

alienante: é alienante para o sujeito que se distrai no mundo dos objetos e deve vencê-los para descobrir o fundo de absoluto que traz em si; e é alienante para a subjetividade absoluta, enquanto esta não resolver a dicotomia em si. Em Marx, a alienação apresenta caráter totalmente diferente, mesmo porque o objeto não substitui a subjetividade absoluta, ele não passa a desempenhar as funções atribuídas por Hegel ao Espírito. Agora, já não se busca superar o objeto, ou dizer que o objeto em si mesmo constitui um princípio de alienação; como também não se pretende que o sujeito seja em si mesmo alienado, já que encontra seu ser na objetividade. Destituído o Absoluto, a alienação não pode mais exercer um papel essencial ou constitutivo da realidade. Ela passa a ser um fenômeno derivado, secundário, característico, de modo peculiar, da fase capitalista dos meios de produção, e que por isso mesmo deve ser superado: aqui está a justificativa última que autoriza a revolução preconizada por Marx (Bornheim, 1983, p. 185-186).

Portanto, Marx, ao contrário de Hegel, faz a distinção entre objetivação e alienação²⁶, considerando a objetivação como um aspecto positivo no desenvolvimento do ser humano, e a alienação como um aspecto negativo desse processo. A objetivação e a alienação são analisadas em seu aspecto concreto, prático e ocorrem, na medida em que o ser humano trabalha. Porém, a objetivação está relacionada com a atividade criativa humana, que permite a manifestação e o desenvolvimento das potencialidades do ser humano, na sua relação com o trabalho, possuindo, portanto, um aspecto positivo. A alienação, ao contrário, está relacionada com uma atividade que desumaniza e impede o desenvolvimento do ser humano²⁷, possuindo, dessa forma, um aspecto negativo²⁸.

Assim, se Hegel apreende o trabalho como a essência do homem, somente observa o seu lado positivo²⁹, ignorando o seu lado negativo, justamente aquele que está relacionado com a sua alienação. Segundo Marx, Hegel

²⁶ "No que concerne a Hegel, ele identificou a 'objetivação' com a 'alienação', em parte por ser demasiado realista para permitir-se uma negação romântica da ontologicamente fundamental automeiação (e autogênese) do homem por intermédio de sua atividade (pelo contrário, ele foi o primeiro a apreender essa relação ontológica, ainda que de maneira 'abstrata, especulativa'); e em parte porque, em virtude de sua posição social, ele não se podia contrapor à forma capitalista das mediações de segunda ordem [propriedade privada – intercâmbio – divisão do trabalho]. Em consequência, ele fundiu as duas séries de mediações no conceito de 'alienação objetivadora', e 'objetivação alienadora': um conceito que excluía de seu sistema, *a priori*, a possibilidade de vislumbrar uma superação real (prática) da alienação" (Mészáros, 2006, p. 82).

²⁷ "Se o homem está alienado, isso não ocorre devido a alguma consequência ideal do ato de criação, como tal: foi devido às condições específicas de produção num período histórico do desenvolvimento social. Por não compreender que o homem se expressa naturalmente no esforço social de produção, e não percebendo que outras formas de sociedade são possíveis, além daquela que lhe era familiar, Hegel considerou a alienação do trabalho humano sob o sistema capitalista como o caráter eterno de todo o esforço criador. A alienação identifica-se, assim, com qualquer atividade objetivante, e continuará sendo o destino do homem, enquanto ele estiver envolvido no processo de produção" (Ash, 1965, p. 141).

²⁸ "Para resgatar o conteúdo válido da concepção hegeliana da objetivação, como exteriorização das forças essenciais do homem, deve-se assim estabelecer sua ambivalência, distinguindo entre objetivação e alienação, entre trabalho criador e trabalho alienado, e deve-se ainda considerá-la como objetivação do homem real, concreto" (Vázquez, 1968, p. 58).

²⁹ "El punto de referencia negativo de Marx está contenido en la *Fenomenología* de Hegel, y en particular en la teoría de la alienación y del trabajo como proceso alienante. En opinión de Marx, la grandeza de la dialéctica de Hegel consistía en la idea de que la humanidad se crea a sí misma por un proceso de alienación que se altera con las trascendencias de esta alienación. Según Hegel, el hombre manifiesta su esencia genérica relacionándose con

concebe o *trabalho* como a *essência*, como a essência confirmativa do homem; considera apenas o lado positivo do trabalho, não o seu aspecto negativo. O trabalho é o *tornar-se-para-si do homem* no interior da *alienação* ou como homem *alienado*. O único trabalho que Hegel entende e reconhece é o trabalho *intelectual abstrato* (Marx, 1964, p. 245-246).

A apreensão do trabalho feita por Hegel está, portanto, em acordo com o seu idealismo e, por isso, ele tem um caráter abstratamente espiritual. Como Marx pretende ocupar-se do ser humano concreto, bem como da relação deste com o seu trabalho, deve distanciar-se do idealismo de seu mestre.

[...] como princípio fundamental e gerador de estruturas históricas, Hegel entende definitivamente o trabalho, enquanto trabalho humano, como um momento do *trabalho* do espírito absoluto. [...] Em relação com o *verdadeiro* trabalho do espírito absoluto, o homem, para Hegel, é tão-só um momento, isto é, o lugar em que o espírito chega a saber de si mesmo. Quer dizer, o trabalho humano não é mais do que o lugar e o momento em que o espírito absoluto adquire consciência do seu trabalho como processo indefinido do seu autodesenvolvimento. Para Marx, entretanto, o trabalho é o *trabalho do homem*, e o seu resultado vai ser o próprio homem, cuja tarefa é instaurar, mediante uma *praxis* social, uma ordem pela qual é ele o único responsável, e na qual se reencontre com sua própria humanidade (Astrada, 1968, p. 36-37).

Em Hegel, tanto o trabalho como o ser humano são momentos no processo de autodesenvolvimento do espírito absoluto. E isso denota o fato de que o projeto de Hegel, na *Fenomenologia*, consistia em descrever o itinerário histórico percorrido pelo espírito absoluto em seu desenvolvimento. O ser humano concreto, de carne e osso, que sofre, que sente, que trabalha e que é oprimido em seu trabalho, é como que subestimado, para não dizer subsumido, diante do ser maior e universal que é o espírito absoluto³⁰. O papel do homem consiste em realizar, ao longo da história, os desígnios do espírito absoluto. Assim, se Hegel considera a autoprodução do homem como um processo, este processo se coloca como um momento do itinerário de desenvolvimento percorrido pelo espírito absoluto³¹.

sus propias fuerzas en un estado objetivado y asimilado a éstas, por así decirlo, desde el exterior. El trabajo, como realización de la esencia del hombre, tenía así un significado completamente positivo, siendo el proceso por el que la humanidad se desarrolla mediante su propia exteriorización" (Kolakowski, 1985, p. 138).

³⁰ "O predomínio do processo do todo sobre os fatos [partes], a atribuição, às tendências, de uma realidade superior, a realidade dos fatos, e com isso a transformação da tendência – de tendência dos fatos em tendência independente dos fatos – exprime o predomínio do todo hipostasiado sobre as partes e, portanto, o da *falsa* totalidade sobre a totalidade concreta. Se o processo do todo possui uma realidade superior aos fatos e já não constitui a realidade e regularidade de *cada um* dos fatos, ele se torna qualquer coisa independente dos fatos e, por conseguinte, leva uma existência de ordem diversa daquela dos fatos. O todo é separado das partes e existe independentemente delas" (Kosík, 1989, p. 47).

³¹ "Hegel, como Marx, concebe o homem como um ser, *que deve fazer de si* o que é. Mas este processo da humanização do homem pelo homem se integra em Hegel [...] num quadro especulativo-teológico e aparece, então, como a elevação do ser humano, que para o espírito absoluto existe inicialmente como simples animal. Dado que toda realidade se origina, em última análise, do espírito, sendo portanto o mesmo espírito numa forma

Em Marx, o trabalho e o ser humano *concretos* estão em relação recíproca de produção, isto é, o ser humano produz o trabalho e o trabalho produz o ser humano. Mas ambos são considerados, em sua concretude, como resultado do itinerário humano através da história. Se Hegel apreende o trabalho como ato de produção de si do homem, este ato aparece, no pensamento hegeliano, conforme o entendimento marxiano:

[...] em primeiro lugar, como um ato *puramente formal*, por ser abstrato, e porque a própria natureza humana se considera apenas como *natureza pensante abstrata*, como autoconsciência.

Em segundo lugar, porque a concepção é *formal e abstrata*, a abolição da alienação torna-se uma confirmação da alienação. Para Hegel, o movimento de *autocriação*, de *auto-objetivação* na forma de *auto-alienação*, constitui a *absoluta expressão da vida humana* e, portanto, a última, que tem em si a própria finalidade, a paz e a consecução da sua natureza.

Em semelhante movimento, na sua forma abstrata como dialética, considera-se, pois, a *vida verdadeiramente humana* e visto que constitui ainda uma abstração, uma alienação da vida humana, é olhado como um *processo divino*, por consequência, como o processo divino da humanidade – processo que o ser abstrato, puro, absoluto do homem, enquanto distinto dele mesmo, atravessa (Marx, 1964, p. 257).

O ser humano hegeliano, à medida que existe enquanto autoconsciência³², enquanto ser abstrato pensante, não tem existência objetiva, e a alienação do ser humano, ou seja, aquele processo em que a consciência sai de si para voltar-se a si mesma, a fim de conhecer-se, é tomada pela própria vida humana. Nesse sentido, a existência objetiva do ser humano encontra-se nele próprio, supra-sumida por sua existência subjetiva³³. É que ao tomar-se a si mesmo como objeto, acaba por justificar-se por si mesmo, desconsiderando suas

diferente' – essa elevação é chamada uma volta do espírito a si próprio. O que aparece, portanto, como obra do homem (uma espiritualização gradativa e o conhecimento da espiritualidade de toda realidade pela teologia e o conhecimento absoluto) é, na verdade, uma obra do espírito absoluto, que volta a si próprio dentro do homem" (Fetscher, 1970, p. 58).

³² "Sin embargo, Hegel identifica a la esencia humana con la autoconciencia, y al trabajo con la actividad espiritual. En su forma original, la alienación es la alienación de la autoconciencia, y toda objetividad está alienada de la autoconciencia; de esta forma, la trascendencia de la alienación, en la que el hombre reasimila su propia esencia, es la trascendencia del objeto y su reabsorción en la naturaleza espiritual del hombre. La integración del hombre en la naturaleza se realiza a nivel espiritual, lo que hace de ésta, según Marx, una abstracción y una ilusión" (Kolakowski, 1985, p. 138).

³³ "Au lieu de restituer à l'homme notre monde d'objets véritables, tel que l'a fait l'évolution historique, Hegel assimile dialectiquement l'objet de la conscience du monde et l'objet de la conscience de soi. La conscience de soi est pour lui la vraie essence de l'homme, aussi la réappropriation de l'essence objective aliénée lui semble-t-elle un retour à soi du soi-même qui s'effectuera à peu de frais, une fois l'aliénation hostile' du monde objectif réduite à une 'indifférence distante'. La conscience de soi hégélienne caresse l'illusion d'être-à-soi dans l'être-autre par l'activité de la connaissance, cela parce qu'elle ignore tout élément extérieur réel et ne connaît qu'une aliénation révocable de soi-même" (Löwith, 1969, p. 336-337).

determinações objetivas³⁴. O problema do trabalho, ao ser abordado por Hegel, reflete esta visão:

Hegel, ao tratar do problema do trabalho, não atentou no processo de objetivação do subjetivo no esforço do homem para suas exteriorizações no trabalho, no produto deste. O pensar e o esforço do homem por certo não proporcionam informação direta sobre isto, porquanto as influências externas sobre o indivíduo operam manifestamente de hipóteses que modificam tais influências e efeitos. Há que atentar, pois, para o processo de objetivação do ideal, uma vez que a ideologia e convicções do homem não são manifestações materiais e só podem ser apreendidas indiretamente através de suas materializações. Estudar e analisar isto, eis o que Marx faz diferentemente de Hegel (Astrada, 1968, p. 37).

É que, para Hegel, a essência humana e o homem são o mesmo que autoconsciência e, desta forma,

[...] toda a alienação do ser humano se reduz à *alienação da autoconsciência*. A alienação da autoconsciência não se considera como a *expressão*, refletida no saber e no pensamento, da alienação *real* do ser humano. A alienação *efetiva*, que se revela como real, é antes, segundo a sua *mais íntima* natureza oculta – e só deslindada pela filosofia – simples *ser fenomenal* da alienação da vida humana real, da *autoconsciência*. A ciência que dele se ocupa chama-se, portanto, *Fenomenologia*. Deste modo, toda a reapropriação do ser objetivo alienado surge como uma incorporação na autoconsciência. O homem que toma posse do seu ser é *apenas* a autoconsciência que se apossa do ser objetivo; o retorno do objeto ao Si mesmo constitui assim a reapropriação do objeto (Marx, 1964, p. 247).

Assim, quando Hegel trata do trabalho, ainda que o considere como um ato de produção de si do homem, não consegue concebê-lo em sua objetividade, como uma atividade que pode estar alienada em relação àquele ser humano que a executa. Se toda a alienação do ser humano nada mais é do que alienação da autoconsciência, e se a autoconsciência somente pode ser compreendida como puro pensamento, como abstração da vida concreta, então não há como Hegel conceber o trabalho em seu sentido negativo, ou seja, enquanto atividade que encaminha o homem para a desumanização. É Marx quem vai estudar este aspecto do trabalho, mas, para fazê-lo, considera o homem como um ser natural, corpóreo, sensível e objetivo, e não como idêntico a uma autoconsciência abstrata.

Entretanto, embora Marx tenha buscado em Hegel os conceitos que lhe permitiram realizar a crítica do trabalho alienado, a influência de Feuerbach foi decisiva, no que concerne à concepção marxiana de que a alienação tem um aspecto eminentemente negativo. O autor de *A Essência do Cristianismo* mostrou que, através da religião, o ser humano projeta em Deus

³⁴ Veja-se o que diz o próprio Marx a esse respeito: "Um ser, que não tenha a sua natureza fora de si, não é nenhum ser *natural*, não participa do ser da natureza. Um ser, que não tenha objeto fora de si, não é nenhum ser objetivo. Um ser, que não seja ele próprio objeto para um terceiro ser, não tem existência para o respectivo objeto, quer dizer, não possui relação objetiva, o seu ser não é objetivo. Um ser não-objetivo é um *não-ser*" (Marx, 1964, p. 250).

qualidades superiores, que na verdade são humanas, e que, por essa projeção, se aliena dessas mesmas qualidades, não reconhecendo-as como atributos e possibilidades que lhe são inerentes³⁵. Dessa forma, o ser humano se reconhece como inferior a esse outro Ser, possuidor de qualidades que ele não tem, e que, por isso, lhe serve como fonte de inspiração e como referência para os seus atos. Essa projeção aliena o ser humano de si mesmo e, portanto, a crítica da religião é a condição de libertação do ser humano dessa alienação por ele mesmo criada. Marx concorda com essa visão feuerbachiana³⁶, mas, também, antevê outras formas de alienação que podem vitimar os seres humanos, desumanizando-os.

A crítica da religião liberta o homem da ilusão, de modo que pense, atue e configure a sua realidade como homem que perdeu as ilusões e reconquistou a razão, a fim de que ele gire em torno de si mesmo e, assim, em volta do seu verdadeiro sol. A religião é apenas o sol ilusório que gira em volta do homem enquanto ele não circula em torno de si mesmo.

Conseqüentemente, a *tarefa da história*, depois que o *outro mundo da verdade* se desvaneceu, é estabelecer a *verdade deste mundo*. A *tarefa imediata da filosofia*, que está a serviço da história, é desmascarar a auto-alienação humana nas suas *formas não-sagradas*, agora que ela foi desmascarada na sua *forma sagrada*. A crítica do céu transforma-se deste modo em crítica da terra, a *crítica da religião em crítica do direito*, e a *crítica da teologia em crítica da política*" (Marx, 2005, p. 146).

Assim, a partir da concepção hegeliana de que o trabalho é o fundamento do desenvolvimento do ser humano e de que esse desenvolvimento ocorre através de um processo histórico bem como a partir da crítica da alienação religiosa feita por Feuerbach está aberto o caminho que permitirá a crítica marxiana do trabalho alienado.

³⁵ "Para Feuerbach, o homem fixa-se em Deus, quando projeta o seu ser genérico no ser divino. De modo que o ser divino é, assim, a réplica exata do homem. Basta, por isso, que o homem recupere esta substância de si mesmo, projetada e hipostasiada, para que apareça o verdadeiro humanismo. A alienação não era no homem senão a cisão entre o mundo da terra e o mundo divino, ou antes, a transposição do primeiro no segundo. É por se ter transposto em Deus, que o homem ficou dividido de si mesmo, pois ninguém diz que o homem profano (não-religioso) seja um ser dividido e alienado. Por isso, desde que recupere o seu ser perdido em Deus, logo o homem readquire completamente e definitivamente o seu ser genérico, que tendia a separar-se dele" (Calvez, 1975, p. 120).

³⁶ Porém, conforme Márkus (1974, p. 44): "Não devemos esquecer que Feuerbach jamais fora capaz de explicar de modo unívoco e satisfatório os fundamentos da alienação da consciência; e que, em última instância – ainda que sua filosofia não seja privada de contradições a esse respeito –, tinha considerado a alienação da consciência como um fenômeno primário e autônomo. Feuerbach esperava que a realização do 'céu na terra' proviesse da reforma da consciência, enquanto Marx parte da 'alienação prática', da alienação do trabalho, e sua opinião é que tão-somente uma revolução comunista que venha a abolir a alienação pode modificar também os fundamentos da consciência."

1.2.2 Trabalho alienado na base do capitalismo

"O trabalhador deve apenas ter o que lhe é necessário para querer viver e deve querer viver unicamente para isso ter."

Karl Marx (1964, p. 211)

O trabalho, dentro do sistema capitalista de produção, apresenta-se como instrumento de opressão e de desumanização do ser humano, e Marx procura investigar como ocorre essa transformação do trabalho, de uma atividade que deveria estar na base do desenvolvimento das potencialidades do ser humano, para uma atividade que, ao contrário, além de impedir esse desenvolvimento, o empurra cada vez mais para a animalidade. O trabalhador, ao trabalhar, ao invés de libertar-se, torna-se escravo do seu trabalho, possuindo com ele uma relação de estranhamento, e reconhecendo nele algo que o oprime, que o fatiga e a que é obrigado a recorrer, tão-somente, para garantir a sua sobrevivência. Mas, se o trabalho produz o aumento das riquezas, e pode apresentar desafios que levam ao desenvolvimento das capacidades do trabalhador, o que ocorre dentro do capitalismo que faz que esse mesmo trabalhador não se beneficie desse aumento das riquezas, nem possa desenvolver as suas capacidades? É esta a pergunta a que Marx vai tentar responder ao tratar, nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, da questão do trabalho alienado.

Para tentar respondê-la, estabelece, desde o início, os pressupostos dos quais parte:

Principiamos com os pressupostos da economia política. Aceitamos a sua terminologia e as suas leis. Pressupusemos a propriedade privada, a separação do trabalho, capital e terra, como também dos salários, lucro de capital e renda, e ainda a divisão do trabalho, a concorrência, o conceito de valor de troca etc. A partir da própria economia política, com as suas próprias palavras, mostramos que o trabalhador desce até ao nível de mercadoria, e de miserabilíssima mercadoria; que a miséria do trabalhador aumenta com o poder e o volume da sua produção (Marx, 1964, p. 157).

Constatado que, no contexto da economia política, o trabalhador é reduzido a uma mercadoria qualquer, deve-se enunciar o significado desse fato no que diz respeito à relação entre o trabalho, o trabalhador e o produto do seu trabalho:

Semelhante fato implica apenas que o objeto produzido pelo trabalho, o seu produto, se lhe opõe como *ser estranho*, como um *poder independente* do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, que se transformou em coisa física, é a *objetivação* do trabalho. A realização do trabalho constitui simultaneamente a sua objetivação. A realização do trabalho aparece na esfera da economia política como *desrealização* do trabalhador, a objetivação como *perda e servidão do objeto*, a apropriação como *alienação* (Marx, 1964, p. 159).

Mas também as conseqüências do fato de o trabalhador se relacionar com o produto do seu trabalho, como com um objeto estranho, são enunciadas por Marx:

A realização do trabalho surge de tal modo como desrealização que o trabalhador se invalida até à morte pela fome. A objetivação revela-se de tal maneira como perda do objeto, que o trabalhador fica privado dos objetos mais necessários, não só à vida, mas também ao trabalho. Sim, o trabalho transforma-se em objeto, que ele só consegue adquirir com o máximo esforço e com interrupções imprevisíveis. A apropriação do objeto manifesta-se a tal ponto como alienação que quanto mais objetos o trabalhador produzir tanto menos ele pode possuir e mais se submete ao domínio do seu produto, do capital (Marx, 1964, p. 159).

Dessa forma, o trabalhador, ao invés de reconhecer-se no produto do seu trabalho, o vê como algo que lhe é alheio e que o ameaça. Os objetos produzidos não servem para satisfazer as necessidades do trabalhador, e sim as do capital. Assim, quanto mais objetos produz, mais pobre ele se torna, e mais submisso a eles fica³⁷, resultando disso que ele acaba pondo sua vida neles. Ao mesmo tempo, quanto mais se entrega ao seu trabalho, mais este o mantém oprimido. O seu próprio trabalho se torna um objeto, e este objeto lhe é estranho:

A *alienação* do trabalhador no seu produto significa não só que o trabalho se transforma em objeto, assume uma existência *externa*, mas que existe independentemente, *fora dele* e a ele estranho, e se torna um poder autônomo em oposição com ele; que a vida que deu ao objeto se torna uma força hostil e antagônica (Marx, 1964, p. 160).

O trabalho torna-se somente um meio de subsistência, ao qual o trabalhador deve recorrer, se quiser garantir sua sobrevivência. Não é uma expressão, nem o resultado das capacidades humanas, mas é algo estranho àquele que o executa. Por isso, desumaniza e oprime o trabalhador. Da mesma forma, os objetos produzidos não pertencem ao trabalhador e dele são estranhos. Ele não se reconhece neles, e os toma como algo que o ultrapassa em valor. Por isso, o trabalhador acaba por se tornar um servo dos objetos que produz.

(A alienação do trabalhador no objeto exprime-se assim nas leis da economia política: quanto mais o trabalhador produz, tanto menos tem de consumir; quanto mais valores cria, tanto mais sem valor e mais indigno se torna; quanto mais refinado o seu produto, tanto mais deformado o trabalhador; quanto mais civilizado o produto tanto mais bárbaro o trabalhador; quanto mais poderoso o trabalho, tanto mais impotente se torna o trabalhador; quanto mais brilhante e pleno de inteligência o trabalho, tanto mais o trabalhador diminui em inteligência e se torna servo da natureza) (Marx, 1964, p. 161).

³⁷ "O capitalismo, em resumo, é um mundo em que sujeito e objeto estão invertidos – um domínio em que se é sujeito e determinado pelas próprias produções, as quais retornam em forma opaca, imperativa, mantendo o poder sobre a existência de cada um. O sujeito humano cria um objeto, o qual se torna então um pseudo-sujeito capaz de reduzir seu próprio criador a algo manipulado" (Eagleton, 1999, p. 33).

Portanto, ao alienar-se no objeto, mas ao mesmo tempo sem reconhecê-lo como produto da sua atividade, o trabalhador passa a ter com ele uma relação de oposição, pela qual, quanto maior for a grandeza do objeto, tanto maior será a ruína do trabalhador. Como ao sistema capitalista de produção interessa o aumento cada vez maior das riquezas produzidas, e como o trabalhador vê-se obrigado a tentar atender esse interesse para poder continuar trabalhando, ele vai se desumanizando cada vez mais.

Mas, a alienação não ocorre somente na relação do trabalhador com o produto do seu trabalho. Ela ocorre também, e principalmente, no ato da produção, encontrando-se na própria atividade produtiva. Assim, no ato da produção, o trabalhador aliena-se a si mesmo, e é essa alienação que possibilita a relação alienada deste com o produto do seu trabalho³⁸. É que o produto é simplesmente o resultado da atividade produtiva e, portanto, para que possa haver alienação, na relação com o objeto produzido, a produção mesma tem de ser alienação ativa, ou seja, a "alienação da atividade e a atividade da alienação". Dessa forma, o trabalho coloca-se como algo alheio ao trabalhador e independente dele, como algo que o oprime e fatiga, e que não fosse seu. Portanto, na alienação do trabalho,

em primeiro lugar, o trabalho é *exterior* ao trabalhador, quer dizer, não pertence à sua natureza; portanto, ele não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo, não se sente bem, mas infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o espírito. Por conseguinte, o trabalhador só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si. Assim, o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, é *trabalho forçado*. Não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um *meio* de satisfazer outras necessidades. O seu caráter estranho ressalta claramente do fato de se fugir do trabalho como da peste, logo que não exista nenhuma compulsão física ou de qualquer outro tipo. O trabalho externo, o trabalho em que o homem se aliena, é um trabalho de sacrifício de si mesmo, de mortificação. Finalmente, a exterioridade do trabalho para o trabalhador transparece no fato de que ele não é o seu trabalho, mas o de outro, no fato de que não lhe pertence, de que no trabalho ele não pertence a si mesmo, mas a outro. [...] Pertence a outro e é a perda de si mesmo (Marx, 1964, p. 162).

Assim, uma vez que o trabalho está diretamente relacionado com a humanização do ser humano, e que é pelo trabalho que o ser humano consegue desenvolver plenamente as suas possibilidades, no âmbito da alienação do trabalho³⁹, o trabalhador somente se sente livre

³⁸ "[...] o trabalho alienado não só impede a auto-apropriação do homem enquanto resultado, mas torna impossível reconhecer o próprio processo enquanto algo posto em andamento e dominado pelo próprio trabalhador" (Flickinger, 1986, p. 74).

³⁹ "O trabalhador alienado do seu produto está, ao mesmo tempo, alienado de si mesmo. Seu próprio trabalho não é mais seu, e o fato de que se torne propriedade de outro anuncia uma expropriação que atinge a essência mesma do homem. O trabalho, na sua forma verdadeira, é um meio para a auto-realização autêntica do homem, para o pleno desenvolvimento das suas potencialidades; a utilização consciente das forças da natureza poderia ocorrer

quando está exercendo as suas funções animais – comer, dormir, procriar⁴⁰ –, e quando exerce suas funções humanas se equipara a um animal. As funções animais são também funções do ser humano, porém, com a alienação do trabalho, essas funções se colocam como sendo a finalidade última do homem e, nesse sentido, sendo abstratamente consideradas, ou seja, separadas das demais atividades humanas, reduzem o homem a animal.

Mas há uma terceira determinação do trabalho alienado, que pode ser inferida, tanto a partir da alienação do produto em relação ao trabalhador, bem como da alienação deste em relação ao ato da produção. Essa terceira forma do trabalho alienado é a alienação do ser humano em relação à sua espécie, ou seja, enquanto trabalhador, não se reconhece enquanto ser social⁴¹.

O ser humano, diferentemente do animal, faz da sua atividade vital objeto da sua vontade e da sua consciência. E essa consciência da sua atividade vital faz que ela não seja uma determinação com a qual ele coincida imediatamente, como ocorre no caso do animal, e é, além disso, a razão pela qual o homem é um ser genérico.

Esta condição de ser genérico do homem se dá enquanto ele faz da espécie, não só da humana como das demais, um objeto seu, mas também enquanto relaciona-se consigo mesmo como sendo a espécie viva e presente, como sendo um ser universal e, por causa disto, livre.⁴² Entretanto, essa universalidade e liberdade ficam comprometidas no âmbito do trabalho alienado, pois,

uma vez que o trabalho alienado 1) aliena a natureza do homem, 2) aliena o homem de si mesmo, a sua função ativa, a sua atividade vital, aliena igualmente o homem a respeito da *espécie*; transforma a *vida genérica* em meio de vida individual. Em primeiro lugar, aliena a vida genérica e a vida individual; em seguida, muda esta última na sua abstração em objetivo da primeira, portanto, na sua forma abstrata e alienada.

De fato, o trabalho, a *atividade vital*, a *vida produtiva*, aparece agora ao homem como o único meio de satisfação de uma necessidade, a de manter a existência

para sua satisfação e prazer. Na sua forma corrente, entretanto, ele deforma todas as faculdades humanas e proscree a satisfação" (Marcuse, 1988, p. 255-256).

⁴⁰ "Se a atividade produtora é trabalho realizado sob pressão econômica, totalmente externa ao trabalhador, então o seu interesse de vida se desloca completamente para as funções animais enumeradas por Marx, ou como diríamos hoje, para a esfera do consumo. Será tanto mais insípida quanto o trabalho perder seu sentido e na medida em que a finalidade do trabalho residir, exclusivamente, no aumento de possibilidades de consumo" (Fetscher, 1970, p. 21-22).

⁴¹ "El trabajo alienado priva al hombre de su vida de especie; los demás seres humanos se vuelven ajenos a él, la existencia comunitaria se hace imposible y la vida no es más que un sistema de egoísmos en conflicto" (Kolakowski, 1985, p. 144).

⁴² Ser genérico, conforme Mészáros (2006, p. 80), é "um ser que tem consciência da espécie a que pertence, ou, dito de outro modo, um ser cuja essência não coincide diretamente com sua individualidade. O homem é o único ser que pode ter uma tal 'consciência da espécie' – tanto subjetivamente, em sua percepção consciente da espécie a que pertence, como nas formas objetivadas dessa 'consciência da espécie', da indústria e às instituições e às obras de arte – e assim ele é o único 'ser genérico'".

física. A vida produtiva, porém, é a vida genérica. É a vida criando vida. No tipo de atividade vital reside todo o caráter de uma espécie, o seu caráter genérico; e a atividade livre, consciente, constitui o caráter genérico do homem. A vida revela-se simplesmente como *meio de vida* (Marx, 1964, p. 164).

Assim, pelo trabalho alienado, a atividade humana deixa de ser uma atividade criativa⁴³ para tornar-se tão-somente um meio de garantir a satisfação das necessidades vitais do ser humano. O trabalho deixa de ser aquela atividade pela qual o homem transforma a natureza e é transformado por ela, para ser unicamente um meio de sobrevivência. Dessa forma, fica prejudicada a vida genérica do homem, uma vez que

é precisamente na ação sobre o mundo objetivo que o homem se manifesta como verdadeiro ser genérico. Tal produção é a sua vida genérica ativa. Através dela, a natureza surge como a *sua* obra e a sua realidade. Por conseguinte, o objeto do trabalho é a *objetivação da vida genérica do homem*: ao não reproduzir-se apenas intelectualmente, como na consciência, mas ativamente, ele duplica-se de modo real e intui o seu próprio reflexo num mundo por ele criado. Pelo que, na medida em que o trabalho alienado subtrai ao homem o objeto da sua produção, furta-lhe igualmente a sua *vida genérica*, a sua objetividade real como ser genérico, e transforma em desvantagem a sua vantagem sobre o animal, porquanto lhe é arrebatada a natureza, o seu corpo inorgânico (Marx, 1964, p. 165-166).

Com o trabalho alienado, o objeto de produção do homem não lhe pertence, não é visto como resultado de sua capacidade criativa. O ser humano, que, diferentemente do animal, produz objetos, não apenas quando possui alguma necessidade física, de forma a expressar, pelo trabalho, as suas potencialidades, com o trabalho alienado, trabalha somente para garantir a sua própria sobrevivência. Assim, perde a consciência que tem da sua atividade vital, produzindo, além disso, objetos que não irão satisfazê-la, e daí a sua desvantagem em relação ao animal, pois este, se também não tem consciência de sua atividade vital, pelo menos produz objetos que irão satisfazê-la.

O trabalho alienado, assim, aliena o ser humano do próprio corpo, da natureza externa, da sua capacidade intelectual, da sua própria humanidade. Mas, Marx ainda vê uma outra consequência do trabalho alienado:

Uma consequência imediata da alienação do homem a respeito do produto do seu trabalho, da sua vida genérica, é a *alienação do homem* relativamente ao *homem*. Quando o homem se contrapõe a si mesmo, entra igualmente em oposição com os outros homens. O que se verifica com a relação do homem ao seu trabalho, ao produto do seu trabalho e a si mesmo, verifica-se também com a relação do homem aos outros homens, bem como ao trabalho e ao objeto do trabalho dos outros

⁴³ "A alienação é o contrário da criação. É por isso que a alienação do trabalho, ainda que não seja a única alienação, é a raiz de todas as outras. É ela que corrompe, em sua fonte mesma, o trabalho criador, quer dizer, a essência do homem" (Garaudy, 1967, p. 65).

homens. De modo geral, a afirmação de que o homem se encontra alienado da sua vida genérica significa que um homem está alienado dos outros, e que cada um dos outros se encontra igualmente alienado da vida humana (Marx, 1964, p. 166).

Se o homem está alienado de si mesmo, se não se reconhece enquanto humano no ato da produção, também não verá humanidade nos outros homens. É que o critério, a partir do qual ele vê os outros homens, está na sua própria condição de estar alienado de si mesmo.

A alienação do homem e, acima de tudo, a relação em que o homem se encontra consigo mesmo, realiza-se e exprime-se primeiramente na relação do homem aos outros homens. Assim, na relação do trabalho alienado, cada homem olha os outros homens segundo o padrão e a relação em que ele próprio, enquanto trabalhador, se encontra (Marx, 1964, p. 166).

Portanto, o trabalho alienado aliena o homem do produto do seu trabalho, do seu próprio trabalho, do seu ser genérico e dos demais seres humanos. Isso impede que ele possa desenvolver as suas potencialidades, bem como que ele possa desenvolver a sua humanidade. Ele transforma-se, pura e simplesmente, numa atividade vital, onde o trabalho representa, tão-somente, uma possibilidade de subsistência. Na sua condição de trabalhador, equipara-se a uma máquina, que deve integrar-se perfeitamente no processo produtivo, e que pode ser descartada tão logo não atenda as exigências desse processo⁴⁴. Fromm mostra, com muita clareza, o que sucede, no âmbito do sistema capitalista, com o trabalhador industrial:

Necessita de seu trabalho para viver, porém seu papel é essencialmente passivo. Desempenha uma pequena função isolada em um processo de produção muito complicado e organizado, e não se confronta nunca com 'seu' produto como um todo, pelo menos não como produtor, mas apenas como consumidor, sempre que disponha de dinheiro para comprar o 'seu' produto em uma loja. Não lhe concernem nem o produto acabado em seus aspectos materiais nem seus aspectos sociais e econômicos, muito mais amplos. É colocado em determinado lugar e tem de realizar determinada tarefa, porém não participa da organização nem da direção do trabalho. Não sabe nem lhe interessa saber por que produz essa e não outra mercadoria, nem que relação tem o que produz com as necessidades sociais em geral. Os sapatos, os automóveis, as lâmpadas elétricas são produzidas 'pela empresa' empregando máquinas. Ele é mais parte da máquina do que seu senhor como agente ativo. A máquina, em vez de estar a seu serviço e fazer para ele o trabalho que antes ele tinha de fazer com pura energia física, converteu-se em sua senhora. Em vez de ser a máquina um substituto de energia humana, o homem é que se converteu em substituto da máquina. Pode definir-se seu trabalho como *a execução de atos que as máquinas ainda não podem executar*" (Fromm, 1970, p. 178-179).

⁴⁴ Veja-se esta definição magistral de alienação, presente em Baas (1970, p. 44-45): "La alienación es una situación en la cual el hombre *se ha perdido*, es decir, se ha separado de su propia humanidad en provecho de un conjunto de fuerzas externas que le despojan de su humanidad concreta. Así, el hombre alienado es un hombre que ha dejado de ser reconocido o de reconocerse a sí mismo como ser libre, creador, actor de la historia, dueño de las fuerzas de la naturaleza, transformador del mundo. Se le introduce en un conjunto de engranajes mecánicos en el que se halla literalmente deshumanizado, despersonalizado."

O sistema capitalista de produção sobrevive às custas do aumento constante de riquezas, que é o seu pressuposto e a sua finalidade, ao mesmo tempo. O ser humano, nesse sistema, é um mero meio para a consecução dessa finalidade, pouco importando as suas necessidades, sentimentos e desejos. Nesse sentido, o trabalho alienado se coloca como a condição que torna possível a existência do sistema capitalista, uma vez que, se o trabalhador fosse livre, se se reconhecesse enquanto ser humano que quer realizar-se enquanto tal, não se deixaria baixar à condição de máquina. Além disso, a riqueza produzida não seria um fim em si mesmo, mas, ao contrário, estaria a serviço do atendimento, tanto das necessidades vitais, como do desenvolvimento pleno do ser humano.

2 DESDOBRAMENTOS DO TRABALHO ALIENADO

O trabalho alienado é intrínseco ao sistema capitalista de produção, sendo o pressuposto que possibilita a existência desse sistema. Porém, o trabalho alienado possui desdobramentos, próprios da lógica de funcionamento do capitalismo os quais possibilitam o atingimento das finalidades desse sistema. Dentre eles, está a propriedade privada, que surge a partir do trabalho alienado, mas que, ao mesmo tempo, é o substrato material que torna possível essa forma deturpada de trabalho. Dessa maneira, o trabalho alienado e a propriedade privada estão em uma relação dialética, a qual permite o aprofundamento das relações de dominação presentes no capitalismo.

A divisão do trabalho também é um desdobramento do trabalho alienado, e tem como consequência a desumanização do trabalhador. Este, à medida que deve executar tarefas repetitivas e fracionadas, que impedem uma compreensão geral do processo produtivo, termina por desempenhar uma função que, seguramente, poderia ser realizada por uma máquina. Dessa forma, o seu trabalho impede completamente o desenvolvimento das capacidades humanas. Além disso, conforme observam Marx e Engels (1987, p. 46): "Divisão do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas: a primeira enuncia em relação à atividade aquilo que se enuncia na segunda em relação ao produto da atividade".

Outro desdobramento do trabalho alienado é a equiparação do trabalhador a uma mercadoria como outra qualquer. Uma vez que, no capitalismo, o trabalhador é considerado um simples meio para atingir as finalidades do sistema, o desenvolvimento das potencialidades humanas do trabalhador está em segundo plano. Assim, sendo considerado um meio, o trabalhador somente é visto enquanto força de trabalho, que pode ser comprada, vendida ou mesmo descartada, conforme as necessidades de produção do sistema.

2.1 Alienação do trabalho e propriedade privada

"Onde quer que haja grande propriedade, há grande desigualdade. Para cada pessoa muito rica deve haver no mínimo quinhentos pobres, e a riqueza de poucos supõe a indigência de muitos."

Adam Smith (1983, p. 164)

A alienação do trabalho tem repercussões na vida do ser humano, na relação que ele tem com o seu trabalho, com o produto do seu trabalho e com os demais seres humanos. Mas,

quais os desdobramentos que ocorrem a partir dessa alienação e que podem ajudar a explicar a estrutura interna do sistema capitalista de produção? Que relação tem o trabalho alienado com a base material que sustenta esse sistema?

Numa situação em que o homem, ao trabalhar, se humaniza, desenvolve as suas potencialidades, modifica a natureza e é modificado por ela, ampliando o alcance de sua capacidade criativa, o trabalhador não está alienado do produto do seu trabalho. O objeto produzido é reconhecido como resultado da atividade criativa humana e como resultado de todo o processo de desenvolvimento humano ocorrido até então. O trabalhador o conhece, se reconhece nele e o percebe como criação sua. Já no trabalho alienado, o objeto produzido não lhe pertence e, por isso, o aumento de riqueza não diminui a pobreza do trabalhador, mas, ao contrário, a aumenta. Mas neste caso, se o objeto produzido não pertence àquele que o produziu, a quem pertence então? Se o trabalhador não está se beneficiando com a riqueza produzida, quem está sendo beneficiado? Certamente outro homem que não o trabalhador.

Se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, se a ele se contrapõe como poder estranho, isto só é possível porque o produto do trabalho pertence a *outro homem distinto do trabalhador*. Se a sua atividade constitui para ele um tormento, tem de ser fonte de *gozo* e de prazer para outro. Só o homem, e não os deuses ou a natureza, é que pode ser este poder estranho sobre os homens (Marx, 1964, p. 167).

A alienação do trabalhador em relação, tanto ao produto do seu trabalho, quanto à sua própria atividade, manifesta-se, de forma prática, na relação que ele tem consigo mesmo, com a natureza e com os outros homens. Assim, a alienação tem repercussões na vida prática e concreta do trabalhador. E ele sente, diretamente, ao trabalhar, ao viver, o peso das suas conseqüências. É que embora *trabalho alienado* seja um conceito, é um conceito que Marx elaborou a partir do estudo das relações práticas de trabalho que se dão dentro do sistema capitalista de produção. Por isso, ele se coloca como uma explicação da situação de opressão em que se encontra o trabalhador no contexto deste sistema.

Dentro da conjuntura do trabalho alienado, o trabalhador estabelece uma relação de um outro homem com o seu trabalho. Este outro homem é alguém que não trabalha, e que se encontra fora do processo de produção de riquezas. Dessa forma, portanto, surge a relação do capitalista com o trabalho do trabalhador e, conseqüentemente, a propriedade privada.

A relação do trabalhador ao trabalho gera a relação do capitalista (ou seja qual for o nome que o senhor do trabalho se quiser dar) também ao trabalho. A *propriedade privada* constitui, portanto, o produto, o resultado, a conseqüência necessária do *trabalho alienado*, da relação externa do trabalhador à natureza e a si mesmo (Marx, 1964, p. 168).

A propriedade privada, um dos sustentáculos principais do sistema capitalista, é, portanto, um resultado do trabalho alienado. Entretanto, muitos autores entendem, contrariamente, que é a partir da propriedade privada que surge o trabalho alienado⁴⁵. Uma possível explicação para essa inversão de termos pode estar relacionada ao fato de esses autores recorrerem aos fundamentos e conceitos da economia política, a fim de formularem o seu entendimento sobre esse tema. É que essa ciência, de fato, concebe esses termos de forma invertida:

Como resultado essencial, revelado além do recurso ao modelo fenomenológico, resume-se a descoberta do erro por excelência dos economistas clássicos: não é a propriedade privada que fundamenta o trabalho alienado, senão o trabalho alienado é a origem da propriedade privada – e, em última instância, do capital como riqueza acumulada (Flickinger, 1986, p. 76).

Por outro lado, é interessante notar que existe uma relação dialética entre trabalho alienado e propriedade privada, onde esta última, uma vez surgida a partir do primeiro, passa a ter com ele uma relação de interdependência recíproca. Sobre essa questão, Marx nos esclarece:

Sem dúvida, adquirimos o conceito de *trabalho alienado* (de *vida alienada*) a partir da economia política, como resultado da análise do *movimento da propriedade privada*. Mas a análise de tal conceito, embora a propriedade privada surja como o fundamento, a causa do trabalho alienado, constitui antes a consequência deste último [...]. No entanto, num estágio ulterior, há influência recíproca. Só no derradeiro ponto de culminação do desenvolvimento da propriedade privada é que se revela o seu segredo, a saber, por um lado, que ela é o *produto* do trabalho alienado e, por outro, que ela é o *meio* através do qual o trabalho se aliena, a *realização da alienação* (Marx, 1964, p. 169).

Assim, a propriedade privada é um produto do trabalho alienado, ou seja, o resultado dele decorrente⁴⁶. Porém, ela é, ao mesmo tempo, o meio pelo qual o trabalho se aliena, isto é, a base sobre a qual essa situação ocorre⁴⁷. Sendo assim, pode-se dizer que trabalho alienado e propriedade privada estão em uma relação de condição de possibilidade recíproca, onde a

⁴⁵ Veja-se, por exemplo, o que diz Garaudy (1967, p. 65): "Essa alienação nasceu, Marx o sublinha repetidas vezes, com a propriedade privada dos meios de produção. E não desaparecerá senão com ela." Também encontramos em Gonzalez (1987, p. 47) afirmação semelhante: "Os fragmentos filosóficos [dos *Manuscritos de Paris*] afirmavam que a propriedade privada origina a *alienação do trabalho*."

⁴⁶ "Originariamente, o trabalho alienado provoca o aparecimento da propriedade privada, ou, de modo mais exato, a realização completa do trabalho alienado através da alienação do produto equivale a instaurar o regime da propriedade privada: em seguida, o subjetivo e o objetivo, por complementarem-se, sustentam-se mutuamente" (Giannotti, 1985, p. 147).

⁴⁷ "De sorte que não é possível, na verdade, alcançar o conceito de trabalho alienado, se não partirmos das contradições apresentadas pelo regime da propriedade privada, pois de outro modo acabaríamos por abandonar a análise concreta para cair no reino da abstração e da fantasia" (Giannotti, 1985, p. 146-147).

supressão de um importará a supressão da outra, e vice-versa. É que a propriedade privada nada mais é do que a expressão material do trabalho alienado⁴⁸ (Marx, 1964, p. 171). Mas essa constatação marxiana indica o papel que ambos desempenham no contexto da sociedade capitalista:

Vincular a propriedade privada ao trabalho alienado tem como consequência imediata a equiparação do papel constituinte que ambos os fenômenos desempenham na formação da sociedade civil. Eles isolam os indivíduos da essência genérica primitiva, instalam a divisão do trabalho e, por conseguinte, a troca de produtos, provocam enfim a guerra de um contra todos e o embrutecimento geral pelo egoísmo (Giannotti, 1985, p. 149).

Por outro lado, uma vez que a propriedade privada é constituída a partir da apropriação, por parte do capitalista, do objeto produzido pelo trabalhador, ela relaciona-se como trabalho e como capital.

A relação da propriedade privada contém em si, de modo latente, a relação da propriedade privada como *trabalho*, a relação da propriedade privada como *capital* e a recíproca influência das duas expressões. Por um lado, há a produção da atividade humana como *trabalho*, isto é, como atividade que é estranha a si, ao homem e à natureza, portanto, alheia à consciência e à realização da vida humana; a existência *abstrata* do homem como simples *homem que trabalha*, que por conseguinte todos os dias mergulha a partir do seu nada realizado no nada absoluto, na sua não-existência social e, portanto, real. Por outro, há a produção do objeto da atividade humana como *capital*, no qual se *dissolve* toda a característica natural e social do objeto, no qual a propriedade privada perdeu a sua qualidade natural e social (e, por consequência, perdeu todos os disfarces políticos e sociais e deixou de *surgir* mesclada com relações humanas) – no qual também o *mesmo capital* permanece *idêntico* nas mais variadas condições naturais e sociais, que já não têm qualquer relevância a respeito do conteúdo *real*. Semelhante contradição, no seu clímax, constitui necessariamente o apogeu e o declínio de toda a relação (Marx, 1964, p. 175).

A propriedade privada aparece, portanto, como a síntese, como a realização da oposição entre trabalho e capital⁴⁹. Mas nela o trabalho expressa-se como trabalho alienado⁵⁰,

⁴⁸ "A propriedade privada capitalista, cuja origem reside no trabalho alienado, transforma-se ao mesmo tempo num meio, através do qual se realiza a alienação. Esta interação dialética, não compreendida pela ciência econômica burguesa, da propriedade privada capitalista e do trabalho alienado, confirma a interpretação dada por Marx das relações da propriedade privada burguesa: uma 'expressão material resumida do trabalho alienado'. Isto é, analisando o processo de reprodução das relações da propriedade burguesa que lhe são contemporâneos, Marx descobre no trabalho alienado a base econômica fixa que engendra estas relações e é constantemente reproduzida por elas como condição necessária ao seu movimento" (Pajitnov, 1985, p. 81).

⁴⁹ "[...] a propriedade privada existe, simultaneamente, (a) enquanto trabalho, (b) enquanto capital, isto é, enquanto forma materializada e dessubjetivada do trabalho, e (c) enquanto relação entre o trabalho do homem e o capital como acumulação deste trabalho, os quais deveriam ser incluídos como momentos na própria relação reflexionante da propriedade privada" (Flickinger, 1986, p. 77).

⁵⁰ "Além de tornar-se expressão da auto-alienação do trabalhador, a propriedade privada inclui, portanto, a oposição radical e destruidora entre trabalho e capital, ou seja, entre o homem e o mundo dos produtos, relação

pois ela somente pode surgir, enquanto meio de opressão do trabalhador, à medida que não pertence a ele, embora ele tenha trabalhado para que ela pudesse existir. Além disso, no âmbito do sistema capitalista de produção, ela perde qualquer característica natural ou social, e torna-se, tão-somente, um capital, ou seja, a sua função passa a ser produzir cada vez mais o aumento de riquezas e, conseqüentemente, reproduzir o capital que ela representa. Nesse sentido, pode dizer-se que ela perdeu qualquer disfarce político ou social, assumindo-se enquanto instrumento de realização do capitalismo. E a conseqüência disso para os seres humanos é que

a propriedade privada tornou-nos tão estúpidos e parciais que um objeto só é nosso quando o temos, quando existe para nós como capital ou quando por nós é diretamente possuído, comido, bebido, transportado no corpo, habitado, etc., numa palavra, quando é *utilizado*. Embora a propriedade privada conceba todas estas formas diretas de propriedade como simples *meios de vida*, a vida à qual servem de meios é a *vida da propriedade privada* – o trabalho e a criação de capital (Marx, 1964, p. 197).

Portanto, o ser humano passa a viver em função da propriedade privada, deixando de ter valor em si mesmo. Todos os objetos, que deveriam servir de meios para o ser humano satisfazer as suas necessidades, se tornam meios de realização da propriedade privada. Além disso, esses mesmos objetos somente são percebidos como propriedade humana, à medida que são consumidos ou utilizados. Dessa forma, um objeto produzido pelo trabalhador, mas que não possa ser por ele consumido ou utilizado, não é percebido como propriedade sua. Toda a força de trabalho despendida e todo o tempo gasto para produzir um objeto não fazem que o trabalhador se reconheça no objeto produzido e, portanto, o veja como criação sua, como algo que lhe pertence. Nesse sentido, um objeto pertencente ao trabalhador é somente um objeto que ele tem, do qual possa usufruir, que possa consumir e do qual possa dispor. A partir disso, o valor do ser humano passa a ser medido de acordo com o que ele tem e não com o que ele é, e isso a tal ponto que o sentimento de ter passa a ser expressão de todos os sentidos humanos. Conseqüentemente, no ser humano, por força da propriedade privada, "*todos os sentidos físicos e intelectuais foram substituídos pela simples alienação de todos os sentidos, pelo sentimento de ter*" (Marx, 1964, p. 197).

[...] na sociedade capitalista, a apropriação se apresenta, antes de mais nada, como uma posse de objetos que implica, por sua vez, uma desposseção humana, um empobrecimento humano do sujeito. O sujeito, privado assim de seu ser

esta cujo caráter se descobre pela reformulação conceitual do movimento real entre os momentos constitutivos da produção" (Flickinger, 1985, p. 39).

especificamente humano, acaba por se converter num objeto a mais. É o mundo no qual o *ter* se impõe ao *ser*, no qual a apropriação verdadeiramente humana cede lugar à apropriação privada, ou posse de objetos. O homem que não tem, que não possui, não é. Ser e possuir se identificam (Vázquez, 1968, p. 261).

Essa situação coaduna-se perfeitamente com a finalidade última do sistema capitalista de produção, que é o aumento constante da produção de riquezas. Do trabalhador se espera que ele possa contribuir, o mais possível, para movimentar as engrenagens desse sistema. E esse movimento se dá, à medida que o ser humano trabalha de forma alienada, e consome, conforme suas possibilidades e necessidades⁵¹, uma pequena parte da riqueza produzida. Mas, nesse contexto, o ser humano está alienado de si mesmo e contribui para construir uma realidade que lhe é estranha⁵². A propriedade privada, assim, como tradução material desta situação, constitui, conforme Marx,

[...] a expressão sensível do fato de o homem ser para si algo de *objetivo* e se tornar para si um objeto estranho e não-humano, do fato de a sua manifestação da vida ser a sua alienação da vida, de a sua realização ser a sua desrealização, a emergência de uma realidade *estranha* [...] (Marx, 1964, p. 196).

Portanto, somente com a abolição da propriedade privada pode o ser humano tornar possível a sua emancipação. Enquanto não ocorrer a negação⁵³ desse instrumento de dominação, característico da estrutura capitalista de produção econômica, todas as conseqüências do trabalho alienado estarão presentes. O ser humano continuará trabalhando para aumentar a produção de riquezas, que serão apropriadas por uns poucos capitalistas, e permanecerá impedido de realizar plenamente as suas capacidades. Além disso, a sua própria vida continuará a ser, tão-somente, um meio para realizar os desígnios do insaciável sistema de produção de mercadorias, engendrado pela lógica capitalista.

⁵¹ "Le choix fondamental, inconscient, automatique, du consommateur est d'accepter le style de vie d'une société particulière (ce n'est donc plus un choix! – et la théorie de l'autonomie et de la souveraineté du consommateur est démentie par là même)" (Baudrillard, 1970, p. 95).

⁵² "A alienação acrescenta à exploração a crença, por parte dos trabalhadores, em que o capitalista tem um direito legítimo ao excedente, por causa de sua propriedade legítima dos meios de produção. A propriedade, por sua vez, é tida como legítima porque deriva de uma apropriação legítima do excedente num momento anterior. A eficácia da exploração capitalista se apóia em sua capacidade de perpetuar as condições sob as quais aparece como moralmente legítima. Marx nos diz que o reconhecimento, pelo trabalhador, dos produtos como seus e o julgamento de que a separação do trabalho e do produto é injusta são o começo do fim do capitalismo. A alienação nesse sentido não oferece aos trabalhadores uma motivação para abolir o capitalismo; ela embota a motivação" (Elster, 1989, p. 71).

⁵³ "A prática social do homem incorpora a negatividade, bem como a superação da negatividade. A negatividade da sociedade capitalista está na alienação do trabalho; a negação desta negatividade virá com a abolição do trabalho alienado. A alienação tomou sua forma mais universal na instituição da propriedade privada; a reparação virá com a abolição da propriedade privada. É da maior importância assinalar que Marx concebia a abolição da propriedade inteiramente como um meio para a abolição do trabalho alienado, e não como um fim em si" (Marcuse, 1988, p. 260).

2.2 Divisão do trabalho e desumanização

"O que caracteriza a divisão do trabalho no interior da sociedade moderna é o fato de que ela engendra as especialidades, as espécies e com elas o idiotismo de ofício."

Karl Marx (2004a, p. 166)

A divisão do trabalho não é um produto exclusivo do sistema capitalista de produção, porém, sob esse sistema, atinge o seu nível mais alto de perniciosidade. Marx fez uma distinção entre *divisão social do trabalho* e *divisão do trabalho na manufatura*. Assim, conforme o pensador alemão: "Enquanto a divisão social do trabalho, quer se processe ou não através da troca de mercadorias, é inerente às mais diversas formações econômicas da sociedade, a divisão do trabalho na manufatura⁵⁴ é uma criação específica do modo de produção capitalista" (Marx, 2004b, p. 414). Dessa forma, a divisão do trabalho, em sentido geral, já existia muito antes do capitalismo, e, para que possamos nos aproximar dos primórdios do seu desenvolvimento, devemos nos ater à própria evolução da consciência humana.

A consciência é, naturalmente, antes de mais nada mera consciência do meio sensível *mais próximo* e consciência da conexão limitada com outras pessoas e coisas situadas fora do indivíduo que se torna consciente; é ao mesmo tempo consciência da natureza que, a princípio, aparece aos homens como um poder completamente estranho, onipotente, inexpugnável; com o qual os homens se relacionam de maneira puramente animal e perante o qual se deixam impressionar como o gado; é, portanto, uma consciência puramente animal da natureza (religião natural) (Marx e Engels, 1987, p. 43-44).

Assim, essa forma inicial de consciência é condicionada pela relação que os seres humanos tinham com a natureza, e entre si mesmos. Mas, a partir do momento em que o ser humano se conscientiza da necessidade que tem de estabelecer relações com os demais seres humanos, começa a surgir a consciência de que ele vive em sociedade. No entanto, essa consciência ainda está muito próxima da animalidade, e ela "desenvolve-se e aperfeiçoa-se ulteriormente em razão do crescimento da produtividade, do aumento das necessidades e do aumento da população, sendo este último a base dos dois primeiros" (Marx e Engels, 1987, p. 44). A partir desse desenvolvimento, estão criadas as condições para o advento da divisão do trabalho:

⁵⁴ "Muito contrariamente a esta divisão geral ou social do trabalho é a divisão do trabalho em pormenor, a divisão manufatureira do trabalho. Esta é o parcelamento dos processos implicados na feitura do produto em numerosas operações executadas por diferentes trabalhadores" (Braverman, 1987, p. 72).

Com isto, desenvolve-se a divisão do trabalho, que originariamente nada mais era do que a divisão do trabalho no ato sexual e, mais tarde, divisão do trabalho que se desenvolve por si própria 'naturalmente', em virtude de disposições naturais (vigor físico, por exemplo), necessidades, acasos etc. A divisão do trabalho torna-se realmente divisão apenas a partir do momento em que surge uma divisão entre o trabalho material e o espiritual. A partir deste momento, a consciência *pode* realmente imaginar ser algo diferente da consciência da práxis existente, representar *realmente* algo sem representar algo real; desde este instante, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e entregar-se à criação da teoria, da teologia, da filosofia, da moral etc., 'puras' (Marx e Engels, 1987, p. 44-45).

Assim, uma vez que a consciência pôde emancipar-se do mundo, através da divisão entre trabalho material e espiritual⁵⁵, ela adquiriu a possibilidade de entrar em contradição com ele. Mas, é a contradição entre as relações sociais e as forças de produção existentes que permite que os resultados do trabalho espiritual – teoria, teologia, filosofia, moral etc. –, produzidos pela consciência que se emancipou do mundo, possam estar em contradição com as relações existentes. Para Marx, as relações sociais deveriam ser um reflexo das forças de produção, e vice-versa, e é a divisão do trabalho que permite que esses dois pólos entrem em contradição. Uma vez estabelecida essa contradição, está aberta a possibilidade de as atividades serem distribuídas de forma diferenciada entre os seres humanos e que alguns executem tarefas ligadas a fruição e outros ligadas à produção de mercadorias⁵⁶. Nesse sentido, Marx e Engels afirmam:

[...] com a *divisão do trabalho*, fica dada a possibilidade, mais ainda, a realidade, de que a atividade espiritual e a material – a fruição e o trabalho, a produção e o consumo – caibam a indivíduos diferentes; e a possibilidade de não entrarem esses elementos em contradição reside unicamente no fato de que a divisão do trabalho seja novamente superada (Marx e Engels, 1987, p. 45-46).

Considerando que o sistema capitalista de produção tem na divisão do trabalho um de seus mais caros baluartes, e que, nesse sistema, o trabalhador possui a incumbência de aumentar a riqueza, sem poder participar dos seus benefícios, por conseqüência, cabem ao trabalhador a atividade material, o trabalho e a produção, ao passo que ao capitalista cabem a atividade espiritual, a fruição e o consumo.

⁵⁵ "Apenas com a transformação gradual do caráter e dos aspectos sociais da atividade produtora, e principalmente após o aparecimento da divisão do trabalho, é que a atividade ideal-consciente deixará de ser inteira e diretamente subordinada àquela que é prático-material e que alguns aspectos da atividade intelectual se diferenciarão" (Márkus, 1974, p. 87).

⁵⁶ "O aparecimento histórico [da] divisão do trabalho e seu domínio social completo correspondem ao desenvolvimento da exploração do homem pelo homem e da sociedade de classes; baseada nas classes, a diferenciação das atividades se transforma numa hierarquia social, tanto no que concerne à participação na produção global da sociedade quanto nas possibilidades de decisão na gestão dos negócios comuns, na consideração atribuída às posições sociais, etc" (Id., Ibid., p. 96).

A divisão do trabalho na manufatura, específica do modo de produção capitalista, tem como justificção a complexidade do trabalho a ser executado, bem como a possibilidade de aumentar significativamente a produtividade do trabalhador. Entretanto, ela tem como uma de suas conseqüências a criação de uma cisão entre os trabalhadores, uma vez que, por causa dela, eles não se reconhecem como iguais, e isso na mesma medida dos diferentes tipos de trabalho que executam, bem como da diferente posição hierárquica que ocupam nos quadros do local onde trabalham. Além disso, o trabalhador, pela divisão do trabalho, fica totalmente impossibilitado de desenvolver de modo pleno as suas potencialidades, porquanto se requer dele a mera execução automática de um trabalho repetitivo, que o acaba levando à condição de máquina.

Embora a divisão do trabalho aumente o poder produtivo do trabalho e a riqueza e o requinte da sociedade, empobrece o trabalhador e transforma-o em máquina. Se bem que o trabalho fomenta a acumulação do capital e, deste modo, a crescente prosperidade da sociedade, torna o trabalhador cada vez mais dependente do capitalista, expõe-no a maior concorrência e arrasta-o para a corrida da superprodução seguida pela correspondente crise econômica (Marx, 1964, p. 108).

Com a divisão do trabalho, ocorre um aprofundamento da distância existente entre a riqueza produzida e a condição de pobreza do trabalhador, o qual participa de uma pequena etapa do processo de produção, especializando-se, tão-somente, na execução de uma tarefa repetitiva. Isso possibilita um aumento de produção, com o conseqüente aumento da acumulação de capitais e da riqueza. Mas esse aumento da riqueza tem como beneficiário, apenas, o proprietário dos meios de produção. Dessa forma, ele passa a ter um excedente que pode ser reinvestido com a intenção de elevar cada vez mais os seus ganhos, ao passo que ao trabalhador resta a esperança de receber um salário que lhe garanta, pelo menos, a possibilidade de manter-se vivo. Isso se dá pelo fato de, com a divisão do trabalho, o nível de conhecimento que o trabalhador possui do trabalho, como um todo, torna-se cada vez mais baixo e, por isso, ele pode ser facilmente substituído⁵⁷, o que tem por conseqüência a sua baixa remuneração.

Além disso, o trabalhador fica na dependência dos humores do capitalista e dos movimentos do capital. Como o único bem que possui é a sua força de trabalho, a qual é

⁵⁷ "Para ser calculável e previsível [do ponto de vista da racionalidade econômica] a produção não podia repousar sobre o trabalho de operários, que produzem mais ou menos bem, mais ou menos rápido. Era preciso transformar as atividades produtivas de diferentes indivíduos em atividades rigorosamente idênticas, tornar suas tarefas intercambiáveis, mensuráveis pela mesma balança, seus rendimentos comparáveis. Para tanto, era preciso [...] separar o trabalho da personalidade dos trabalhadores, racionalizá-lo e reificá-lo de tal maneira que a mesma tarefa pudesse ser cumprida por outro trabalhador qualquer, trabalhando em uma fábrica qualquer instalada nos quatro cantos do território ou nos quatro cantos do mundo" (Gorz, 2003, p. 62).

obrigado a vender, pelo preço que o capitalista pagar, para garantir a sua sobrevivência, e, como ao capitalista interessa sempre o aumento cada vez maior da produção, o trabalhador se vê submetido a um sistema opressor que não lhe deixa outra alternativa, a não ser a de integrar-se a ele, sob pena de não ter como subsistir. E os outros trabalhadores, nesse contexto, são vistos como concorrentes, que poderão, a qualquer momento, ocupar a sua vaga. Essa concorrência entre os trabalhadores, sem dúvida, é interessante ao capitalista, pois, além deste último poder lhes pagar um salário cada vez mais baixo, impede, ou pelo menos dificulta, qualquer tipo de questionamento, por parte daqueles, a respeito do real causador de sua miséria.

Por outro lado, Marx afirma que a divisão do trabalho eleva o aprimoramento da sociedade, e que o trabalho proporciona a esta um progressivo bem-estar. Mas, é claro, o filósofo alemão está se referindo àquela parte da sociedade que não inclui o trabalhador. Não resta dúvida de que o trabalho, bem como o progresso proporcionado pelo avanço da ciência, podem beneficiar a sociedade, e permitir que ela avance para estágios cada vez altos de desenvolvimento, em seus diversos aspectos. Ocorre que, no seio do capitalismo, os trabalhadores não podem desfrutar dessas conquistas, uma vez que, pela divisão do trabalho, foram reduzidos à condição de máquinas, ocorrendo, inclusive, a situação descrita por Marx: "a divisão do trabalho [...] introduz, não só a concorrência de outros homens, mas também das máquinas. Visto que o trabalhador foi reduzido a máquina, a máquina pode com ele competir" (Marx, 1964, p. 106).

No sistema capitalista de produção, tanto a divisão social do trabalho, quanto a divisão do trabalho na manufatura estão a serviço da acumulação de riquezas, requerida pela própria lógica de funcionamento desse sistema. Porém, é a divisão do trabalho na manufatura a que tem a prerrogativa de impedir o desenvolvimento das potencialidades humanas. É iluminadora, a esse respeito, a seguinte passagem de Braverman:

A divisão do trabalho na sociedade é característica de todas as sociedades conhecidas; a divisão do trabalho na oficina é produto peculiar da sociedade capitalista. A divisão social do trabalho divide a sociedade entre ocupações, cada qual apropriada a certo ramo de produção; a divisão pormenorizada do trabalho destrói ocupações consideradas neste sentido, e torna o trabalhador inapto a acompanhar qualquer processo completo de produção. No capitalismo, a divisão social do trabalho é forçada, caótica e anarquicamente, pelo mercado, enquanto a divisão do trabalho na oficina é imposta pelo planejamento e controle. Ainda no capitalismo, os produtos da divisão social do trabalho são trocados como mercadorias, enquanto os resultados da operação do trabalhador parcelado não são trocados dentro da fábrica como no mercado, mas são todos possuídos pelo mesmo capital. Enquanto a divisão social do trabalho subdivide a *sociedade*, a divisão parcelada do trabalho subdivide o *homem*, e enquanto a subdivisão da sociedade pode fortalecer o indivíduo e a espécie, a subdivisão do indivíduo, quando efetuada

com menosprezo das capacidades e necessidades humanas, é um crime contra a pessoa e contra a humanidade (Braverman, 1987, p. 72).

Portanto, a divisão do trabalho na manufatura resulta na divisão do ser humano que trabalha. Ao integrar-se no processo de produção, o trabalhador passa a executar apenas tarefas fragmentadas, que não lhe proporcionam uma compreensão geral desse processo. Dessa forma, o desenvolvimento das potencialidades do trabalhador fica restrito àquele que garanta o perfeito cumprimento das tarefas que lhe são impostas⁵⁸. Sendo assim, o trabalhador fica totalmente subordinado às necessidades do processo produtivo, e a sua contribuição se equipara à mesma dada por uma peça em um sistema de engrenagens. Tal situação passou a estar presente, em toda a sua extensão, a partir do momento em que os processos de trabalho passaram a ser mecanizados:

[...] a adaptação de uma ferramenta, antes empunhada pela mão humana, a um mecanismo [...] não só tornou preciso que os trabalhadores se concentrassem num só lugar de trabalho, a fábrica (isso acontecera às vezes no período anterior ao que Marx chamara "manufatura"), mas impôs ao processo de produção um caráter coletivo, como a atividade de uma equipe meio mecânica e meio humana. Uma característica desse processo de equipe foi a extensão da divisão do trabalho a um grau de complexidade jamais testemunhado e sua extensão, além disso, a um grau inimaginado dentro do que constituía, tanto funcional quanto geograficamente, uma única unidade ou equipe de produção. Uma outra característica foi a necessidade crescente no sentido de que as atividades do produtor humano se conformassem aos ritmos e movimentos do processo mecânico, uma mudança técnica de equilíbrio que teve seu reflexo socioeconômico na crescente dependência do trabalho em relação ao capital e no papel cada vez maior desempenhado pelo capitalista como força disciplinadora e coatora do produtor humano em suas operações detalhadas (Dobb, 1974, p. 316-317).

O aprofundamento da divisão do trabalho, provocado pela mecanização, apenas ressalta o fato de que, para o sistema capitalista de produção, o ser humano trabalhador é apenas um meio, que deve adaptar-se aos complexos mecanismos do sistema produtor de mercadorias, com vistas a proporcionar o aumento constante da produção de riquezas. Assim, a mecanização dos processos de trabalho, que deveria auxiliar o trabalhador nas suas tarefas e contribuir para o seu enriquecimento, se converte num instrumento de opressão do ser humano. Marx nos mostra em que medida as máquinas, em um sentido positivo, poderiam melhorar a relação do trabalhador com o processo produtivo, e como o capitalismo subverte o uso delas:

⁵⁸ "A divisão do trabalho, sob o capitalismo, isola o homem nos limites de uma atividade limitada, imprimindo ao desenvolvimento da personalidade uma direção unilateral, que toma às vezes a forma de uma monstruosa especialização. Longe de se desenvolver universalmente, o homem apegando-se à sua esfera de ação e, preso à sua particularidade, limita e mutila o seu ser" (Vázquez, 1968, p. 320).

A maquinaria, como instrumental que é, encurta o tempo de trabalho; facilita o trabalho; é uma vitória do homem sobre as forças naturais; aumenta a riqueza dos que realmente produzem; mas, com sua aplicação capitalista, gera resultados opostos: prolonga o tempo de trabalho, aumenta sua intensidade, escraviza o homem por meio das forças naturais, pauperiza os verdadeiros produtores (Marx, 2004b, p. 503).

Assim, com a divisão do trabalho, associada com a maquinaria, o trabalhador deixa de ter domínio sobre o produto do seu trabalho e sobre o processo de produção. A sua atividade deixa de ser criativa e não apresenta desafios que possibilitariam um desenvolvimento das capacidades do trabalhador, mas, ao invés, condena-o à execução de uma tarefa repetitiva, que bem poderia ser executada por uma máquina. Dessa forma, a divisão do trabalho serve aos interesses do capital e não do ser humano que trabalha e, portanto, se coloca como instrumento de desumanização do trabalhador.

2.3 O trabalhador como mercadoria

"Como capital, o *valor* do trabalhador varia de acordo com a procura e a oferta, e a sua *existência física*, a sua *vida*, foi e é considerada como uma oferta de *mercadorias*."

Karl Marx (1964, p. 173)

É certo que o capitalismo trouxe avanços inestimáveis para o progresso da civilização, e estes eram já reconhecidos por Marx, que, no *Manifesto Comunista*, afirma: "Com o rápido aprimoramento de todos os meios de produção, com as imensas facilidades dos meios de comunicação, a burguesia arrasta todas as nações, mesmo as mais bárbaras, para a civilização" (Marx e Engels, 1978, p. 97). Com o advento do capitalismo, supera-se o modo feudal de produção, no qual as propriedades dos senhores eram cultivadas por servos e permaneciam, entre si, em um grau elevado de isolamento. O avanço da burguesia e o ritmo acelerado da Revolução Industrial não eram compatíveis com o modo medieval de produção, de forma que este foi sendo descartado e substituído por outro sistema.

Porém, se no sistema feudal de produção, o trabalho pesado era executado pelo servo, nos primórdios do sistema capitalista, o era pelo trabalhador proletário. Essa figura surgiu devido às necessidades de acumulação inicial do sistema emergente, onde a produção deveria ser feita com baixo custo e em quantidades cada vez maiores. Assim, as indústrias empregavam um contingente de trabalhadores com baixíssimo grau de especialização e que recebiam como salário apenas o suficiente para sobreviverem e continuarem a reproduzir a

força de trabalho. Sobre essa situação Marx afirma que "a mais baixa e a única necessária tabela de salários é aquela que provê à subsistência do trabalhador, durante o trabalho, e a um suplemento adequado para criar a família, a fim de que a raça dos trabalhadores não se extinga" (Marx, 1964, p. 101). Evidentemente esses trabalhadores não tinham acesso aos bens manufaturados produzidos e eram tratados como uma peça facilmente descartável e substituível da engrenagem de produção. O capitalista, proprietário dos meios de produção, não estava, em absoluto, preocupado com o bem-estar e o desenvolvimento das potencialidades dos seres humanos engajados na esteira de sua fábrica. A sua preocupação era, tão-somente, gerar mais capital para produzir mais, para gerar mais capital para produzir mais... E o trabalhador, empobrecido, precisava garantir a sua própria sobrevivência.

Nesse contexto, não há possibilidade de compreender o trabalho como uma atividade que permite ao ser humano o desenvolvimento de suas potencialidades. Mas por quê? Não está o trabalhador transformando a natureza e sendo transformado por ela? Ocorre que nessa situação o trabalhador não está sendo desafiado, não está pondo à prova sua capacidade de criação, nem de superação de possíveis dificuldades. Está simplesmente sendo utilizado como força de trabalho autômato, que segue um procedimento préestabelecido, não-sujeito a alterações, e, muito menos, a questionamentos. É um mero executor que realiza um trabalho mecânico, trabalho esse que poderia, tranqüilamente, ser realizado por uma máquina. De forma que interessa ao capitalista apenas a força corporal do trabalhador e não o desenvolvimento de suas capacidades, podendo-se comparar o trabalhador, nessa situação, a um animal de tração.

Sem dúvida, o desenvolvimento de potencialidades humanas é incompatível com a figura de um animal de tração, como também o é com um ser humano tratado com tal. Por outro lado, mesmo que algum esforço mental seja feito, para executar um determinado trabalho, de pouco adiantaria para promover o desenvolvimento do trabalhador, pois esse esforço logo se dissolveria em uma atividade repetitiva, e seria incorporado como força de trabalho autômato. Ou seja, uma vez ultrapassada uma possível dificuldade inicial, o trabalho voltaria a ser realizado mecanicamente.

Nessas condições, em que o trabalhador é explorado até o limite de suas forças e igualado a um simples portador de força de trabalho, nos deparamos com a situação descrita por Marx:

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tão mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a *valorização* do

mundo das coisas aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e justamente na mesma proporção com que produz bens (Marx, 1964, p. 159).

Essa afirmação marxiana mostra, já no seu início, as conseqüências dessa concepção do ser humano como mera força de trabalho. A riqueza produzida não serve para melhorar as condições de vida daqueles que a produzem, mas, ao contrário, se coloca como fator de opressão, à medida que, para o trabalhador, nada mais é que uma meta a ser atingida. Essa meta, se for estipulada em níveis inatingíveis, vai gerar no trabalhador um sentimento de impotência, pois, por mais que se esforce, nunca conseguirá alcançar o fim estabelecido. Isso acaba por criar uma situação onde o trabalhador se vê como inferior ao trabalho que executa. Ou seja, ele é como se fosse uma presa do seu próprio trabalho. Há aqui uma inversão, pois o trabalho é que deve estar a serviço do ser humano e não o ser humano a serviço do trabalho. Essa inversão faz, então, com que o trabalho adquira ares de autonomia, como se fosse uma entidade independente do trabalhador. Dessa forma, o trabalhador sente-se oprimido pelo seu trabalho e não pelo capitalista que, evidentemente, tem o maior interesse em tal situação. Uma vez que o conceito de "trabalho" não é algo contra o qual se possa insurgir ou insubordinar, o trabalhador segue sua sina, sentindo-se oprimido por uma força superior que parece não ter existência no mundo concreto.

Assim, não é difícil compreender por que, quanto mais riqueza produz, mais pobre fica o trabalhador. Essa pobreza, certamente, não se refere, tão-somente, a condições materiais necessárias ao seu sustento, mas também à possibilidade de o ser humano desenvolver, com plenitude, as suas potencialidades. Impedido de fazer isso, ele torna-se uma mera peça no sistema de produção. E, ao tornar-se uma peça, fica à mercê das necessidades desse sistema, que, por sua vez, tem por finalidade aumentar a produção de riquezas e não possibilitar o desenvolvimento das capacidades humanas.

Diante dessa situação, o trabalhador torna-se uma mercadoria como outra qualquer, e seu valor diminui, à medida que aumenta a quantidade de bens que produz. Dessa forma, uma vez que o trabalhador se converte em mercadoria e em uma peça do sistema de produção, então é fácil admitir que, da mesma forma como qualquer outra peça ou mercadoria, ele pode ser comprado, vendido, descartado ou substituído, conforme as necessidades do trabalho a ser realizado. Assim, o trabalhador, que, com sua capacidade transformadora e criativa, deveria produzir mercadorias para o seu desfrute, ao ter essa capacidade transmutada em atitudes

mecânicas, acaba ele mesmo sendo convertido em mais uma mercadoria, dentre todas as outras produzidas por ele.

A produção não produz unicamente o homem como uma *mercadoria*, a *mercadoria humana*, o homem sob a forma de *mercadoria*; de acordo com tal situação, produ-lo ainda como um ser *espiritual e fisicamente desumanizado*... Imoralidade, deformidade, hilotismo dos trabalhadores e capitalistas... O seu produto é a *mercadoria autoconsciente e ativa*... a *mercadoria humana*... (Marx, 1964, p. 174).

Uma vez convertido em mercadoria, perde a sua humanidade e passa a ser tratado como coisa⁵⁹. E uma vez que é visto como coisa, deve estar disponível, tão-somente, para atender as necessidades do sistema de produção, que precisa da sua força de trabalho para continuar existindo. Além disso, sendo mercadoria, possui um preço, e este preço é tão menor quanto mais destituído de humanidade for o trabalhador. Dessa forma, à medida que aumenta a sua desumanização, o trabalhador aproxima-se, cada vez mais, da condição de peça, e quanto mais próximo da condição de peça, mais mercadorias cria e mais barato fica o trabalhador-mercadoria. Segundo Marx,

[...] o *trabalhador* tem a infelicidade de ser um capital *vivo* e, portanto, com *necessidades*, que em cada momento em que não trabalha perde os seus juros e, por conseguinte, a existência. Como capital, o *valor* do trabalhador varia de acordo com a procura e a oferta, e a sua *existência física*, a sua *vida*, foi e é considerada como uma oferta de *mercadorias*, semelhante a qualquer outra mercadoria. O trabalhador produz o capital, o capital produz o trabalhador. Assim, ele produz-se a si mesmo, e o homem enquanto *trabalhador*, enquanto *mercadoria*, constitui o produto de todo o processo. O homem não passa de simples *trabalhador* e, enquanto trabalhador, as suas qualidades humanas existem apenas para o capital, que lhe é *estranho* (Marx, 1964, p. 173).

Essa visão, que o capitalismo tem do ser humano, como um simples meio para produzir oferta de mercadorias, tem como conseqüência a valorização do mundo das coisas, e a valorização desse mundo aumenta proporcionalmente à desvalorização do mundo dos homens. Essa desvalorização do ser humano está em acordo com a finalidade do sistema capitalista de produção, que é gerar sempre cada vez mais riquezas, ou seja, bens materiais consumíveis. É claro que esse aumento constante da geração de riquezas deve ter alguma

⁵⁹ "Marx, há mais de um século, assinalou nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844* em que condições históricas, econômicas e sociais – as próprias da sociedade capitalista – verifica-se a alienação do operário, quando seu trabalho se converte, de atividade criadora que é a essência do homem, em trabalho alienado, isto é, numa atividade no curso da qual o homem, longe de se afirmar, nega a si mesmo, pois não se reconhece nem nos produtos de sua atividade, nem em sua própria atividade, nem em suas relações com os demais homens. Na medida em que o homem não se reconhece em seus produtos, nem reconhece a si mesmo como sujeito criador, também ele – uma vez perdida a sua essência humana – torna-se objeto, coisa. Em suma, sua existência se coisifica, se torna instrumento, meio ou mercadoria" (Vázquez, 1968, p. 273).

justificação. E a solução encontrada foi a da autojustificação do sistema, ou seja, o sistema tem seu fim em si mesmo. De forma que se produzem cada vez mais riquezas, para produzir cada vez mais riquezas... E, se isso é assim, o ser humano enquanto tal, com suas necessidades tão diversas, com suas aspirações que se elevam acima do sistema de produção, deve ser desvalorizado, porque o que interessa dele é, tão-somente, sua capacidade de colaborar para o aumento da quantidade de bens produzidos. Vê-se, portanto, que existe, no âmbito do capitalismo, uma oposição entre o mundo das coisas e o mundo dos homens. Nessa oposição, um mundo é valorizado na mesma medida da desvalorização do outro. Assim, o ser humano, que deveria estar em harmonia com a riqueza produzida por ele, e se servindo dela para satisfazer as suas diversas necessidades, acaba por se sentir tanto mais oprimido quanto mais riquezas produz. Portanto, ao serem valorizadas as riquezas e serem produzidas em maior quantidade, torna-se mais pobre e mais desvalorizado o trabalhador.

O trabalho, nesse contexto, conforme foi apontado anteriormente por Marx, além de produzir mercadorias, também produz o trabalhador e a si mesmo como uma mercadoria, e isso proporcionalmente à sua produção de bens. E, enquanto mercadoria, o trabalho tem valor igual ao dos objetos que permitem a sobrevivência dos trabalhadores.

[...] o trabalho sendo ele próprio mercadoria, mede-se como tal pelo tempo de trabalho que é preciso para produzir o trabalho-mercadoria. E o que é preciso para produzir o trabalho-mercadoria? Justamente aquilo que é preciso em tempo de trabalho para produzir os objetos indispensáveis à manutenção incessante do trabalho, quer dizer aquilo que faz viver o trabalhador e o põe em condição de propagar sua raça. O preço natural do trabalho nada mais é que o mínimo do salário (Marx, 2004a, p. 46).

Mas, se o trabalho pode produzir a si mesmo e o trabalhador como uma mercadoria, é porque o trabalhador já não tem o domínio sobre ele, mas, ao contrário, o trabalho é que domina e submete o trabalhador. Assim, vê-se o trabalho como algo exterior ao trabalhador, que, ao invés de lhe proporcionar o desenvolvimento de suas potencialidades, o mantém em estado de opressão e estagnação⁶⁰. Mas, também, é visto como coisa, como um objeto independente e, por isso, pode ser transformado em mercadoria. Essa visão do trabalho coaduna-se perfeitamente com as necessidades do sistema de produção que, para sobreviver, precisa transformar tudo em mercadoria.

⁶⁰ "Este estado tem lugar quando o trabalho se volta contra o homem, se impõe a ele como uma obrigação que o esmaga, rouba-lhe a liberdade e se converte na divindade maléfica, no *fatum* que determina inapelavelmente a existência de cada um. Em tal caso o homem não prepara o trabalho para si mas é preparado, na qualidade de objeto manufaturado, para o trabalho. Este se constitui em realidade em si, substancializada, em poder autônomo que atua sobre o homem, o constrange e ao qual não pode resistir. Em tal caso o trabalho não forma o homem, mas o deforma" (Pinto, 1985, p. 344).

Existe, assim, uma clivagem entre o trabalhador e o seu trabalho, e essa separação se coloca como condição fundamental para que o trabalhador perca sua humanidade e seja transformado, apenas, em força de trabalho. Uma vez consolidada essa situação, uma vez que o trabalhador é transformado em coisa, ele vê-se a si mesmo como coisa e, assim, está fechado o círculo da opressão, do qual dificilmente poderá libertar-se. E essa desumanização do trabalhador, na verdade, não é um mero efeito colateral do sistema de produção capitalista, mas, antes, é uma de suas condições de possibilidade, uma vez que esse sistema tem como finalidade a acumulação de capital e o aumento constante da geração de riquezas materiais. Dessa forma, para perseguir essa finalidade, cria leis próprias, no âmbito das quais o trabalhador, transformado em mercadoria, apenas interessa enquanto componente do sistema produtivo, permanecendo sujeito a essas leis que, do ponto de vista de sua humanidade, lhe são estranhas.

Por conseqüência, assim como ele se vê reduzido espiritual e fisicamente à condição de uma máquina e se transforma de ser humano em simples atividade abstrata e em abdômen, também assim se torna progressivamente dependente de todas as flutuações no preço corrente, no emprego do capital e nos caprichos do rico. De igual modo, o crescimento da classe de homens que são inteiramente dependentes do trabalho aumenta a competição entre os trabalhadores e baixa o seu preço. No sistema industrial, esta situação dos trabalhadores atinge o clímax (Marx, 1964, p. 105).

Portanto, o trabalho, nesse contexto, se torna um inimigo do trabalhador e, ao invés de contribuir para o seu desenvolvimento, lhe faz oposição. Assim, aquilo que deveria ser um fator extremamente importante de desenvolvimento do ser humano se torna exatamente o seu contrário, escravizando aquele que deveria emancipar. Mas o trabalhador não tem outra opção a não ser submeter-se a este sistema opressivo de trabalho, pois, mesmo que sinta na pele o fardo dessa opressão, precisa lutar para garantir a sua sobrevivência. E nessa luta, os seus concorrentes são justamente outros trabalhadores.

A procura de homens regula necessariamente a produção de homens como de qualquer outra mercadoria. Se a oferta excede por muito a procura, então parte dos trabalhadores cai na penúria ou na fome. Assim, a existência do trabalhador encontra-se reduzida às mesmas condições que a existência de qualquer outra mercadoria. O trabalhador tornou-se uma mercadoria e terá muita sorte se puder encontrar um comprador. E a procura, de que depende a vida do trabalhador, é determinada pelo capricho dos ricos e dos capitalistas (Marx, 1964, p. 102).

Dessa forma, o capitalismo, além de desumanizar os trabalhadores, cria entre eles um clima de disputa, acirrando um individualismo que somente serve para perpetuar a sua

situação. É que, como foram reduzidos à condição de mercadoria, passam a estar submetidos às mesmas leis que governam as trocas de qualquer outra mercadoria. Por causa disso, "o trabalhador não tem apenas de lutar pelos meios físicos de subsistência; deve ainda lutar por alcançar trabalho, isto é, pela possibilidade e pelos meios de realizar a sua atividade" (Marx, 1964, p. 103). Acontece que, nessa sua luta por conseguir trabalho, além de o trabalhador estar em disputa com outros trabalhadores, ainda fica na dependência dos caprichos dos proprietários dos meios de produção.

Portanto, para o trabalhador transformado em mercadoria, o trabalho está longe de ser considerado um meio de realização de suas potencialidades. Ao contrário, impõe-se como um meio de opressão que submete o trabalhador às necessidades do sistema capitalista de produção.

3 SUPERAÇÃO DO TRABALHO ALIENADO

O ser humano, para continuar vivendo, precisa satisfazer uma série de necessidades, sejam elas naturais ou provenientes da cultura, e o trabalho possibilita a satisfação de muitas delas; porém, o próprio trabalho também faz parte desse conjunto de necessidades. Ao se dirigir à natureza para transformá-la, o ser humano também está se transformando e, dessa forma, desenvolvendo suas potencialidades. Esse desenvolvimento é possível, porque, ao trabalhar, ao mesmo tempo que o ser humano está utilizando sua força corporal, também está sendo desafiado a utilizar sua capacidade criativa. E é o exercício dessa capacidade criativa precisamente aquilo que é arrancado ao trabalhador no regime capitalista de produção.

Ao ser submetido a um sistema que tem por finalidade o aumento indefinido das riquezas produzidas, e que considera o ser humano, tão-somente, como um meio para atingir esse fim, o trabalhador se vê em um regime que o oprime, limita e o impede de poder desenvolver-se plenamente, enquanto ser humano. Dessa forma, o trabalhador, ao invés de criar, de expressar-se pelos mais diversos meios, de discutir a melhor maneira de exercer suas tarefas, de olhar para o mundo e refletir sobre ele, de ver no seu trabalho uma parte essencial da sua vida, ao invés disso, ele está obrigado a ser um mero executor de tarefas repetitivas, cansativas e que lhe tolhem por completo a possibilidade de desenvolver todas as suas potencialidades. No entanto, embora essa constatação se enquadre no âmbito do pensamento marxiano, veja-se este trecho, a respeito das conseqüências da divisão do trabalho – um dos pilares do sistema capitalista de produção –, presente no mais famoso livro do insuspeito Adam Smith:

Com o avanço da divisão do trabalho, a ocupação da maior parte daqueles que vivem do trabalho, isto é, da maioria da população, acaba restringindo-se a algumas operações extremamente simples, muitas vezes a uma ou duas. Ora, a compreensão da maior parte das pessoas é formada pelas suas ocupações normais. O homem que gasta toda sua vida executando algumas operações simples, cujos efeitos também são, talvez, sempre os mesmos ou mais ou menos os mesmos, não tem nenhuma oportunidade para exercitar sua compreensão ou para exercer seu espírito inventivo no sentido de encontrar meios para eliminar dificuldades que nunca ocorrem. Ele perde naturalmente o hábito de fazer isso, tornando-se geralmente tão embotado e ignorante quanto o possa ser uma criatura humana (Smith, 1983, p. 213).

Ou seja, mesmo antes de Marx, já se sabia que o trabalho, sob o regime capitalista de produção, desumaniza o trabalhador, ao invés de humanizá-lo, transformando-o em um autômato e ignorante, e sem possibilidade de desenvolver suas capacidades criativas. Assim, essa impossibilidade de exercer seus dons criativos, e a dificuldade de transformar a situação

na qual se encontra inserido, o empurra cada vez mais para a ignorância e o embrutecimento. Portanto, o trabalho, que ao longo da história sempre esteve presente no processo de desenvolvimento do ser humano enquanto tal, converte-se em instrumento de desumanização. Mas como superar esse tipo de trabalho imposto pelo capitalismo? Como o ser humano pode, no âmbito desse regime de produção, conseguir a sua emancipação e realizar, no mais alto grau, as suas potencialidades?

3.1 Proletariado e práxis revolucionária

"É certo que a arma da crítica não pode substituir a crítica das armas, que o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria converte-se em força material quando penetra nas massas."

Karl Marx (2005, p. 151)

O sistema capitalista de produção possui uma lógica própria de funcionamento, que foi construída historicamente. Nele, o conjunto dos trabalhadores serve, apenas, como meio para a consecução dos fins desse sistema, isto é, a produção e a acumulação de riquezas. Portanto, nesse contexto, o trabalho não pode desenvolver plenamente as capacidades e potencialidades humanas. O trabalhador, ao trabalhar, sente-se oprimido e trabalha com o único intuito de garantir a sua subsistência. A sua condição de ser humano, que tem necessidades, que sente, que deseja, fica relegada a um plano totalmente secundário. O seu valor é medido de acordo com a sua capacidade para trabalhar e executar suas atividades, em conformidade com as necessidades do capital. O seu desenvolvimento fica restrito à aquisição dos conhecimentos necessários para executar o seu trabalho, em acordo com as exigências do mercado capitalista.

O capitalismo, com todo o seu aparato ideológico, propagandístico e cultural, procura sempre fazer crer que a sociedade deve prosseguir seu curso, sem desviar-se do caminho que a levará ao desenvolvimento, com a conseqüente melhora do nível de vida para todas as pessoas que estiverem dispostas a trabalhar arduamente. Nesse sentido, ele se coloca como um sistema que está dado, como o pressuposto inquestionável, a partir do qual a vida em sociedade deve transcorrer. Aos trabalhadores cabe desempenhar as diversas funções que permitem movimentar as engrenagens do capitalismo e, diante dos mecanismos desse sistema, eles são equiparados a peças, que podem ser facilmente substituídas, sempre que apresentarem qualquer problema.

Nessa situação, o ser humano vive em função do seu trabalho e, devido à assimilação da ideologia capitalista, somente consegue sentir-se útil, quando está trabalhando para aumentar a produção de riquezas. Porém, ao trabalhar, ele não se beneficia com o produto do seu trabalho, que não reconhece como seu, e, por isso, não vê problema algum em que ele seja incorporado aos bens do seu patrão capitalista. Dessa forma, os trabalhadores são oprimidos e não conseguem reconhecer o seu papel de verdadeiros produtores das riquezas, que passam para a propriedade dos poucos capitalistas proprietários dos meios de produção. O trabalho, que deveria ser um instrumento de desenvolvimento das capacidades do ser humano, ao invés disso, faz que o trabalhador se veja preso nas amarras de um sistema que o utiliza somente como um meio para atingir os seus fins. Portanto, essa situação, tão degradante para a classe trabalhadora, beneficia a classe capitalista, uma vez que lhe proporciona uma acumulação cada vez maior da riqueza produzida. No entanto, de acordo com Marx,

a classe possuinte e a classe do proletariado representam a mesma auto-alienação humana. Mas a primeira das classes se sente bem e aprovada nessa auto-alienação, sabe que a alienação é *seu próprio poder* e nela possui a *aparência* de uma existência humana; a segunda, por sua vez, sente-se aniquilada nessa alienação, vislumbra nela sua impotência e a realidade de uma existência desumana (Marx, 2003, p. 48).

Assim, embora essa situação de alienação seja sentida com muita força, e de forma muito mais direta, por parte da classe trabalhadora, ela também atinge os proprietários dos meios de produção, no sentido de essa sua condição social não estar relacionada com o seu próprio desenvolvimento enquanto seres humanos e, sim, com o domínio que exercem sobre outros seres humanos⁶¹, os quais não têm outra opção, que não a de serem explorados. Portanto, o capitalismo não favorece o desenvolvimento do ser humano, seja capitalista, seja trabalhador. O trabalho alienado, dessa forma, é fator de desumanização dos trabalhadores, mas também implica a desumanização dos capitalistas e, dessa forma, a sociedade como um todo fica impedida de realizar-se, realização esta que somente é possível a partir do desenvolvimento pleno dos seres humanos que a compõem. Por isso, a emancipação dos

⁶¹ "No regime vigente em sociedades como a nossa a aquisição da liberdade de praticar um trabalho desalienado faz-se necessária tanto para o trabalhador, que se acha inteiramente privado de exercer livremente sua existência, quanto para o senhor, o empresário, o proprietário, que igualmente, e pelo mesmo motivo, não pode se realizar na plenitude do seu ser humano. Com efeito, em consequência da condição de ser aquele que depende da obediência de outros para ser o que é, torna-se um ser mutilado em sua essência, que não chega a realizar plenamente a sua qualidade de homem, ou seja, possuidor de si mesmo, porque é apenas possuidor de objetos, máquinas, indústrias, terras, dinheiro, e na verdade, de outros homens, o que só lhe permite realizar-se na figura parcialmente humana de quem restringe direitos de seus semelhantes para ter os que ostenta, de quem precisa negar a condição humana dos outros para tentar afirmar-se na sua própria. Um homem que depende de tornar os outros inumanos para ter a humanidade que possui é ainda mais imperfeito, menos humano do que aqueles a quem priva da condição humana" (Pinto, 1985, p. 370).

trabalhadores será também a emancipação de todos os seres humanos⁶². E a possibilidade dessa emancipação existe, segundo Marx:

Na formação de uma classe que tenha *cadeias radicais*, de uma classe na sociedade civil que não seja uma classe da sociedade civil, de um estamento que seja a dissolução de todos os estamentos, de uma esfera que possua caráter universal porque os seus sofrimentos são universais e que não exige uma *reparação particular* porque o mal que lhe é feito não é um *mal particular*, mas o *mal em geral*, que já não possa exigir um título *histórico*, mas apenas o título *humano*; [...]; por fim, de uma esfera que não pode emancipar-se a si mesma nem se emancipar de todas as outras esferas da sociedade sem emancipá-las a todas – o que é, em suma a *perda total* da humanidade, portanto, só pode redimir-se a si mesma por uma *redenção total* do homem (Marx, 2005, p. 155-156).

Dessa forma, é necessário, primeiramente, que o conjunto dos trabalhadores, diante da situação de opressão a que está submetido, contrastada com a opulência dos capitalistas, se reconheça enquanto classe⁶³. Esse reconhecimento o leva à percepção de que o seu interesse está em oposição ao interesse dos capitalistas, e de que o trabalho e a riqueza gerada com o seu esforço estão direcionados somente no sentido de aumentar os ganhos dos proprietários dos meios de produção. Essa percepção, por parte dos trabalhadores, de a riqueza por eles gerada não amenizar a sua pobreza, nem diminuir o estado de opressão em que se encontram, faz que vejam haver algo de mais importante por trás do trabalho que executam⁶⁴.

Para Marx, portanto, a classe trabalhadora é a portadora da tarefa histórica de transformação da sociedade capitalista em uma outra, onde o trabalho não seja simplesmente um meio para aumentar a riqueza acumulada pelos proprietários dos meios de produção, mas, ao contrário, seja um meio para que os seres humanos possam desenvolver as suas capacidades. Conforme o filósofo alemão, ao executar essa tarefa,

⁶² "El efecto de la alienación del trabajo es paralizar la vida de especie del hombre y la comunidad de los seres humanos, paralizando también la vida personal. En una sociedad capitalista desarrollada, toda la servidumbre social y todas las formas de alienación están comprendidas en la relación del trabajador con la producción; la emancipación de los trabajadores no es por ello simplemente su emancipación como clase con intereses particulares, sino también la emancipación de la sociedad y la humanidad como un todo" (Kolakowski, 1985, p. 144-145).

⁶³ "O proletariado existe historicamente como *classe em si* antes de adquirir consciência de seus interesses e de sua missão histórica, ou, nos termos hegelianos que Marx às vezes usa, como uma classe *para si*. Isto é, o proletariado existe *em si*, como realidade social, antes de ter consciência disso, ou seja, antes de existir *para si*. Existe objetivamente inclusive quando a consciência capta de modo limitado ou deformado sua própria realidade" (Vázquez, 1986, p. 297).

⁶⁴ "O impulso revolucionário do proletariado é [...] a sua compreensão de que sua classe encerra todos os elementos necessários a uma sociedade cooperativa, rica em bens materiais e livre da exploração. É a sua compreensão de que, enquanto lhes é possível passar perfeitamente bem sem a classe superior, esta não é automanenedora, e se não fosse sustentada pelo proletariado se desintegraria completamente" (Ash, 1965, p. 164).

O proletariado executa a sentença que a propriedade privada pronuncia sobre si mesma ao engendrar o proletariado, do mesmo modo que executa a sentença que o trabalho assalariado pronuncia sobre si mesmo ao engendrar a riqueza alheia e a miséria própria. Se o proletariado vence, nem por isso se converte, de modo nenhum, no lado absoluto da sociedade, pois ele vence de fato apenas quando supra-sume a si mesmo e à sua antítese. Aí, sim, tanto o proletariado quanto sua antítese condicionante, a propriedade privada, terão desaparecido (Marx, 2003, p. 48-49).

Mas essa tarefa de superação do capitalismo, e de seus sustentáculos, somente é possível, à medida que os trabalhadores – já conscientes da sua condição de classe oprimida – consigam compreender que o capitalismo existe historicamente e que, por isso, pode ser transformado através de uma ação consciente. Essa compreensão da historicidade do sistema capitalista de produção é o primeiro passo para a sua transformação, pois, se ele passou a existir, e teve a sua ascensão, historicamente, então também é possível o seu declínio, e a sua superação por um outro sistema que tenha como ponto de partida o ser humano e não o capital. Se o capitalismo for compreendido como o resultado de relações sociais de produção, que se dão através da história, e se os trabalhadores perceberem que eles fazem parte ativa do conjunto das forças de produção, as quais permitem que esse sistema alcance os seus objetivos, nesse caso, a classe trabalhadora poderá conscientizar-se de que ela pode e deve ser a autora de sua própria história.

Mas, a ação transformadora não pode estar separada de um arcabouço teórico que lhe dê sustentação, pois, nesse caso, ela ocorreria de forma desordenada, sem que os agentes transformadores da realidade social soubessem contra o que estão lutando, quais as estratégias a serem utilizadas para realizarem sua luta e qual o ponto a que gostariam de chegar. Por outro lado, uma formulação teórica, que mostrasse o funcionamento interno do mecanismo de dominação capitalista, mas que não engendrasse e impulsionasse a ação transformadora correspondente, seria algo inócuo⁶⁵, um mero exercício intelectual de compreensão de um determinado momento histórico, e, por isso, totalmente desconectado das reais necessidades de mudanças requeridas, para que seja superado o estado de opressão em que se encontra a classe trabalhadora.

Portanto, é através dessa relação dialética, em que teoria e prática se condicionam reciprocamente, que se faz possível o movimento transformador das estruturas de dominação capitalistas. Assim, a partir do momento em que os trabalhadores adquirem a consciência de

⁶⁵ "Qualquer que seja a modalidade de transformação – da enxada ao telescópio, passando por todos os tipos de ação e normatividade –, é enquanto inserida nela que a teoria encontra sua justificativa e mesmo seu ato de nascença. E mais: compreende-se por isso que a própria teoria seja um momento da práxis; o pensamento é, por exemplo, e quase por definição, um elemento subversivo" (Bornheim, 1983, p. 328).

que o seu trabalho deve ser um instrumento de desenvolvimento das potencialidades humanas, e de que o capitalismo não é um sistema de produção eterno e inquestionável, eles podem, e devem, assumir a sua função de portadores históricos da transformação revolucionária das estruturas de opressão vigentes (seria desnecessário dizer que a classe dominante não tem qualquer interesse em modificar o atual estado de coisas e, por isso, cabe à classe trabalhadora a tarefa de transformar a sociedade).

3.2 O comunismo e a superação da propriedade privada

"A característica particular do comunismo não é a abolição da propriedade em geral, mas a abolição da propriedade burguesa."

Marx e Engels (1978, p. 106)

Conforme o pensamento marxiano, a propriedade privada traduz, materialmente, a opressão sofrida pelos trabalhadores no contexto do sistema capitalista de produção. Ela é o resultado do trabalho alienado, o qual, por sua vez, está na raiz de um sistema econômico que privilegia o incremento cada vez maior da produção de riquezas, deixando para um plano totalmente secundário a possibilidade de satisfazer as necessidades mais prementes do ser humano. A sua existência é possível, porque o capitalista apropria-se do produto do trabalho feito pelo trabalhador, concentrando em seu poder, por isso, a decisão a respeito do que, como e para quem produzir.

Ao trabalhador resta vender a sua força de trabalho, com o objetivo de garantir a sua sobrevivência e a da sua família. Mas, ao fazer isso, devido ao fato de estar alienado em relação ao produto do seu trabalho, está contribuindo para perpetuar a sua própria situação de pobreza, uma vez que, quanto mais trabalhar, maior será o ganho do capitalista e maior a possibilidade deste de apropriar-se dos bens produzidos. Nessa situação, em que os meios de produção – e, conseqüentemente, o poder de decidir sobre como determinado trabalho será executado – são propriedade do capitalista, o trabalhador, além de estar alienado em relação ao produto do seu trabalho, está impossibilitado de poder desenvolver plenamente as suas possibilidades enquanto ser humano. A desumanização do trabalhador é interessante para o sistema capitalista, pois, quanto mais desumanizado for o trabalhador, mais se aproxima da condição de máquina, e quanto mais se aproximar da condição de máquina, mais servirá aos propósitos desse sistema de produção.

Dessa forma, para o trabalhador conseguir libertar-se das tramas do trabalho alienado, é preciso que a produção de bens e riquezas tenha como fundamento outro pressuposto, que não o da propriedade privada. Esta, embora seja a expressão do capital, na medida em que serve plenamente aos seus propósitos, e do trabalho, à medida que é o resultado deste, pertence somente ao capitalista, sendo vedada ao trabalhador, a não ser excepcionalmente (Marx, 1964, p. 181), a possibilidade de alcançar a condição de proprietário. A alternativa marxiana à propriedade capitalista é o comunismo:

O *comunismo* é a abolição *positiva* da *propriedade privada* enquanto *auto-alienação humana* e, deste modo, a real *apropriação* da essência *humana* pelo e para o homem. É, portanto, o retorno do homem a si mesmo como ser *social*, quer dizer, verdadeiramente humano, retorno esse pleno, consciente, que assimila toda a riqueza do desenvolvimento anterior. O comunismo, enquanto naturalismo integralmente evoluído = humanismo, enquanto humanismo plenamente desenvolvido = naturalismo, constitui a resolução *autêntica* do antagonismo entre o homem e a natureza, entre o homem e o homem. É a verdadeira solução do conflito entre a existência e a essência, entre a objetivação e a auto-afirmação, entre a liberdade e a necessidade, entre o indivíduo e a espécie. É a decifração do enigma da História e está consciente de ele próprio ser essa solução (Marx, 1964, p. 192-193).

Portanto, com o fim da propriedade privada, o trabalhador não trabalha mais para um capitalista, mas para si mesmo e para sua comunidade. A auto-alienação deixa de existir, pois o ser humano participa plenamente do processo produtivo, reconhecendo-se no objeto produzido e ajudando na tarefa de escolher os procedimentos necessários para executar a sua atividade. A natureza passa a contribuir para o desenvolvimento das potencialidades humanas, transformando o ser humano, à medida que vai sendo transformada, através do trabalho⁶⁶. O trabalhador se reconhece enquanto membro da espécie humana e como membro de um grupo social, onde os indivíduos, sem perderem a sua individualidade, agem e vivem socialmente. O conhecimento humano, adquirido ao longo de toda a história, não é mais propriedade de uns poucos capitalistas, mas de todo o conjunto da sociedade.

Assim, os conflitos e contradições do capitalismo, e seus reflexos negativos para o conjunto dos seres humanos, se resolveriam com a abolição da propriedade privada, já que nela está expressada a alienação da vida humana.

A propriedade privada *material*, imediatamente *perceptível*, é a expressão material e sensível da vida *humana alienada*. O seu movimento – a produção e o consumo – é a manifestação *sensível* do movimento de toda a produção anterior, quer dizer, a realização ou realidade do homem. A religião, a família, o Estado, o Direito, a

⁶⁶ "Esse processo de transformação recíproca faz com que o trabalho social se converta em elemento central do desenvolvimento da sociabilidade humana" (Antunes, 2005, p. 68).

moral, a ciência, a arte, etc., constituem apenas modos *particulares* da produção e submetem-se à sua lei geral. A abolição positiva da *propriedade privada*, tal como a apropriação da vida *humana*, constitui portanto a abolição positiva de toda a alienação, o regresso do homem, a partir da religião, da família, do Estado, etc., à sua existência *humana*, isto é, *social*. A alienação religiosa enquanto tal ocorre apenas na esfera da *consciência*, da interioridade humana, mas a alienação econômica é a da *vida real* – a sua abolição inclui, por conseguinte, os dois aspectos (Marx, 1964, p. 193).

O movimento da propriedade privada expressa materialmente a existência das instituições humanas, que estão submetidas à sua lei, e que, portanto, se colocam como instrumentos de alienação do ser humano. É que essas instituições, sendo o reflexo formal da propriedade privada, realizam os desígnios dela e, no tocante à produção econômica, enxergam no ser humano um trabalhador que deve cumprir o seu papel de ajudar no incremento constante das riquezas produzidas. Em *A Ideologia Alemã*, encontramos a seguinte afirmação: "Não é a consciência que determina a vida, mas a vida [é] que determina a consciência" Marx e Engels (1987, p. 37). Posteriormente, no prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, podemos ler: "O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência" (Marx, 1983, p. 24)⁶⁷. Dessa forma, as instituições existentes no capitalismo são conseqüências do modo de produção existente nesse sistema⁶⁸ e, portanto, com a abolição da propriedade privada, as novas instituições, então surgidas, passam a ter um outro papel, que é o de fazer a mediação da individualidade do ser humano com a sua sociabilidade, permitindo, conseqüentemente, que o ser humano possa libertar-se do estado de alienação em que se encontra. Nesse mesmo sentido, Marx afirma, uma vez pressuposta a abolição positiva da propriedade privada:

[...] o homem produz o homem e se produz a si mesmo e aos outros homens; [...] o objeto, que constitui a atividade direta da sua personalidade, é ao mesmo tempo a sua existência para os outros homens e a sua existência para si. De igual maneira, o material do trabalho e o homem enquanto sujeito são o resultado e o ponto de partida deste desenvolvimento (e porque este *ponto de partida* tem de existir, a propriedade privada é uma *necessidade* histórica). Por conseguinte, o caráter social

⁶⁷ Podemos notar que, embora essas afirmações não se encontrem nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, estão, nessa obra, pressupostas.

⁶⁸ No interessante livro de Huberman (1980, p. 50), em um dos capítulos onde o autor trata da transição do sistema feudal para o capitalismo, encontramos a seguinte afirmação: "Crenças, leis, formas de vida em conjunto, relações pessoais – tudo se modificou quando a sociedade ingressou em nova fase de desenvolvimento." Mais adiante, na mesma obra (p. 79), encontramos: "Modificações nas formas de vida provocaram o crescimento dessa nova classe [média] e seu advento trouxe novas modificações no modo de vida da sociedade. As antigas instituições, que haviam servido a uma finalidade na velha ordem, entraram em decadência; novas instituições surgiram, tomando seu lugar. É uma lei da História."

é o caráter universal de todo o movimento; *assim como* a sociedade produz o *homem* enquanto *homem*, assim ela é por ele *produzida*. A atividade e o espírito são sociais tanto no conteúdo como na *origem*; são atividade *social* e espírito social (Marx, 1964, p. 194).

Portanto, para Marx, a propriedade privada constitui um entrave para o desenvolvimento do ser humano enquanto ser social, embora seja uma necessidade histórica, à medida que cumpre uma função de transição entre diferentes modos de produção⁶⁹. Assim, a sua abolição é condição, tanto para o ser humano poder desenvolver as suas potencialidades, quanto para que possa contribuir para desenvolver os demais seres humanos. Além disso, a partir dessa abolição, torna-se clara, tanto a relação dialética entre indivíduo e sociedade, considerando-se que ambos se produzem reciprocamente, como também o fato de que não há indivíduo sem sociedade, nem sociedade sem indivíduo. O caráter social do ser humano mostra-se em toda a sua amplitude. Os objetos produzidos, através do trabalho, têm a finalidade de satisfazer as necessidades do trabalhador que os produziu, bem como as do conjunto da sociedade e, além disso, refletem a personalidade do ser humano trabalhador. Mas, também, a relação do ser humano com a natureza se transforma, à medida que ele se compreende como ser social:

O significado *humano* da natureza só existe para o homem *social*, porque só neste caso é que a natureza surge como *laço* com o *homem*, como existência de si para os outros e dos outros para si, e ainda como elemento vital da realidade humana: só aqui se revela como *fundamento* da própria experiência *humana*. Só neste caso é que a existência *natural* do homem se tornou a sua existência *humana* e a natureza se tornou, para ele, humana. Por conseguinte, a *sociedade* constitui a união perfeita do homem com a natureza, a verdadeira ressurreição da natureza, o naturalismo integral do homem e o humanismo integral da natureza (Marx, 1964, p. 194-195).

A superação da propriedade privada⁷⁰ permite, portanto, que o ser humano possa desenvolver-se em sua sociabilidade, reconhecendo-se como membro de um corpo social, do qual faz parte de forma indissociável, e que sinta-se integrado com uma natureza humanizada. O ser humano deixa de ver a sociedade e a natureza como entidades que lhe são estranhas, com as quais não se sente integrado, e que somente servem de meio para a sua sobrevivência.

⁶⁹ No entanto, conforme Mészáros (2006, p. 107): "Aos olhos de Marx, a evidência crescente de um antagonismo social irreconciliável entre propriedade privada e trabalho é uma prova do fato de que a fase ontologicamente necessária de auto-alienação e automediação reificada do trabalho – 'pelo meio da propriedade privada' etc. – está chegando a seu final. O agravamento da contradição entre propriedade privada e trabalho demonstra a contradição mais interna do sistema produtivo existente, e contribui enormemente para a sua desintegração. Assim a auto-objetivação humana na forma de auto-alienação perde sua justificação histórica relativa e se torna um anacronismo social indefensável."

⁷⁰ Conforme Lefebvre (1963, p. 52), a superação da propriedade privada importa, "não em abolir a apropriação pessoal dos bens, mas a propriedade privada dos meios para produzir os bens (meios estes que devem pertencer à sociedade e passar ao serviço do humano)."

Ao contrário, sabe que é tanto um produto da sociedade em que vive, quanto da sua relação com a natureza, mas, ao mesmo tempo, também sabe que a sociedade é um produto da sua ação, bem como a natureza humanizada é um produto do seu trabalho. Portanto, o ser humano somente pode desenvolver-se, plenamente, em sociedade, mas esta não deve ser fixada como uma abstração frente ao ser humano.

O indivíduo é o *ser social*. A manifestação da sua vida – mesmo quando não surge diretamente na forma de uma manifestação *comunitária*, realizada conjuntamente com outros homens – constitui, pois, uma expressão e uma confirmação da *vida social*. A vida individual e a vida genérica do homem não são *diferentes*, por muito que – e isto é necessário – o modo de existência da vida individual seja um modo mais *específico* ou mais *geral* da vida genérica, ou por mais que a vida genérica constitua uma vida individual mais *específica* ou mais *geral* (Marx, 1964, p. 195-196).

Mas o sistema capitalista – que tem por finalidade o aumento da produção de riquezas, através da exploração da natureza e dos trabalhadores –, pelas suas próprias condições internas de funcionamento, leva os indivíduos a se sentirem isolados em relação ao conjunto da sociedade. Dessa forma, uma vez que, conforme a lógica desse sistema, cada ser humano, na sua luta pela sobrevivência, vê os demais seres humanos como concorrentes seus, o indivíduo, ao invés de sentir-se como uma parte indissociável da sociedade, vê nela uma ameaça e a compreende como algo que lhe é estranho, sentindo-se oprimido e impossibilitado de realizar qualquer ação que possa modificar essa situação⁷¹. O comunismo, diante disso, se coloca como a negação de um sistema que nega o ser humano⁷² e impede que ele possa emancipar-se através da realização plena das suas capacidades.

O comunismo constitui a fase da negação da negação e é, por conseguinte, para o subsequente desenvolvimento histórico, o fator *real*, necessário, da emancipação e reabilitação do homem. O *comunismo* é a forma necessária e o princípio dinâmico

⁷¹ "O trabalhador, ao verificar ser impotente para decidir de si em face do poder social difuso contra o qual se choca, tende a hipostasiar as forças irracionais com que se defronta, a conceder-lhes o estatuto ontológico próprio das forças naturais. É levado a imaginar os malefícios sociais como se fossem naturais, em tal caso inexplicáveis, inclementes, sendo inútil desde logo intentar destruí-los. A sociedade aparece-lhe como um 'reino' natural, superposto ao simplesmente animal, porém tão material, tão inabalável quanto este. Acredita que a situação existente é de direito eterna, normal e invariável, e portanto sucumbe ao fatalismo inculcado pela consciência maliciosa, que efetivamente tem a responsabilidade de haver organizado e de dirigir a comunidade no estado vigente. Ao ignorar a essência do seu papel de trabalhador, aceita a sujeição que o paralisa, fechando, assim, o circuito do enfeitiçamento em que o envolve a consciência dominante" (Pinto, 1985, p. 346).

⁷² "Que a homens e mulheres sejam restituídos seu mundo, seus corpos sensíveis, sua atividade vital e seu ser coletivo, é isso que para Marx significa o comunismo. O comunismo é simplesmente o tipo de estrutura política que nos permitiria reapropriar nosso ser confiscado, aqueles poderes alienados de nós pela sociedade de classes. Se os meios de produção fossem coletivamente possuídos e democraticamente controlados, então o mundo que criamos juntos nos pertenceria em comum, e a autoprodução de cada um poderia se tornar parte da auto-realização de todos" (Eagleton, 1999, p. 34).

do futuro imediato, mas o comunismo não constitui em si mesmo o objetivo da evolução humana – a forma da sociedade humana (Marx, 1964, p. 205).

O comunismo, portanto, negando o capitalismo, afirma o ser humano e todas as possibilidades que ele tem de desenvolvimento e emancipação⁷³. Porém, a concepção marxiana de que o ser humano é um ser histórico, e que, portanto, está em permanente processo de transformação, não admite que o comunismo seja tomado como o estágio final da evolução humana. Ao contrário, esse sistema de produção apenas deve garantir que o ser humano possa transformar-se, realizando plenamente as suas potencialidades, livre dos imperativos do sistema opressor capitalista.

⁷³ "Aunque Marx no dejó ninguna descripción detallada de la organización de la sociedad futura, su principio básico, está bien claro: el socialismo supone una completa humanización, y restaura el control del hombre sobre sus facultades y su propia energía creativa. Todos sus rasgos específicos pueden derivarse de este principio: la subordinación de toda producción al valor de uso, la abolición de la división de trabajo en tanto éste impida la adquisición de diversos conocimientos (pero no en el sentido de volver de la industria a la producción artesanal), el desmantelamiento del aparato estatal distinto de la administración de la producción, la abolición de todas las fuentes de desigualdad (la igualdad, como escribió Engels, significa abolir las diferencias de clase, pero no las de carácter individual) y de todas las condiciones sociales que restrinjan de algún modo la creatividad humana" (Kolakowsky, 1985, p. 311).

4 TRABALHO ALIENADO NO CAPITALISMO PÓS-INDUSTRIAL

Quando Marx escreveu seus *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, o sistema capitalista de produção já estava se consolidando como regra para a produção e a troca de mercadorias, e a crítica marxiana do trabalho alienado procurou mostrar o quanto o ser humano fica impedido de realizar as suas potencialidades no âmbito desse sistema. Desde então, ocorreram profundas mudanças em nossa sociedade. O mundo passou pela experiência fracassada do socialismo real, que parece ter distorcido ou, no mínimo, não ter compreendido o verdadeiro sentido da crítica marxiana, embora tenha adotado como fundamento teórico uma ideologia intitulada de "marxismo-leninismo". Essa ideologia parece ter interpretado o pensamento de Marx, de forma a que estivesse em acordo com as aspirações do partido único que comandava as sociedades onde ela vigorava, pouco tendo a ver com os fundamentos marxianos. De qualquer maneira, restou como certa a associação direta, ainda que indevida, entre o pensamento marxiano e o sistema político-econômico-ideológico aplicado nos países onde vigorou o socialismo real. Essa associação, sem dúvida, contribuiu em muito para arrefecer o interesse por esse pensamento e, conseqüentemente, por toda a crítica que ele contém. Ao ser declarado como superado o socialismo real, também o foi o conjunto da obra de Marx.

Entretanto, é inegável a influência que o pensamento desse autor teve na produção teórica posterior à sua aparição, bem como é indiscutível o seu caráter polêmico. O descarte total da obra marxiana, evidentemente, atende aos interesses do sistema capitalista de produção, embora não haja dúvida de que muitos dos aspectos desta obra restem superados. Dentre os aspectos que parecem manter a sua força e atualidade, e que se fazem ainda presentes, apesar de todas as profundas transformações ocorridas desde a época de Marx, está a crítica do trabalho alienado. É bem verdade que o contexto, no qual essa crítica ocorreu, possuía uma complexidade bem menor que o atual. As formas de trabalho e as necessidades de produção eram bem mais simples, como também o era o nível de conhecimento exigido do trabalhador para que ele pudesse executar a sua função. Por outro lado, o avanço irrefreável da tecnologia, das comunicações e da ciência como um todo, deu uma nova configuração à sociedade atual, que se tornou muito mais complexa do que aquela do tempo de Marx e passou a ter necessidades inimagináveis pelo filósofo alemão. Essas novas necessidades geraram novos tipos de trabalho, que exigem um grau elevado de especialização. Entretanto, as formas de trabalho mais rudimentares ainda se fazem presentes. Ainda há a necessidade de trabalhos que requerem pouca ou nenhuma especialização, bem como de trabalhos que equiparam o ser humano a uma máquina. Esse último fato é facilmente verificável, se

considerarmos que, tão logo os avanços tecnológicos permitam a criação de máquinas, que executem os trabalhos antes feitos pelos seres humanos, estes passam a engrossar o contingente daqueles que sequer podem vender a sua força de trabalho para poderem sobreviver.

Para esses trabalhos exercidos de forma mecânica, mediante atividades repetitivas e que normalmente requerem pouco conhecimento, não é difícil mostrar que os trabalhadores, que os executam, estão sob os auspícios do trabalho alienado. Mas e os trabalhos mais complexos, estarão eles também sob a égide dessa forma perniciosa de trabalho? É o trabalho alienado inerente a todas as formas de trabalho presentes no capitalismo e a todas as nuances que esse sistema de produção pode apresentar? A crítica marxiana do trabalho alienado teve como inspiração as condições subumanas a que eram submetidos os trabalhadores nas fábricas e indústrias de seu tempo. Entretanto, essa mesma crítica parece ser aplicável aos trabalhos executados em outros setores da produção econômica, embora, para esses trabalhos, ela talvez não tenha a mesma visibilidade.

Na época de Marx, parecia muito claro que a sociedade capitalista estava dividida em duas classes: os capitalistas ou proprietários dos meios de produção, e o proletariado ou trabalhadores assalariados. Dessa forma, a classe proletária trabalhava arduamente, e a classe capitalista desfrutava tranqüilamente a riqueza produzida. Hoje, essa divisão já não é tão clara. Existe uma classe média, que ocupa um lugar intermediário entre os grandes proprietários dos meios de produção e aqueles desfavorecidos que mal conseguem sobreviver à custa da sua força de trabalho – quando conseguem encontrar alguém que queira comprá-la. Nessa classe média podem estar pequenos empresários, bem como altos executivos que, embora assalariados, seguramente não podem ser equiparados à classe proletária dos tempos de Marx. Isso dificulta, sobremaneira, a transposição pura e simples da crítica marxiana do trabalho alienado para os dias atuais. Ou seja, se grande parte da realidade mudou, e considerando-se que a crítica do filósofo alemão tinha como ponto de partida as relações concretas existentes entre o capital e o trabalho, pode-se perguntar se é possível atualizar essa crítica, ou se ela é um ponto do pensamento marxiano já superado.

Se essa crítica tinha sentido diante de uma realidade onde o trabalhador era submetido a todas as conseqüências do trabalho alienado, então ela será válida, se, na realidade atual, ocorre a mesma situação, ainda que talvez de forma, muitas vezes, velada ou mitigada. Essa possível nova forma de apresentar-se o trabalho alienado talvez seja a chave para podermos compreendê-lo, diante da atual configuração do sistema capitalista de produção. Na época de Marx, o trabalhador era oprimido e explorado pura e simplesmente; hoje, ele recebe alguns

benefícios e garantias, conquistados à custa de muitas contendas, mas que, ou desagradam por completo aos capitalistas, ou servem a eles como meio de fazer que o trabalhador sintá-se, também, como se fosse um dos donos da empresa. Nesse último caso, o trabalhador é explorado, mas está feliz. Compreende perfeitamente que o seu trabalho, muitas vezes exaustivo, é necessário para o desenvolvimento da empresa e, por consequência, para o seu próprio. Poderia um capitalista esperar um retorno melhor de seus empregados?

Vê-se que, hoje, o capitalismo criou mecanismos para ludibriar os trabalhadores. Eles, seguidamente, se deixam seduzir pelo canto de sereia que são esses benefícios, garantias e participações nos lucros. Dessa forma, eles passam a ser "aliados" dos proprietários dos meios de produção e colaboram para enriquecê-los cada vez mais, desde, é claro, que sejam contemplados com alguma porcentagem a mais nos seus salários e sejam agraciados com a ilusão de serem indispensáveis para o crescimento do estabelecimento onde trabalham. Assim, é preciso investigar se a estrutura primordial da relação entre capital e trabalho mudou, embora essa relação, hoje, manifeste-se por formas diferentes daquelas existentes quando do surgimento da crítica marxiana.

Desde a época dessa crítica, ocorreram profundas mudanças na nossa sociedade. Essas, fizeram com que muitos teóricos argumentassem contra a centralidade do trabalho, enquanto categoria fundamental de desenvolvimento das capacidades e potencialidades humanas, e enquanto instrumento de mediação das relações sociais. Tal argumentação é um reflexo da relação atual entre capital e trabalho, e das transformações provocadas pelo crescente avanço tecnológico, havido desde a época da crítica marxiana. No entanto, é uma argumentação que confunde o trabalho alienado com o trabalho em geral, e que assume, em decorrência disso, o ponto de vista do capital.

4.1 Trabalho alienado e luta de classes

"A teoria marxista da consciência de classe, da luta de classes e da política está vivíssima."

Jon Elster (1989, p. 217)

Segundo a concepção marxiana, a história de todas as sociedades "tem sido a história das lutas de classes"⁷⁴. Esse conflito entre classes foi identificado, na Antigüidade, como sendo a oposição entre os seres humanos livres e os escravos; no Medievo, como sendo a

⁷⁴ Cf. Marx e Engels (1978, p. 93).

contraposição entre os senhores e os servos; e na Modernidade, como sendo o antagonismo irreconciliável entre capitalistas e trabalhadores. Entretanto, se ao tempo das Idades Antiga e Medieval, bem como ao tempo em que Marx fez a sua crítica do sistema capitalista de produção, essa separação entre duas classes antagônicas era visualizada de forma bastante nítida, hoje a configuração social, política e econômica da sociedade possui uma complexidade infinitamente maior, de forma que essa visualização já não é tão clara.

Ao tempo de Marx, o capitalismo já se encontrava em um estágio de consolidação, no qual o trabalhador era extremamente explorado – sem nenhuma forma de velamento –, com vistas a conseguir a acumulação que o capital requeria. Havia uma clara distinção entre os proprietários dos meios de produção, ou capitalistas, e os não-proprietários, ou trabalhadores proletários. Portanto, uma classe explorava e a outra era explorada. Uma vez que era visível essa relação de exploração, a análise marxiana do sistema capitalista de produção procurou, então, mostrar os mecanismos que estavam por trás desse sistema de dominação de uma classe por outra.

Os capitalistas tinham interesse nos trabalhadores, tão-somente enquanto força de trabalho, que estivesse a serviço do aumento constante da produção de riquezas. Assim, aos trabalhadores restava, como única alternativa, se sujeitarem aos capitalistas e venderem a eles o único bem de que dispunham – a sua força de trabalho. Além disso, os trabalhadores eram remunerados com o mínimo necessário para garantir a sua sobrevivência e a de sua família. Nesse contexto, Marx elaborou o seu conceito de trabalho alienado. Essa forma de trabalho é que permite a relação de exploração entre o capitalista e o trabalhador. E essa relação, segundo o filósofo alemão, vai se aprofundando à medida que o capitalismo vai atingindo novas etapas, sendo que a emancipação humana da mesma se dá através da revolução proletária.

Essa revolução seria construída, a partir do momento em que os trabalhadores se conscientizassem do seu papel de autores da sua própria história e se mobilizassem em uma luta para suprimir a propriedade privada dos meios de produção. Como a propriedade privada é o substrato que dá sustentação ao trabalho alienado, a sua eliminação acarretaria o fim da relação de dominação entre capital e trabalho.

Da relação do trabalho alienado à propriedade privada deduz-se [...] que a emancipação da sociedade quanto à propriedade privada, à servidão, toma a forma política da *emancipação dos trabalhadores*; não no sentido de que somente está implicada a emancipação dos últimos, mas porque tal emancipação inclui a emancipação da humanidade enquanto totalidade, uma vez que toda a servidão humana se encontra envolvida na relação do trabalhador à produção e todos os tipos

de servidão se manifestam exclusivamente como modificações ou conseqüências da sobredita relação (Marx, 1964, p. 170).

Dessa maneira, não haveria mais duas classes antagônicas em permanente enfrentamento, e sim uma sociedade sem classes, onde a produção dos bens seria feita de acordo com as necessidades de cada um de seus membros.

Porém, após a crítica marxiana do capitalismo, esse sistema de produção sofreu profundas transformações. Além disso, depois de Marx, ocorreu a Revolução Russa de 1917, com a conseqüente experiência histórica dos regimes "socialistas", tanto na União Soviética, como nos demais países do Leste europeu. Essa experiência histórica esteve associada com as considerações marxianas a respeito dos caminhos que levariam a uma sociedade pós-capitalista. A idéia marxiana de ditadura do proletariado – ditadura essa que deveria ser um estágio de transição⁷⁵ – pressupõe que os trabalhadores, que assumissem o poder do Estado, estariam todos engajados na tarefa revolucionária de transformar a sociedade, de forma a que todas as relações fossem verdadeiramente humanas; que o ser humano fosse sempre considerado como um fim e não como um meio⁷⁶; e que o papel do Estado fosse gradualmente assumido pelas associações autogestionárias de trabalhadores⁷⁷. No entanto, não foi o que se viu nos regimes do "socialismo realmente existente". Nesses, ao contrário, uma minoria assumiu o poder, implantando um regime autoritário e burocrático, que esteve muito mais ligado a uma intenção de recuperar o terreno perdido em relação aos países capitalistas mais desenvolvidos⁷⁸ do que com a finalidade de construir uma sociedade na qual o conjunto

⁷⁵ "Entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista, há o período de transformação revolucionária da primeira na segunda. A esse período corresponde também um período de transição política em que o Estado não poderá ser outra coisa que a *ditadura revolucionária do proletariado*" (Marx, 2001, p. 123).

⁷⁶ "O conceito [de ser humano] de Marx alude [...] ao princípio kantiano de o homem sempre dever ser um fim em si mesmo, e jamais um meio para um fim. Mas ele amplia o princípio, ao asseverar que a essência humana do homem nunca deve converter-se em meio para a existência individual" (Fromm, 1962, p. 60).

⁷⁷ Marx e Engels (1987, p. 98) nos esclarecem sobre o porquê dessa supressão gradual do Estado: "Como o Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, segue-se que todas as instituições comuns são mediadas pelo Estado e adquirem através dele uma forma política. Daí a ilusão de que a lei se baseia na vontade e, mais ainda, na vontade destacada de sua base real – na vontade *livre*."

⁷⁸ A esse respeito, podemos ler em Kurz (1999, p. 25): "Desde o princípio, o socialismo real não podia suprimir a sociedade capitalista da modernidade; ele próprio é parte do sistema produtor burguês de mercadorias e não substitui essa forma social histórica por outra, mas sim representa somente outra fase de desenvolvimento dentro da mesma formação de época." E um pouco mais adiante (p. 35): "[...] nas condições de um nível de desenvolvimento já relativamente alto do sistema produtor de mercadorias no Ocidente e de uma luta de concorrência já muito avançada no mercado mundial, todo novo impulso de modernização nas regiões ainda pouco desenvolvidas tinha de assumir o caráter de um desenvolvimento *recuperador*, particularmente forçado, em que não apenas se repetia o estatismo dos inícios da época moderna, mas que também se apresentava numa forma muito mais pura, conseqüente e rigorosa que a dos originais ocidentais esquecidos há muito tempo." Também Gorz (2003, p. 48) nos esclarece sobre essa questão: "O soviétismo apresentava [...] uma espécie de caricatura dos traços fundamentais do capitalismo. Buscando, como finalidade principal, a acumulação e o crescimento econômico, esforçava-se por racionalizar essa busca, substituindo a heteroregulação (sic)

dos trabalhadores pudesse ser o dono de seu destino⁷⁹. Dessa forma, se pode dizer que esses regimes implantados, por força das "revoluções socialistas", nada tinham que ver com a concepção original marxiana da transição para uma sociedade pós-capitalista⁸⁰. Nesse sentido, a ditadura do proletariado marxiana nunca foi, de fato, implementada. Porém, não se pode negar que o termo "ditadura" contém em si um caráter fortemente pejorativo, uma vez que carrega consigo o significado, eminentemente negativo, de um sistema de governo arbitrário, antidemocrático e que restringe unilateralmente a liberdade das pessoas. Entretanto, muito mais importante do que a denominação que Marx deu a esse período de transição – denominação que, sem dúvida, é extremamente polêmica – são as concepções de ser humano e de sociedade que estão por trás dele.

Por outro lado, segundo os princípios do socialismo científico⁸¹, devido ao fato de a história evoluir de acordo com uma determinação imposta pelas condições materiais vigentes, seria inevitável a superação da sociedade capitalista pela socialista. Para Marx, essa mudança revolucionária ocorreria quando o capitalismo tivesse atingido todas as suas possibilidades produtivas e o seu mais alto estágio⁸². Nesse ponto, a história mostrou que Marx estava, aparentemente, equivocado, uma vez que a Revolução Russa ocorreu em um país que ainda estava vivendo a sua fase pré-capitalista, e não na Grã-Bretanha, que era o país onde, na época, o capitalismo estava mais avançado. Porém, deve-se considerar que o regime implantado na União Soviética, e nos seus países satélites, pouco teve a ver com a sociedade pós-capitalista imaginada pelo filósofo alemão (embora saibamos que nos seus escritos não há uma descrição clara de como seria essa sociedade). Também, se deve considerar que, conforme o entendimento marxiano, o processo emancipatório dos trabalhadores, e da humanidade como um todo, somente poderia chegar a seu termo, se a superação do sistema capitalista ocorresse em escala mundial:

espontânea através do mercado por uma heteroregulação (sic) metodicamente programada e centralizada do conjunto do aparelho econômico."

⁷⁹ Gorz (1968, p. 24), referindo-se às sociedades "socialistas", afirma que, "quando se começa por considerar os indivíduos como meios de produção, a sociedade como um instrumento para a acumulação, o trabalho como uma ferramenta para forjar ferramentas [...], não mais se preparam os homens para que se emancipem e construam uma sociedade que encare a produção como meio e o homem como fim."

⁸⁰ "[...] os regimes soviéticos não são sistemas socialistas em sentido algum, e [...] o socialismo é incompatível com um sistema social burocrático, orientado para objetos, tendente ao consumismo [...]" (Fromm, 1980, p. 157).

⁸¹ Essa concepção científica do socialismo é muito mais uma concepção de Engels do que de Marx: "Estas duas grandes descobertas: a concepção materialista da história e a revelação do segredo da produção capitalista por meio da mais-valia, ficamos a devê-las a *Marx*. Com elas o socialismo tornou-se uma ciência, e agora a questão imediata é aperfeiçoá-la em todos os seus pormenores e conexões" (Engels, 1975, p. 78).

⁸² "Uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se lhe substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade" (Marx, 1983, p. 25).

O comunismo não é para nós um *estado* que deve ser estabelecido, um *ideal* para o qual a realidade terá que se dirigir. Denominamos comunismo o movimento *real* que supera o estado de coisas atual. As condições desse movimento resultam de pressupostos atualmente existentes. Além disso, a massa dos simples trabalhadores – força de trabalho excluída em massa do capital ou de qualquer outra satisfação limitada – pressupõe o *mercado mundial*; e, portanto, pressupõe também a perda, não mais temporária e resultante da concorrência, deste próprio trabalho como uma fonte segura de vida. O proletariado só pode, pois, existir *mundial e historicamente*, do mesmo modo que o comunismo, sua ação, só pode ter uma existência '*histórico-mundial*'. Existência histórico-mundial de indivíduos, isto é, existência de indivíduos diretamente vinculada à história mundial (Marx e Engels, 1987, p. 52).

Assim, por um lado, sendo possível que o capitalismo ainda não tenha atingido todas as suas possibilidades produtivas, e, por outro, considerando que os regimes do "socialismo real" não refletiram as idéias de Marx – dada a concepção de ser humano do filósofo alemão – a respeito de como seria uma sociedade sem classes, e que a experiência desses regimes não ocorreu em escala mundial, não se poderia invalidar a concepção marxiana de que, quando uma determinada formação social atinge o máximo estágio de suas forças de produção, ela deve ser superada por outro tipo de sociedade.

Entretanto, sobre a questão do determinismo histórico, exercido pelas relações de produção existentes, o pensamento marxiano mostrou-se contraditório⁸³, porque, embora o capitalismo, nos dias de hoje, esteja em uma fase muito avançada, e, seguramente, muito destrutiva, nada nos indica que, num momento posterior, haverá uma transição inelutável para uma sociedade sem classes. Todavia, podemos considerar que, se Marx errou quanto à *necessidade* histórica da transição do capitalismo ao socialismo, acertou quanto aos imperativos dessa mudança para a própria sobrevivência da espécie humana (mas é claro que ele não poderia imaginar que em tão pouco tempo chegássemos tão próximos de nossa própria autodestruição⁸⁴).

Na agricultura moderna, como na indústria urbana, o aumento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho obtêm-se com a devastação e a ruína física da força de trabalho. E todo progresso da agricultura capitalista significa progresso na arte de despojar não só o trabalhador, mas também o solo; e todo aumento da

⁸³ "Assim como os economistas alegavam que a economia tinha leis próprias, independentes da vontade humana, Marx sentia a necessidade de demonstrar que o socialismo evoluiria *necessariamente* de acordo com as leis da economia. Em conseqüência, ele por vezes tendia a fazer formulações que poderiam equivocadamente ser tomadas por deterministas, deixando de reconhecer o papel adequado da vontade e da imaginação humanas no processo histórico. Essas concessões inintencionais ao espírito do capitalismo facilitaram o processo de deturpação do sistema de Marx, transformando-o em algo que não era fundamentalmente diferente do capitalismo" (Fromm, 1980, p. 157).

⁸⁴ "Na situação de hoje, o capital não tem mais condições de se preocupar com o 'aumento do círculo de consumo', para benefício do 'indivíduo social pleno' de quem falava Marx, mas apenas com sua reprodução ampliada a qualquer custo, que pode ser assegurada, pelo menos por algum tempo, por várias modalidades de destruição. Pois, do perverso ponto de vista do 'processo de realização' do capital, *consumo e destruição são equivalentes funcionais*" (Mészáros, 2003, p. 21-22).

fertilidade da terra num tempo dado significa esgotamento mais rápido das fontes duradouras dessa fertilidade. Quanto mais se apóia na indústria moderna o desenvolvimento de um país [...], mais rápido é esse processo de destruição. A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador (Marx, 2004b, p. 570-571).

De qualquer forma, o ponto de vista marxiano da transição do capitalismo para o socialismo se deve ao fato de Marx ter vivido num tempo de grande efervescência social. Dessa forma, a idéia de uma transformação revolucionária das estruturas sociais, políticas e econômicas, capitaneada pela classe portadora dessa tarefa histórica – o proletariado – lhe parecia como algo bastante próximo e factível e, além disso, inescapável. Porém, por outro lado, se deve dizer que a concepção que Marx possui do sujeito humano, como um ser que constrói a si mesmo, através de sua relação com a natureza, ao longo da história; que é portador de uma capacidade transformadora e criadora; e que possui potencialidades as quais nunca serão totalmente atingidas, uma vez que é um ser histórico, essa concepção não admite o determinismo histórico⁸⁵. Ao contrário, diferentemente dos defensores do fim da história⁸⁶ (que se escoram em fatos históricos, como a queda do muro de Berlim e o fim do regime soviético), que entendem ser o capitalismo um sistema invencível e o melhor que a humanidade poderia produzir, não havendo, portanto, mais história a ser feita, a concepção marxiana de ser humano prevê uma história sempre aberta a transformações e evoluções⁸⁷ e,

⁸⁵ "O humanismo marxista, muito embora não coloque nada acima do homem, não é um humanismo fechado. Pretende não limitar o homem a nenhuma de suas realizações. Nada lhe é mais estranho que a idéia de um *fim da história*. Recordemos a frase de Engels: a supressão da contradição seria o fim do infinito. O comunismo não é absolutamente concebido pelos marxistas como o *fim da história*. Com ele desaparecem apenas as contradições *antagônicas* que nascem da oposição das classes, mas subsistem e renascem incessantemente contradições *não* antagônicas. Não se exprimem nas lutas de classes, mas numa luta de idéias, numa crítica e numa autocrítica pelas quais o novo se opõe ao antigo no livre jogo da lei, convertida numa lei de criação espiritual, da negação da negação" (Garaudy, 1968, p. 320).

⁸⁶ Fukuyama (1992, p. 13) responde afirmativamente à questão, por ele mesmo colocada: "Será que no fim do século XX faz sentido falarmos novamente de uma história coerente e direcional da humanidade que, finalmente, conduzirá a maior parte da humanidade à democracia liberal? Minha resposta é sim [...]" Dessa forma, conforme podemos ver em Altamira (2006, p. 22): "El 'fin de la historia' proclamado por Francis Fukuyama proyectaba la supuesta superioridad innata de un capitalismo moderno asentado en una moderna tecnocracia que lo catapultaba como sistema por excelencia para el desarrollo de la humanidad."

⁸⁷ "O 'objetivo' da história humana é definido por Marx em termos da *imanência* do desenvolvimento humano (em oposição ao *transcendentalismo a priori* da teleologia teológica), ou seja, como a realização da 'essência humana', da 'humanidade', do elemento 'especificamente humano', da 'universalidade e liberdade do homem' etc., por meio da 'auto-atividade prática do homem', primeiro de uma forma alienada, e mais tarde de uma forma positiva, auto-sustentada de atividade vital, estabelecida como uma 'necessidade interior'. O homem, como o 'ser automegador da natureza', tem de desenvolver – por intermédio da dialética objetiva de uma complexidade crescente das necessidades e objetivos humanos – de acordo com as leis objetivas mais fundamentais da ontologia, das quais – e isso é de importância vital – seu próprio papel mediador ativo é uma parte essencial. Assim, o sistema marxiano permanece aberto, porque o 'objetivo' mesmo da história é definido em termos inerentemente históricos, e não como um alvo fixo. Na concepção de Marx, a história permanece aberta de acordo com a necessidade ontológica específica da qual a teleologia humana automegadora é parte integral: pois não pode haver nenhum modo de predeterminar as formas e modalidades da 'automegiação' humana (cujas

jamais, uma história que alcançaria o seu fim de forma certa e definitiva. E isso considerando-se que

a História não faz nada, 'não possui nenhuma riqueza imensa', 'não luta nenhum tipo de luta! Quem faz tudo isso, quem possui e luta é, muito antes, o homem, o homem real, que vive; não é, por certo, a 'História', que utiliza o homem como meio para alcançar seus fins – como se se tratasse de uma pessoa à parte –, pois a História não é senão a atividade do homem que persegue seus objetivos (Marx e Engels, 2003, p. 111).

As sucessivas alterações, crises e ajustes, que o capitalismo vem sofrendo, confirmam essa concepção de que a história está em constante transformação, embora hoje já se possa prever, com uma forte possibilidade de acerto, qual o fim, tanto da natureza, como da humanidade, se a racionalidade capitalista for levada às suas últimas conseqüências. Essas modificações sofridas pelo sistema capitalista de produção, decorrentes do avanço tecnológico, das comunicações, da informática e das crises inerentes a esse sistema, por um lado, e das novas estratégias de combate por parte dos trabalhadores, por outro, fizeram também que a velha luta de classes da época de Marx se apresentasse com uma configuração bastante diferente⁸⁸. Hoje já não é tão simples associar à classe oprimida um trabalhador que recebe salário ou à classe opressora um pequeno empresário. Sabidamente, um alto executivo, embora assalariado, pode ter ganhos financeiros pessoais muitas vezes superiores ao de um proprietário de uma pequena empresa. Além disso, existe atualmente uma classe média que não pode ser equiparada nem ao capitalista, nem ao trabalhador proletário da época de Marx. Entretanto, seria um equívoco concluir que, por causa disso, a luta de classes marxiana estaria definitivamente superada.

Ocorre que, hoje, o capitalismo, diante da constatação de que não pode prescindir da força de trabalho humana, que é essencial para o seu funcionamento – embora muitas inovações tecnológicas tenham substituído grande parte dos trabalhadores por máquinas –, e de que estes mesmos trabalhadores, se estivessem organizados e conscientes da sua força,

complexas condições teleológicas só podem ser satisfeitas no curso dessa mesma automediação), exceto reduzindo arbitrariamente a complexidade das ações humanas à crua simplicidade das determinações mecânicas. Nunca se pode alcançar um ponto na história no qual seja possível dizer: 'agora a substância humana foi plenamente realizada'. Pois uma tal delimitação privaria o ser humano de seu atributo essencial: seu poder de 'automediação' e 'autodesenvolvimento'" (Mészáros, 2006, p. 111).

⁸⁸ Sobre esta questão é muito interessante esta passagem de Altamira (2006, p. 25): "No puede negarse la pertinencia de algunas de las críticas formuladas con relación a las omisiones de Marx: la ausencia en sus escritos de análisis en términos de sexo, etnias, e incluso de destrucción de la naturaleza. Sin embargo, ello no autoriza a suscribir y defender aquellas creencias posmarxistas donde el análisis de clase y de la explotación, lejos de ocupar una posición significativa, ha sido desplazado de manera ecléctica por otras aproximaciones. Nuestra negativa se sustenta en una razón decisiva: la permanencia del capitalismo en las sociedades modernas como organización social dominante."

poderiam transformar este sistema num outro, que não fosse baseado na exploração, diante disso, o capitalismo criou certos mecanismos que escondem as suas reais intenções. Esses mecanismos atuam de forma a cooptar os trabalhadores e dividi-los, e estão devidamente camuflados por intervenções na educação⁸⁹, na cultura e nos meios de comunicação de massa, de tal maneira que influenciam diretamente a própria forma como os seres humanos enxergam a si mesmos, aos outros e ao mundo onde vivem⁹⁰. Toda essa capacidade que o capitalismo, representado por sua classe dominante, tem de submeter a classe trabalhadora nos aparece, de forma mais clara, se nos ativermos à seguinte passagem marxiana:

As idéias (*Gedanken*) da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As idéias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como idéias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto, as idéias de sua dominação. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de idéias; que regulem a produção e a distribuição das idéias de seu tempo e que suas idéias sejam, por isso mesmo, as idéias dominantes da época. (Marx e Engles, 1987, p. 72).

Dessa forma, num primeiro momento, o capitalismo se impunha pela própria força transformadora da revolução industrial em curso. Porém, quando os trabalhadores começaram a se conscientizar da sua real importância, entra em cena o Estado do bem-estar social, e os movimentos trabalhistas reivindicatórios foram, aos poucos, sendo contidos, através de benefícios sociais, de promoções e de certas garantias de estabilidade. Posteriormente, quando

⁸⁹ "En el área educativa la escolaridad es explícitamente incorporada como entrenamiento laboral, el aprendizaje como la recalificación a largo plazo para el cambio tecnológico y las universidades aparecen como corporaciones donde las investigaciones se facilitan" (Altamira, 2006, p. 65).

⁹⁰ Sobre a indústria cultural do capitalismo, Ianni (1979, p. 26) nos diz que ela "começa quando a produção cultural se organiza diretamente para possibilitar a reposição das relações capitalistas de produção de forma continuada. Nessa ocasião, a ciência ganha dimensões ideológicas, o pensamento das classes assalariadas passa a ser informado de maneira cada vez mais intensa pelo pensamento burguês. As idéias, as noções, os valores, os princípios e as doutrinas que codificam a visão burguesa do mundo passam a ser produzidos e multiplicados, em escala industrial e mundial, para atender às exigências da reprodução ampliada do capital. O jornal, a revista, o livro, os folhetins, a música popular, o filme, o rádio, a televisão, o teatro, a escola, todos os instrumentos e as agências de transmissão de informações e conhecimentos são envolvidos no amplo processo de comercialização de mercadorias culturais". Mas, além disso tudo, essa indústria cultural do capitalismo apresenta um aspecto, em aparência, profundamente contraditório, apontado por Heilbroner (1988, p. 100): "Trata-se da tendência do regime do capital de encarar as *idéias* como mercadorias, de tal modo que se torna uma característica da cultura burguesa o fato de que os mais chocantes – de fato, até mesmo francamente subversivos – livros, jogos, filmes, objetos de arte, ou mesmo estilos, podem ser rapidamente absorvidos (cooptados) pelo sistema."

essa fase já apresentava os seus sinais de esgotamento, o capitalismo entra no estágio denominado neoliberalismo. Neste, a estratégia capitalista é de cooptar os trabalhadores em troca de participações nos lucros, e através da associação da produtividade com o aumento salarial ou com a permanência no emprego. A intenção dessas medidas é gerar a idéia de que o crescimento da empresa também faria "crescer" o trabalhador⁹¹, e que esse último deveria fazer por merecer, se quisesse permanecer empregado. Dessa maneira, o trabalhador se sentiria como se fosse um dos donos da empresa, identificando-se com ela, e, portanto, o seu ímpeto reivindicatório seria sufocado.

Todas essas modificações, que ocorreram na forma como o capitalismo procura se impor perante a classe trabalhadora, bem como as modificações sofridas pela sociedade como um todo, desde a época de Marx, poderiam levar a crer que a análise marxiana das estruturas internas de dominação capitalistas, é, hoje, anacrônica. A luta de classes marxiana, sabidamente, se dava entre os grandes proprietários dos meios de produção e a classe dos proletários, e a classe média existente não chegava a ter expressão diante do embate entre capital e trabalho. Porém, atualmente, essa classe intermediária possui uma presença muito forte na sociedade, e a sua influência no campo intelectual, cultural e econômico não é nada desprezível.

Entretanto, não se deve esquecer que a existência de uma classe média, que, de certa forma, parece ter o papel de amortecer as tensões entre os mais ricos e os menos favorecidos, não elimina o fato de que existe uma classe de grandes proprietários, que concentram grande parte da riqueza mundial, e outra de trabalhadores empobrecidos ou que estão à margem do processo produtivo⁹². É interessante notar que os mecanismos utilizados pelo sistema capitalista, para dividir os trabalhadores, fazem que um pequeno empresário, por exemplo, se identifique mais com uma megacorporação do que com outros trabalhadores assalariados. Não vê, esse pequeno empresário, que ele também é explorado, embora talvez não tanto quanto o são os demais trabalhadores que vendem sua força de trabalho. Essa distorção na

⁹¹ "A imagem da empresa transformada em lugar de aperfeiçoamento pessoal para seus assalariados é [...] uma criação essencialmente ideológica. Obscurece a percepção das transformações reais, a saber: a empresa substitui o trabalho por máquinas, produz mais e melhor com uma fração decrescente dos efetivos antes empregados e oferece aos trabalhadores de elite que ela seleciona privilégios que têm por contrapartida o desemprego, a precariedade do emprego, a desqualificação e a insegurança da grande maioria" (Gorz, 2003, p. 71).

⁹² "As novas classes médias incluem grupos diversos como os burocratas industriais e governamentais, os vendedores, publicitários, negociantes, que são de fato, se não também na forma, empregados do grande capital, profissionais, professores, etc. No período do imperialismo, particularmente devido ao efeito expansionista do monopólio sobre o mecanismo de distribuição, tais grupos não só cresceram absolutamente como também proporcionalmente, em relação ao total da população. A importância numérica das classes médias, velha e nova, não deve, porém, levar-nos a colocar a importância de sua atuação no mesmo nível das classes capitalista e operária" (Sweezy, 1973, p. 344-345).

percepção dos verdadeiros desígnios do capitalismo, levados a contento pela classe dominante, é compreensível, se levarmos em conta a afirmação marxiana de que

[...] cada nova classe que toma o lugar da que dominava antes dela é obrigada, para alcançar os fins a que se propõe, a apresentar seus interesses como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade, isto é, para expressar isso mesmo em termos ideais: é obrigada a emprestar às suas idéias a forma de universalidade, a apresentá-las como sendo as únicas racionais, as únicas universalmente válidas (Marx e Engels, 1987, p. 74).

Embora as relações entre trabalho e capital tenham adquirido uma complexidade muito maior do que na época de Marx, o princípio básico de exploração não mudou. Ou seja, o capital continua a ter, na exploração do trabalho, o meio necessário para atingir os seus fins. Sendo assim, seja o trabalhador um assalariado, um prestador de serviços autônomo, um pequeno agricultor ou mesmo um pequeno empresário, ele está a serviço das intenções capitalistas de acumulação, mesmo que nos diversos casos ele possa ter rendimentos diferenciados. É que essa diferença de rendimentos é insignificante diante do tamanho da riqueza acumulada pelos grandes capitalistas.

Dessa forma, na atual fase do capitalismo, as classes antagônicas ainda existem, embora a classe explorada já não tenha mais a mesma homogeneidade de outros tempos. Sendo assim, uma vez que o trabalho continua realizando a tarefa, exigida pelo capital, de aumentar cada vez mais a riqueza produzida, para que uns poucos possam usufruir dela, em detrimento da grande maioria dos seres humanos, o trabalho alienado continua tão presente na sociedade atual quanto naquela analisada por Marx.

4.2 As novas configurações do trabalho

"O capitalismo não se caracteriza simplesmente pela alienação e reificação, mas também pela *maximização da tendência* à alienação, a tal ponto que é a existência mesma da humanidade que está agora em jogo."

István Mészáros (2006, p. 228)

Certamente, a sociedade como um todo está ficando cada vez mais complexa e vem sofrendo profundas modificações nas suas relações sociais, econômicas e políticas. O aumento dessa complexidade é reflexo de um grande avanço nas diversas áreas do conhecimento humano; do intercâmbio crescente entre as mais diversas formas de

manifestações culturais; das reivindicações de minorias que já não aceitam ficar permanentemente subjugadas ou ser sistematicamente discriminadas; das imensas facilidades de comunicação e deslocamento, etc. No curso do último século e, portanto, depois de Marx, tivemos o desenvolvimento de aviões e automóveis, a descoberta de princípios físicos que permitiram a transmissão de imagens para longas distâncias, a invenção do computador, dos satélites e tantas outras inovações tecnológicas. Mas tivemos também a entrada da mulher no mercado formal de trabalho, fato este que provocou uma nova visão sobre o papel da mulher, tanto na família, quanto na sociedade como um todo. Todas essas transformações tiveram reflexos profundos nas atividades da classe trabalhadora. Dessa forma, foram surgindo novas funções a serem exercidas pelos trabalhadores, ao passo que outras, já desnecessárias, foram sendo descartadas. E essas novas funções foram se diversificando, na mesma medida da complexidade dos novos tempos.

São de grande importância, nesse contexto, as profundas inovações tecnológicas, ocorridas no último século, que foram índice de um avanço sem precedentes, nas diversas áreas do conhecimento humano, proporcionando o aparecimento da informática e dos grandes progressos que houve nas comunicações e nos transportes. Essas transformações, no seu conjunto, permitiram que as pessoas pudessem simplificar muitas de suas tarefas, ganhando tempo para realizarem outras atividades; que pudessem se comunicar e receber informações, praticamente de forma ilimitada, tendo acesso imediato aos acontecimentos de qualquer parte do mundo; que pudessem se deslocar de uma parte do mundo a outra em apenas poucas horas. Permitiram, ainda, a aproximação de diversas formas de manifestações culturais, que são, muitas vezes, extremamente diferentes (o que poderia ser muito positivo, se a sociedade mundial estivesse baseada em princípios de tolerância). Mas, também, deram muito mais agilidade aos movimentos do capital, permitindo o surgimento de uma economia globalizada.

Essa nova fase do capitalismo, caracterizada pela crescente acumulação de riquezas, concentrada em grupos monopolistas⁹³, pela crescente terceirização de serviços, e pelo constante deslocamento do capital para locais onde possa reproduzir-se de forma mais rentável e segura, está provocando o surgimento de novas formas de trabalho, que precisam

⁹³ "Hoje, a unidade econômica típica na sociedade capitalista não é a firma pequena que fabrica uma fração desprezível de uma produção homogênea, para um mercado anônimo, mas a empresa em grande escala, à qual cabe uma parcela significativa da produção de uma indústria, ou mesmo de várias indústrias, capaz de controlar seus preços, o volume de sua produção e os tipos e volumes de seus investimentos. A unidade econômica típica, em outras palavras, tem os atributos que foram outrora considerados como exclusivos dos monopólios" (Baran e Sweezy, 1966, p. 15-16).

adequar-se, tanto às novas tecnologias, quanto às novas necessidades do capital⁹⁴. Assim, o trabalho humano passa a ser determinado por novas exigências econômicas, e mediado por instrumentos tecnológicos cada vez mais avançados. O aparecimento de áreas de trabalho, antes inexistentes, tem feito com que o trabalhador tenha que aperfeiçoar seus conhecimentos, se quiser manter-se empregado. Mas, ao mesmo tempo, a necessidade capitalista de aumentar ou manter os lucros existentes faz que os trabalhos tradicionais, ainda persistentes, sejam executados por trabalhadores cada vez menos qualificados e que se vêem forçados, muitas vezes, a um regime de semi-escravidão. Ainda, é preciso considerar que muitas das modificações, no âmbito do trabalho humano, se devem às diversas lutas emancipatórias promovidas por grupos oprimidos. Dessa forma, por exemplo, a entrada da mulher no mercado de trabalho e os movimentos negros alteraram a composição da classe trabalhadora, bem como ampliaram os contingentes de seres humanos que se juntaram na luta contra a opressão e as imposições do capital.

Assim, no atual estágio do capitalismo, convivem diversas formas e categorias de trabalho, mas, basicamente, se pode dizer estarem os trabalhadores divididos entre os que conhecem as novas tecnologias e fazem uso delas no seu trabalho, e aqueles que não possuem acesso a elas. No caso dos trabalhadores tradicionais, não há dificuldade em aproximá-los daqueles outros trabalhadores, que viviam na época em que Marx fez a sua análise do trabalho alienado. Mas, no caso dos trabalhadores que possuem os novos conhecimentos tecnológicos, e que exercem suas atividades nas mais diversas áreas da economia, essa aproximação não é tão direta. No entanto, isso não quer dizer que ela não possa ser feita.

Quando Marx criticou o regime de opressão e desumanização a que estavam submetidos os trabalhadores de seu tempo, ele o fez estudando as relações de trabalho que se davam num capitalismo eminentemente industrial. Toda a organização e todos os movimentos de expansão do regime capitalista de produção estavam baseados na indústria. Ela era a grande força motriz que permitia a acumulação capitalista e a concentração da riqueza nas mãos dos proprietários dos meios de produção. Portanto, era natural que o proletariado industrial fosse o centro, a partir do qual o filósofo alemão fez sua crítica do trabalho

⁹⁴ "O modo pelo qual o capitalismo se globaliza, articulando e rearticulando as mais diversas formas de organização técnica da produção, envolve ampla transformação na esfera do trabalho, no modo pelo qual o trabalho entra na organização social da vida do indivíduo, da família, do grupo, da classe e da coletividade, em todas as nações e continentes, ilhas e arquipélagos. Visto em perspectiva ampla, o desenvolvimento do capitalismo global tem transformado as condições sociais e técnicas das atividades econômicas, influenciando ou modificando as formas de organização do trabalho em todos os setores do sistema econômico mundial, compreendendo os subsistemas nacionais e regionais. Modificam-se bastante e radicalmente as técnicas produtivas, as formas de organização dos processos produtivos, as condições técnicas, jurídico-políticas e sociais de produção e reprodução das mercadorias, materiais e culturais, reais e imaginárias" (Ianni, 2001, p. 19).

alienado. Entretanto, ao se tentar verificar a atualidade dessa crítica, deve-se ter presentes todas as mudanças ocorridas, desde a sua elaboração, tanto na forma de reprodução do capital, quanto na maneira como o trabalho se apresenta. E as mudanças foram muitas e profundas.

Uma das conseqüências mais marcantes do avanço tecnológico, ocorrido no último século, é que grande parte das atividades presentes no setor industrial, antes exercidas por trabalhadores, hoje são executadas por máquinas. Dessa forma, muitos desses trabalhadores foram deslocados para outros setores da economia, passando a exercer o seu trabalho na área comercial ou na de prestação de serviços⁹⁵. O desenvolvimento acelerado da informática e das telecomunicações tem criado novas necessidades de trabalho, bem como propiciado novas formas de realizar antigas atividades. Porém, se, em decorrência desses avanços, o capitalismo globalizado requer, por um lado, trabalhadores altamente especializados, com alta capacidade de assimilação de novas técnicas e conhecimentos, por outro, a despeito desses mesmos avanços, requer trabalhadores com baixíssima especialização, com alta produtividade e que possam produzir riquezas a um custo cada vez mais baixo. Diante desse quadro, cumpre perguntar se, por causa dessas profundas mudanças ocorridas na sociedade, desapareceram as características, apontadas por Marx, as quais indicam que o trabalho, exercido sob o regime capitalista de produção, é alienado em relação ao trabalhador. Mas, também, se deve perguntar se as formas de trabalho, existentes no atual estágio do capitalismo, podem ser consideradas como representativas do trabalho alienado.

Deve-se considerar, pois, que as modificações, ocorridas no seio da sociedade, fizeram que surgissem novas necessidades de trabalho, e que os trabalhadores tivessem que se adequar a esse novo contexto. O trabalho, por causa disso, vem assumindo diversas configurações, que requerem trabalhadores com as mais diversas formações. A partir dessa nova situação, o conjunto dos trabalhadores passa a ser cada vez mais heterogêneo, o que tem por conseqüência a fragmentação dos mesmos em grupos distintos. Essa divisão dos trabalhadores, além de facilitar o domínio do capital sobre o trabalho, cria a falsa idéia de que certos trabalhos – os que requerem conhecimentos mais elevados, ou que são eminentemente intelectuais – poderiam estar livres da alienação⁹⁶, que é inerente ao sistema capitalista de

⁹⁵ Outros tantos passaram a engrossar o contingente de trabalhadores que trabalham em regime de subemprego, em empregos informais ou, simplesmente, enfrentam as agruras do desemprego.

⁹⁶ "Só há uma correção introduzida pela História no conceito marxista de alienação. Marx acreditava ser a classe operária a mais alienada; daí a emancipação da alienação ter de começar necessariamente pela libertação dessa classe. Marx não previu até que ponto a alienação chegaria a ser o destino da vasta maioria das pessoas, especialmente do segmento cada vez maior da população que manipula símbolos e homens, em vez de máquinas. Se possível, o empregado de escritório, o comerciante, o diretor de empresa, estão hoje em dia mais alienados ainda que o operário especializado. O funcionamento deste último ainda depende da expressão de certas qualidades pessoais, como habilidade, confiança de que é merecedor, etc., e ele não é obrigado a vender sua

produção. No entanto, se deve observar que todo o trabalho, que esteja integrado no sistema produtivo capitalista, ou contribui diretamente para realizar as finalidades acumulativas e concentradoras do mesmo, ou serve para dar suporte e propiciar as condições para que isso seja feito.

Por isso, todo o trabalho, executado sob os auspícios do capitalismo, é alienado⁹⁷, embora nem todo seja explorado. Um profissional autônomo, altamente especializado, e que tivesse uma atuação destacada no mercado de trabalho, poderia, ele mesmo, estabelecer o valor a ser pago pelo seu trabalho. Sendo assim, não se poderia dizer que ele pertence à classe dos trabalhadores que são explorados pelo capitalismo. Entretanto, como todos os outros trabalhadores, ele não trabalha para si mesmo, e o seu trabalho não visa o desenvolvimento das suas capacidades e potencialidades enquanto ser humano, mas, tão-somente, atender às necessidades capitalistas de produção.

Dessa forma, o trabalho vem se complexificando, à medida que acompanha as transformações sofridas pela sociedade. Isso quer dizer que as novas funções de trabalho são diferentes das que existiam na época de Marx. Entretanto, deve dizer-se que o trabalho alienado não está relacionado a uma função específica exercida pelo trabalhador, seja na indústria ou em qualquer outro ramo econômico, e, sim, com a forma como capital e trabalho operam entre si no âmbito do sistema capitalista de produção. Sendo assim, não é pelo fato de novas funções, que requerem muitas vezes uma alta especialização, serem executadas pelos trabalhadores, que as conseqüências do trabalho alienado deixam de existir. Portanto, embora a análise marxiana do trabalho alienado tenha sido feita com base no trabalho industrial de sua época, isso não significa que o trabalho alienado se restrinja a essa esfera da produção econômica de riquezas.

4.3 Conflito entre trabalho e capital

"En realidad, el trabajo implica para el capital un problema permanente que debe ser controlado y dominado."

César Altamira (2006, p. 57)

'personalidade', seu sorriso, suas opiniões, ao ser contratado; já os manipuladores de símbolos não são contratados apenas por sua perícia, mas também por todas as qualidades pessoais que os tornam 'acondicionamentos de personalidades atraentes', de fácil trato e manuseio. Eles são os verdadeiros 'homens' da organização – mais ainda que o trabalhador especializado – cujo ídolo é a empresa" (Fromm, 1962, p. 62).

⁹⁷ "O 'verdadeiro homem' – a 'verdadeira pessoa humana' – não existe realmente na sociedade capitalista, salvo em uma forma alienada e reificada na qual encontramos a ele como 'trabalho' e 'capital' (propriedade privada) opondo-se antagonicamente. Em conseqüência a 'afirmação' do 'homem' deve proceder mediante a *negação* das relações sociais de produção alienadas" (Mészáros, 2006, p. 106).

O capitalismo é um sistema de produção econômica, basicamente dependente da força de trabalho humana para que possa manter-se em funcionamento. Mas, nesse sistema, o trabalho não atua em parceria com o capital, sendo, ao invés disso, por ele dominado⁹⁸. Nos primórdios desse sistema, a relação antagônica entre capital e trabalho era muito clara, e o regime de exploração imposto aos trabalhadores era aberto⁹⁹, visando o aumento constante da produção de mercadorias, para atender um mercado em crescente expansão. A análise marxiana do trabalho alienado, presente nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, tinha por finalidade, justamente, mostrar os mecanismos internos de dominação do trabalho pelo capital e as conseqüências disso para os trabalhadores. Porém, essa análise foi feita em um período histórico em que o desenvolvimento industrial incipiente estava em franca expansão e a fábrica era o local onde, mais visivelmente, se manifestava essa contraposição entre trabalho e capital.

Nessa época, os trabalhadores não possuíam qualquer tipo de garantia ou benefício, e a venda de sua força de trabalho era o único meio de que dispunham para tentar sobreviver. Dessa forma, não lhes havia outra alternativa senão a de trabalhar sob as condições impostas pelos capitalistas. Entretanto, aos poucos, foram se conscientizando de que, sem o seu trabalho, a produção de riquezas não poderia continuar e, dessa forma, passaram a organizar-se em movimentos reivindicatórios, que, à custa de muito confronto com os proprietários dos meios de produção, propiciaram-lhes a conquista de alguns benefícios e garantias. Porém, com o crescimento desses movimentos, os capitalistas tiveram que tomar medidas para apaziguar os ânimos dos contingentes de trabalhadores descontentes com a sua situação. Assim, após a quebra da Bolsa de Valores em 1929, toma parte do cenário econômico capitalista o Estado do bem-estar social.

Nessa nova ordem da relação entre capital e trabalho, o Estado assumiu o papel de mediador dos conflitos desses dois pólos. Foram criadas leis de proteção ao trabalho e garantidos alguns benefícios aos trabalhadores, mas tudo isso – que proporcionou o surgimento de muitos governos populistas – nada mais era do que medidas para manter sob

⁹⁸ "Cuando los asalariados en su proceso de cuestionamiento al control y dominio del capital se movilizan y alcanzan algún grado de unidad – es decir, algún grado de composición de clase –, el capital responde mediante innovaciones tecnológicas, organizacionales y políticas diseñadas para descomponer estos movimientos, sea por cooptación sea por eliminación. Como el capitalismo es esencialmente un sistema de dominación de una clase por otra, el capital, en tanto depende del trabajo asalariado, no puede eliminar el sujeto antagónico [...]" (Altamira, 2006, p. 59).

⁹⁹ "Onde quer que tenha assumido o poder, a burguesia [...] fez da dignidade pessoal um simples valor de troca e em nome das numerosas liberdades conquistadas estabeleceu a implacável liberdade de comércio. Em suma, substituiu a exploração, encoberta pelas ilusões religiosas e políticas, pela exploração aberta, única, direta e brutal" (Marx e Engels, 1978, p. 96).

controle as tensões oriundas desses conflitos¹⁰⁰. Essas medidas, de fato, amenizaram as conseqüências daquela que talvez tenha sido a mais dramática crise do sistema capitalista de produção. Entretanto, esse sistema, como está fundado na contradição intransponível entre capital e trabalho, é, com freqüência, assolado por crises e, como tende a desenvolver cada vez mais suas forças de produção, essas crises tomam proporções cada vez maiores.

Assim foi que, no início da década de 1980, depois de vários movimentos sociais que se deflagraram entre as décadas 60 e 70, surgiu a fase conhecida como neoliberalismo, na qual o antagonismo entre capital e trabalho se manifestou de uma forma bem mais dura. Nessa fase, já não interessa mais ao capital conceder vantagens e benefícios aos trabalhadores, uma vez que grande parte dos trabalhos feitos por seres humanos foram substituídos pela produção mecanizada e, além disso, a longa fase de afagos terminou por esvaziar as organizações de trabalhadores mais engajadas nos movimentos de transformação do sistema capitalista de produção por um outro que não fosse baseado na exploração do trabalho. No entanto, à medida que o sistema capitalista se mostra mais opressor, também os seus mecanismos de mitigação dos descontentamentos se mostram mais presentes. Portanto, o capitalismo, na sua fase atual – que pode ser chamada de capitalismo tardio, capitalismo pós-industrial, capitalismo tecnológico ou até mesmo tecnocapitalismo –, se partiu para um enfrentamento mais direto contra o trabalho¹⁰¹, carrega consigo, ao mesmo tempo, o trunfo da queda do muro de Berlim e do término dos regimes "socialistas" do Leste europeu, e, além disso, está sempre amparado por um forte aparato propagandístico e ideológico, procurando neutralizar qualquer tentativa que vise questionar as suas bases estruturais. Entretanto, a despeito dessa tentativa de mascaramento, o fato é que

a articulação hierárquica e conflituosa do capital permanece como o princípio estruturador geral do sistema, não importando o seu tamanho, nem o gigantismo de suas unidades constituintes. Isto se deve à natureza íntima do processo de tomada de decisão do sistema. Dado o inconciliável antagonismo estrutural entre capital e

¹⁰⁰ "Como producto de las presiones obreras el salario de fábrica será complementado por el *salario social*, nacido de los pagos aportados por los diferentes planes sociales responsabilidad del Estado keynesiano: coberturas en salud, educación, pensiones, jubilaciones y asistencia social forman parte de ese paquete global. Este conjunto de medidas estatales contribuyó a soportar un nuevo régimen de acumulación como forma de prevenir y contener las luchas sociales e integrar al grueso de los trabajadores en el circuito de consumo del capital" (Altamira, 2006, p. 61).

¹⁰¹ "El *Estado benefactor* fue reemplazado por el *Estado-crisis*; las garantías keynesianas, desmanteladas a favor de la disciplina y las restricciones; y las políticas monetaristas, recreadas para bajar los salarios y generar desempleo. En este proceso, calificado en algunos ámbitos académicos como de transición del *fordismo* al *posfordismo*, habría de jugar un rol central la alta tecnología que, materializada en la modalidad de *comando cibernético*, promovió la desestructuración del movimiento obrero. En ese sentido las masivas inversiones en microelectrónica y biotecnología, abordadas las más de las veces como la punta de lanza de una revolución científico-técnica emancipatoria, deben ser vistas más bien como parte del ataque directo y de la ofensiva capitalista ante el poder del trabajo" (Id., Ibid., p. 62-63).

trabalho, este último é categoricamente excluído de toda tomada de decisão significativa. E é forçoso que seja assim, não apenas no nível mais abrangente, mas até mesmo em seu "microcosmo", em cada unidade produtiva. Pois o capital, como poder de decisão alienado, seria incapaz de funcionar sem tornar suas decisões absolutamente inquestionáveis (pela força de trabalho) nos locais de trabalho, nem (por complexos produtores rivais no próprio país) no nível intermediário, nem mesmo numa escala mais abrangente (pelo pessoal de comando encarregado das unidades internacionais competidoras). Esta é a razão por que o modo de tomada de decisão – em todas as variedades conhecidas e viáveis do sistema do capital – é sempre uma forma autoritária, de cima para baixo, de administrar as várias empresas. É compreensível, portanto, que toda a conversa sobre 'divisão de poder' com os trabalhadores, ou de 'participação' deles nos processos de decisão do capital pertence ao reino da pura ficção, ou de uma camuflagem cínica do real estado de coisas (Mészáros, 2003, p. 99-100).

Embora o sistema capitalista de produção tenha passado por diversas fases, ao longo do seu desenvolvimento, enquanto modo de produção de mercadorias, em todas elas a relação básica do capital com o trabalho não se alterou. O fato de que, em certos momentos da história, o capitalismo tenha feito concessões a algumas reivindicações de trabalhadores tem muito mais um caráter estratégico do que representativo de algum tipo de aproximação. As contradições internas desse sistema – como, por exemplo, a constatação de que o aumento da riqueza produzida não atenua a condição de pobreza de grandes parcelas da população mundial¹⁰², ou o fato de que esse sistema destrói a matéria-prima natural que lhe dá sustentação, ou, ainda, o fato de que a valorização do mundo das coisas desvaloriza o mundo dos seres humanos – fazem que ele seja acometido por crises¹⁰³ que, em alguns momentos, podem proporcionar algum tipo de avanço do espaço ocupado pelo trabalho diante do domínio do capital. Entretanto, esse avanço, se houver, somente terá lugar enquanto o capital estiver se recuperando de seus abalos. Uma vez que a crise tenha sido contornada, inicia-se uma nova investida contra o trabalho.

Essa relação permanentemente conflituosa tem a sua razão de ser pelo simples motivo de que, como o capitalismo é um sistema de produção concentrador, visando a acumulação constante de riquezas, e como os recursos naturais são escassos – não podendo, por isso, ser

¹⁰² "É a impessoalidade mesma da opressão econômica sob o capitalismo que não só permite os abusos excessivos como parece colocá-los acima da crítica moral. Poucas pessoas, educadas em sociedade, são completamente destituídas de sentimentos humanos; mas se o sofrimento de milhões de pessoas puder ser mostrado como resultado do movimento de forças imprevistas, então ninguém, nem mesmo o mais rico, precisa sentir-se responsável. Metade da população do mundo capitalista passa fome? Bem, em termos de comércio, agimos contra os produtores primários, eis tudo. São os países subdesenvolvidos constantemente obstados em seus esforços para elevar o padrão de vida, pela posição de controle conquistada pelas potências capitalistas? Bem, isso simplesmente prova que as condições econômicas para o 'arranco', quando a industrialização adquire impulso suficiente para ser automantenedora, são mais complicadas do que pensamos [...]" (Ash, 1965, p. 153).

¹⁰³ "Marx antecipa uma seqüência de crises cada vez piores, produzidas pelas contradições internas da acumulação – cada uma das crises removendo os obstáculos do momento, mas fazendo chegar mais rápido o dia em que o sistema não mais será capaz de administrar as tensões por ele próprio geradas" (Heilbroner, 1988, p. 105).

partilhados de forma equitativa para todos os seres humanos, visto, para que uns poucos tenham muito, ser preciso que muitos tenham pouco¹⁰⁴ –, os trabalhadores devem ser constantemente explorados, a fim de o seu trabalho reverter em benefício dos capitalistas e da classe dominante, e não do seu próprio.

Para que se possa compreender melhor o motivo da permanência dessa relação antagonica, ao longo de todas as fases do capitalismo, e da impossibilidade da superação desse antagonismo, no âmbito desse sistema de produção, talvez se possa fazer uma analogia com as diversas formas de guerra que existiram ao longo da história. As guerras sempre foram feitas com armamentos, que, com o decorrer do tempo, foram sendo aperfeiçoados, alcançando cada vez mais precisão e capacidade de destruição. Mas o que está por trás de todas as guerras, independentemente das armas utilizadas, é o ímpeto de dominação e de conquista. Assim, mudaram os meios utilizados, mas os objetivos são basicamente os mesmos. Da mesma forma, embora as "armas" do capital e do trabalho tenham se transformado, desde a época de Marx, os objetivos do capital de manter o trabalho sob o seu domínio permanecem inalterados.

Por isso, soam falsas as tentativas do capital de fazer passar-se por aliado do trabalho, bem como soam falsas as concessões temporárias dadas ao trabalho, para logo depois lhe serem tiradas, sob a alegação de onerarem demais os custos da produção. A exploração do trabalho, pelo capital, é a própria condição de existência do capitalismo e, por isso, no âmbito desse sistema, não há como ultrapassar o antagonismo desses dois pólos. Sendo assim, as várias tentativas de mascarar os reais objetivos do capital, embora consigam convencer, por algum período, uma grande parcela da classe trabalhadora, acabam fracassando. Mas isso não impede que o capital continue criando mecanismos que intencionam mostrar uma suposta proximidade sua com o trabalho – proximidade que sempre será contraditória, no âmbito do capitalismo.

Portanto, se a estrutura fundamental do sistema capitalista de produção permanece a mesma, embora tenha tomado diferentes direções ao longo da história, a análise marxiana do trabalho alienado permanece atual, ou seja, todos os desdobramentos do trabalho alienado estão presentes na sociedade capitalista hodierna. Até porque, se a estrutura fundamental de um sistema se modificar, já estaremos tratando de um outro sistema, o que, evidentemente, não é o caso.

¹⁰⁴ "A procura, por cada um, de sua própria vantagem individual só poderia, com efeito, conduzir a um *optimum* coletivo em um meio isento de escassez, onde os recursos permitissem um crescimento ilimitado da riqueza total, e onde, na ausência de qualquer austeridade e inércia do campo material, a vantagem de uns jamais seria obtida às custas das permanentes desvantagens de outros" (Gorz, 2003, p. 53).

4.4 Fim do trabalho?

"Enquanto o capital depende absolutamente do trabalho – dado que o capital nada é sem o trabalho, e de sua exploração permanente –, a dependência do trabalho em relação ao capital é *relativa, historicamente criada e historicamente superável.*"

István Mészáros (2003, p. 105)

Na atual fase do capitalismo, em que sistemas automatizados executam, cada vez mais, o trabalho antes feito por seres humanos, existe uma corrente de pensamento a qual afirma que o trabalho, da forma como se conhece tradicionalmente, está caminhando, a passos largos, para o seu fim. A causa disso é que o trabalho não seria mais um elemento central, tanto no desenvolvimento das capacidades humanas, quanto na produção de riquezas que atendam às necessidades do conjunto das pessoas. Além disso, o trabalho teria perdido o seu caráter de elemento articulador da sociabilidade humana.

Com vistas a reforçar essa linha de pensamento, alguns teóricos afirmam que o conceito de "trabalho" é uma invenção do pensamento moderno¹⁰⁵, e que, em momentos anteriores da história, essa atividade humana não tinha qualquer função no sentido de socializar o ser humano¹⁰⁶. Afirmam, ainda, que o trabalho está se tornando secundário na vida dos trabalhadores¹⁰⁷, os quais já não vêem nele um fator de motivação¹⁰⁸. Assim, diante disso, a sociedade baseada no trabalho¹⁰⁹ estaria chegando ao seu fim.

Essa tese, no entanto, tem sentido, se considerarmos que todo o trabalho, integrado ao sistema produtivo capitalista, é alienado em relação ao trabalhador. Dessa forma, ela se volta contra o trabalho alienado e não contra o trabalho enquanto categoria formativa do ser

¹⁰⁵ "O que chamamos 'trabalho' é uma invenção da modernidade. A forma sob a qual o conhecemos e praticamos, aquilo que é o cerne de nossa existência, individual e social, foi uma invenção, mais tarde generalizada, do industrialismo" (Gorz, 2003, p. 21).

¹⁰⁶ Segundo Méda (1995, p. 39), três são as características principais que definem o trabalho, no âmbito da sociedade grega antiga: "le travail, compris comme notion univoque englobant les différents métiers ou les différents 'producteurs', n'existe pas. Les activités qu'il recouvre sont méprisées. Enfin, le travail n'est en aucune manière au fondement du lien social."

¹⁰⁷ Para Offe (1989, p. 28): "Um [...] motivo que [...] poderia condicionar a secundarização moral e a irrelevância subjetiva da esfera do trabalho é a desagregação dos ambientes de vida, que são homogêneos com respeito às categorias de trabalho e profissão, e geram um contexto de vida secundariamente composto pelo trabalho, por tradições familiares, vinculações a organizações, lazer, consumo e instrução."

¹⁰⁸ "O trabalho foi deslocado de seu *status* de fato vital central e óbvio, não apenas em termos objetivos, mas também perdeu tal *status* na motivação dos trabalhadores – em consonância com tal desenvolvimento objetivo, mas em discrepância com os valores oficiais e os padrões de legitimação da sociedade" (Offe, 1989, p. 33).

¹⁰⁹ Há, ainda, que lembrarmos o pensamento habermasiano, uma vez que "Habermas propugna, em sua análise sobre a sociedade contemporânea, que a *centralidade do trabalho* foi substituída pela centralidade da *esfera comunicacional ou da intersubjetividade*" (Antunes, 1999, p. 146).

humano, mesmo que não se tenha dado conta disso. Na verdade, essa argumentação toma a parte pelo todo, uma vez que compreende as conseqüências do trabalho alienado como sendo inerentes ao trabalho em geral¹¹⁰, e confunde a *forma deturpada que o trabalho assume*, no sistema capitalista, com o *trabalho em si*, o que a leva, coerentemente, a afirmar o fim da centralidade do trabalho. Afirmar, por exemplo, que o trabalho, nas sociedades antigas, não tinha qualquer finalidade de socialização, simplesmente mostra a separação indevida que havia entre o trabalho manual e o intelectual, e, ainda, mostra que essa afirmação está tomando o ponto de vista da classe dominante da época. Portanto, não se dão conta, esses teóricos, que é forma alienada de trabalho que está em questão¹¹¹; que não é o trabalho propriamente que perdeu a sua condição de elemento agregador das relações sociais – tendo sido substituído, por exemplo, como em Habermas, pelo "agir comunicativo" ou pela intersubjetividade –, nem que faz com que as pessoas trabalhem com desinteresse e esperem, ansiosamente, o horário de irem para as suas casas, mas, sim, o trabalho alienado.

Com relação à substituição do trabalho humano por processos automatizados, não há dúvida de que a sociedade, em decorrência dos avanços tecnológicos, vem sofrendo profundas transformações, e o trabalho está assumindo, diante disso, novas configurações. Os movimentos do capital e a sua demanda, no sentido de aumentar a produção de mercadorias, com vistas a manter a constante acumulação de riquezas, fazem que o trabalho assuma diversas formas de manifestação. Além disso, muitos trabalhos estão, paulatinamente, deixando de existir ou perdendo sua antiga importância. Existem mesmo certas funções que, após o advento da informática, surgiram e tiveram, durante um curto período, extrema importância, mas que, depois, foram superadas e descartadas, justamente em decorrência de outros avanços tecnológicos. Os trabalhadores, mais notadamente aqueles que exercem atividades intelectuais, de alguma forma ligadas com os avanços científicos, se quiserem se

¹¹⁰ "Enquanto indagamos a relação entre o trabalho e a criação da realidade humano-social, não descobrimos no trabalho nada de econômico. O trabalho como agir objetivo do homem, no qual se *cria* a realidade humano-social, é o trabalho no sentido *filosófico*. Ao contrário, o trabalho em sentido econômico é o criador da *forma* específica, histórica e social da riqueza. Do ponto de vista da economia, o trabalho se manifesta como regulador e como estrutura ativa das relações sociais na produção. O trabalho como categoria econômica é a atividade produtiva social, que cria a forma específica da riqueza social.

O trabalho em geral é o pressuposto do trabalho em sentido econômico, mas não coincide com este. O trabalho que forma a riqueza da sociedade capitalista não é o trabalho em geral; é um *determinado* trabalho, o trabalho abstrato-concreto ou um trabalho dotado de dupla natureza, e apenas *nesta* forma pertence à economia" (Kosík, 1989, p. 191).

¹¹¹ "Outras espécies de atividade não são 'trabalho produtivo', e portanto, não são trabalho no sentido próprio. O trabalho significa, pois, que se nega ao indivíduo que trabalha o desenvolvimento livre e universal, sendo claro que, neste caso, a libertação do indivíduo é, ao mesmo tempo, a negação do trabalho" (Marcuse, 1988, p. 268-269). O "trabalho no sentido próprio" a que Marcuse se refere é o trabalho alienado, é o trabalho no sentido que lhe dá o capitalismo e que serve aos propósitos desse sistema. Dessa forma, compreende-se que, ao identificarem o trabalho enquanto tal com o trabalho alienado, muitos teóricos afirmem que, para o ser humano poder se emancipar, é preciso negar o trabalho.

manter no mercado de trabalho, devem estar constantemente se aperfeiçoando, adquirindo novos conhecimentos e se familiarizando com as novas técnicas. Porém, o conhecimento adquirido pode ter, em diversos casos, uma vida muito curta, uma vez que, no mesmo momento em que o trabalhador conseguiu um certo domínio de determinada técnica, já está surgindo outra mais avançada, a qual, muitas vezes, requer conhecimentos que não apresentam linearidade em relação à técnica superada. Essa situação gera uma tensão permanente no trabalhador e, ao mesmo tempo, desloca a importância que ele tem no processo produtivo para a técnica. Ou seja, o trabalhador somente interessa ao sistema capitalista de produção, na medida em que domina as técnicas que lhe permitem produzir de acordo com os ditames desse sistema, ou enquanto não for inventada uma máquina que execute o seu trabalho. Mas isso não significa que o trabalho tenha perdido a sua importância ou que esteja destinado a terminar e, sim, que o capital se utiliza de meios cada vez mais incisivos para manter o trabalho cada vez mais subjugado ao seu domínio.

A transformação da humanidade trabalhadora em uma 'força de trabalho', em 'fator de produção', como instrumento do capital, é um processo incessante e interminável. A condição é repugnante para as vítimas, seja qual for o seu salário, porque viola as condições humanas de trabalho; e uma vez que os trabalhadores não são destruídos como seres humanos, mas simplesmente utilizados de modos inumanos, suas faculdades críticas, inteligentes e conceptuais permanecem sempre, em algum grau, uma ameaça ao capital, por mais enfraquecidas ou diminuídas que sejam. Além do mais, o modo capitalista de produção está continuamente se expandindo a novas áreas de trabalho, inclusive àquelas recentemente criadas pelo avanço tecnológico e o emprego do capital a novas indústrias. Está, ainda, sendo continuamente requintado e aperfeiçoado, de modo que sua pressão sobre os trabalhadores é incessante" (Braverman, 1987, p. 124).

Com o enfraquecimento das organizações de trabalhadores, que visavam o enfrentamento dos instrumentos de opressão capitalistas, o capital aumenta o seu poder de manter o trabalho em uma posição defensiva e submissa. Além disso, embora o capital dependa do trabalho humano para poder reproduzir-se, ele dispõe, cada vez mais, de meios para manter o trabalho em posição inferior. As novas tecnologias, que deveriam ser utilizadas para colaborar na realização de muitas das tarefas executadas pelos trabalhadores, atuando em parceria com eles, apresentam-se, no sistema capitalista de produção, como concorrentes desses trabalhadores. Essa utilização dos avanços tecnológicos faz parte das estratégias do capital para manter os trabalhadores sob controle, uma vez que, como eles precisam vender a sua força de trabalho, para poderem sobreviver, a ameaça de serem substituídos diretamente por máquinas, ou por processos automatizados, faz com que se sintam permanentemente pressionados, e, muitas vezes, que deixem de perceber a sua real importância dentro do

processo produtivo. Mas, também, o próprio trabalho humano passa a ser relegado a um segundo plano, pois a possibilidade de substituí-lo, quase inteiramente, por máquinas ou processos automatizados, permite a muitos teóricos afirmar que ele possui uma função secundária dentro da atual fase do capitalismo.

Entretanto, essa possibilidade não significa que o trabalho perdeu a sua importância enquanto tal, mas, sim, que é muito interessante ao capital enfraquecer, o mais possível, o seu antagonista, pois isso permitirá que a permanente produção e acumulação de riquezas possa continuar, sem ser importunada por movimentos contrários de trabalhadores conscientes do quanto o seu trabalho é indispensável para a própria existência do sistema produtivo. É que quanto mais fraco é o trabalho, mais forte é o capital. Dessa forma, o capital se utilizará dos meios que estão ao seu alcance para minar a posição central ocupada pelo trabalho dentro do atual sistema de produção. Essa tentativa de deslocar a posição privilegiada do trabalho reflete a pouca importância que o ser humano tem no âmbito do capitalismo. Nesse sistema de produção, não faz muita diferença se quem vai produzir um bem é um ser humano ou uma máquina: o importante é que esse bem seja produzido. Se, por causa dos avanços tecnológicos, milhares ou milhões de pessoas deixarem de ter emprego, ou passarem a engrossar o contingente de subempregados, isso não será motivo de preocupação para os grandes capitalistas, a não ser pelo perigo que essas pessoas possam representar, caso se conscientizem do real motivo da sua situação.

O capital, que tem tão 'boas razões' para negar os sofrimentos da geração de trabalhadores que o circundam, não se deixa influenciar, em sua ação prática, pela perspectiva de degenerescência futura da humanidade e do irresistível despovoamento final. Tudo isto não o impressiona mais do que a possibilidade de a Terra chocar-se com o Sol. Todo mundo que especula em bolsa sabe que haverá um dia de desastre, mas todo mundo espera que a tempestade recaia sobre a cabeça do próximo, depois de ter colhido sua chuva de ouro e de ter colocado seu patrimônio em segurança. *Après moi le déluge!* é a divisa de todo o capitalista e de toda nação capitalista. O capital não tem, por isso, a menor consideração com a saúde e com a vida do trabalhador, a não ser quando a sociedade o compele a respeitá-las" (Marx, 2004b, p. 311-312).

Entretanto, a percepção dessa investida do capital contra o trabalho, e das conseqüências dessa postura, como um deslocamento da centralidade deste último, só é possível ao assumir-se o ponto de vista do capital. É que, sob essa ótica, o trabalho é somente um meio de aumentar a produção de riquezas. A compreensão do trabalho como agente do

desenvolvimento das capacidades e potencialidades humanas¹¹², e como forma de humanização da natureza, não interessa aos desígnios acumulativos do capital, já que, se o ser humano e o trabalho estiverem em primeiro plano, o capital terá sua supremacia ameaçada. Assim, como o capital utiliza-se de vários instrumentos, sejam eles propagandísticos, (des)educativos, (des)informativos ou mesmo militares¹¹³, para consolidar a sua hegemonia como sistema de produção, ele termina por ser visto como algo pressuposto, inquestionável, como o único pano de fundo sob o qual a sociedade poderá prosseguir a sua história. Nesse contexto alguns teóricos postulam a inevitabilidade do fim do trabalho. Esta leitura é perfeitamente possível, já que está amparada pelos irrefreáveis avanços tecnológicos que substituem o trabalho humano por máquinas¹¹⁴, porém, pressupõe que o capital é senhor do trabalho e não o contrário.

Como a imensa maioria da população mundial é composta por trabalhadores, que não são proprietários dos meios de produção, o capital, ao investir contra o trabalho, o está fazendo também, e principalmente, contra os seres humanos que trabalham. Dessa forma, como por trás de cada trabalhador está um ser humano, afirmar o fim da centralidade do trabalho e premonizar que ele é dispensável, é o mesmo que dizer que o capitalismo vai chegar a um ponto em que os seres humanos serão dispensáveis para o alcance dos objetivos desse sistema de produção. Portanto, se a lógica de funcionamento desse sistema não prioriza os seres humanos, com suas necessidades, desejos e sentimentos, cabe a estes, a partir da consciência desse fato, procurar uma alternativa que atenda aos seus anseios.

¹¹² "Por meio do trabalho, da contínua realização de necessidades, da busca da produção e reprodução da vida societal, a consciência do ser social deixa de ser epifenômeno, como a consciência animal que, *no limite*, permanece no universo da reprodução biológica. A consciência humana deixa, então, de ser uma mera adaptação ao meio ambiente e configura-se como uma *atividade autogovernada*. E, ao fazer isso, deixa de ser um mero epifenômeno da reprodução biológica" (Antunes, 1999, p. 138).

¹¹³ Na utilização da força militar, como instrumento de imposição da dominação capitalista, o Estado tem um papel primordial, conforme a afirmação de Heilbroner (1988, p. 93): "[...] a relação normal do capital com o poder do Estado é pragmática, admitindo de bom grado o emprego de intervenções militares, burocráticas, legislativas, ou outras intervenções estatais, quando elas favorecem a acumulação, e resistindo a elas, quando não o fazem."

¹¹⁴ Forrester (1997, p. 25), referindo-se à situação do trabalho, no atual estágio do capitalismo, nos dá o seguinte diagnóstico: "Quanto ao modelo inédito que se instala sob o signo da cibernética, da automação, das tecnologias revolucionárias, e que agora exerce o poder, este parece ter-se desviado, isolado em zonas estanques, quase esotéricas. Não está mais em sintonia conosco. E, bem-entendido, sem vínculo verdadeiro com o 'mundo do trabalho', que ele não usa mais e que considera, quando consegue entrevê-lo, um parasita irritante marcado pelas suas paixões, suas confusões, seus desastres incômodos, sua irracional obstinação em pretender existir. Sua pouca utilidade."

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"O contraste gritante entre os enormes custos humanos e materiais do imperialismo e seus resultados só pode desacreditar os porta-vozes corruptos do imperialismo e destruir suas fábulas hipócritas e fraudulentas, limitando a circulação de uns e de outras aos estratos mais inferiores da política e da 'cultura' imperialistas."

Paul A. Baran (1964, p. 182)

Muitas são as teorias que tentam explicar os movimentos e percalços da nossa sociedade. Também muitas são as tentativas de construir sistemas teóricos que apresentem alternativas para a atual forma como a sociedade está organizada. Todavia, o sistema capitalista segue firme o seu caminho, embora já esteja cheio de remendos e marcado por cicatrizes que fazem parte de um capítulo sombrio da história da humanidade. As diversas crises, intervenções, mudanças e transformações, pelas quais o capitalismo tem passado, não alteraram em nada a sua lógica de funcionamento, os seus pressupostos e as suas finalidades. As inovações científicas e tecnológicas, que deveriam estar a serviço da solução dos grandes problemas que afetam a humanidade, embora transversalmente sejam utilizadas nesse sentido, seguem as imposições ditadas pela lógica do capital, servindo como instrumentos de justificação e aceleração dos movimentos dele.

Assim, o capitalismo tem seguido seu rumo, independentemente de seus efeitos negativos, tanto para a vida das pessoas, quanto para a sorte da própria natureza. Mas não se pense que os efeitos indesejáveis desse sistema de produção de riquezas são apenas o preço que se deve pagar pelo desenvolvimento econômico e científico da humanidade. Ao contrário, esses efeitos indesejáveis são a consequência lógica dos movimentos do capital em direção à sua finalidade última, que é o aumento constante e a concentração cada vez maior das riquezas produzidas. Na busca dessa finalidade, ser humano e natureza são apenas meios, e o trabalho humano é apenas um recurso que deve ser utilizado, enquanto não puder ser substituído por algum processo automatizado. Foi com a intenção de nos permitir enxergar isso que Marx direcionou todo o seu esforço intelectual para a investigação da estrutura interna de funcionamento do sistema capitalista.

Mas, para fazer a sua crítica, o filósofo alemão partiu de uma compreensão do ser humano como sendo o resultado de um processo histórico-dialético, e, nesse processo, o trabalho aparece como o elemento mediador que permite o desenvolvimento das capacidades

humanas. Dessa forma, o ser humano, ao trabalhar, transforma a natureza, dando-lhe feições humanas, mas, ao mesmo tempo, humaniza-se, desenvolvendo suas potencialidades. Assim, o trabalho aparece como uma categoria fundamental para que se possa compreender o sistema teórico marxiano. Conseqüentemente, a forma alienada como o trabalho se apresenta, no âmbito do sistema capitalista de produção, é um dos eixos da crítica de Marx a esse sistema.

Se o trabalho, segundo a concepção marxiana, é o meio que permite ao ser humano o desenvolvimento de suas capacidades humanas, o trabalho alienado, ao contrário, se coloca como um obstáculo a esse desenvolvimento. Conforme a crítica marxiana, contida nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, o trabalho alienado tem como conseqüência, para o trabalhador, o fato de que ele não se reconhece no produto do seu trabalho e, portanto, não o vê como criação sua; de que ele está alienado em relação ao ato de produção, uma vez que a sua participação no processo produtivo é equivalente à mesma que uma peça teria no funcionamento de uma máquina; de que está alienado em relação à sua espécie, ao seu ser genérico, uma vez que não desenvolve suas características sociais, já que trabalha, tão-somente, para satisfazer suas necessidades vitais; e de que está alienado em relação aos demais seres humanos, pois não vê humanidade neles, já que também não a vê em si mesmo.

Além disso, é pelo trabalho alienado que surge a propriedade privada capitalista, uma vez que, se a riqueza produzida pelo trabalhador não pertence a ele, passa a pertencer, evidentemente, a uma outra pessoa, ou seja, ao capitalista, proprietário dos meios de produção. Dessa forma, a propriedade privada é uma conseqüência do trabalho alienado, porém é, ao mesmo tempo, a expressão material dele, tendo com ele uma relação dialética de interdependência.

A divisão do trabalho, além da propriedade privada, é outro dos sustentáculos do sistema capitalista. Através dela, o trabalhador fica impedido de ter uma compreensão abrangente do resultado final do seu trabalho, executando, apenas, tarefas repetitivas, que não proporcionam o desenvolvimento das suas potencialidades. Nesse sentido, a divisão do trabalho implica a desumanização do trabalhador que, no seu trabalho, tem função equivalente à que teria um componente mecânico em um sistema de engrenagens. Assim, trabalho alienado e divisão do trabalho se implicam reciprocamente e são parte indispensável da máquina de dominação capitalista.

O trabalhador, no sistema capitalista, é equiparado a uma mercadoria como outra qualquer, que pode ser vendida, comprada, ou descartada, quando não puder mais cumprir as finalidades a que se destina. Dessa maneira, toda a riqueza produzida pelo trabalhador, ao invés de contribuir para amenizar a sua pobreza, a aumenta. Assim, quanto mais o ser humano

trabalhar, maior será a sua desumanização e menor a sua possibilidade de desenvolver plenamente as suas capacidades. Porém, todas essas conseqüências negativas, que a classe trabalhadora sofre, ao trabalhar, não são decorrentes do trabalho enquanto tal, mas, sim, da forma específica que o trabalho apresenta no âmbito do capitalismo, qual seja, a de ser alienado em relação ao trabalhador. Portanto, somente a superação do trabalho alienado é que pode permitir ao conjunto dos seres humanos o desenvolvimento das suas capacidades, e o resgate do trabalho como instrumento de mediação da relação dialética entre ser humano e natureza.

Segundo Marx, a tarefa de transformar a estrutura social, superando o trabalho alienado e, conseqüentemente, o modo de produção capitalista, caberia à classe trabalhadora, uma vez que é essa classe que sofre a opressão imposta pelos proprietários dos meios de produção, com vistas ao aumento constante da produção de riquezas. Assim, através da conscientização da classe trabalhadora, de que o seu trabalho é que sustenta o funcionamento da máquina capitalista, e de que é pelo seu trabalho que o capitalista enriquece, na mesma medida em que o trabalhador é explorado podem surgir as condições as quais permitirão a substituição de um sistema que tem por fim o aumento da produção de riquezas e a sua concentração, por um outro tendo por escopo o desenvolvimento pleno das capacidades humanas.

Conforme o pensamento marxiano, a superação do trabalho alienado é possível através da abolição da propriedade privada dos meios de produção. Com isso, se daria o advento da sociedade comunista, onde o trabalho seria o instrumento de mediação do desenvolvimento humano, diferentemente do que ocorre no capitalismo, onde o trabalho, que existe na forma alienada, impede esse desenvolvimento. O comunismo, portanto, tem no ser humano o seu pressuposto e, dessa forma, o trabalho humano deixa de ser, simplesmente, um meio para a produção de riquezas, as quais, no âmbito do capitalismo, serão apropriadas por uns poucos capitalistas, em detrimento da imensa maioria de trabalhadores. Além disso, o ser humano se reconhece como ser social e a sua vida em sociedade passa a ser uma extensão da sua individualidade, ou seja, indivíduo e sociedade deixam de ser termos contraditórios e passam a expressar, juntos, a humanidade dos seres humanos.

Entretanto, embora a contribuição de Marx tenha sido inestimável, no sentido de proporcionar uma compreensão das estruturas internas de funcionamento do sistema capitalista de produção, e embora a sociedade mundial tenha passado por diversas transformações, desde a época do filósofo alemão, o capitalismo continua sendo, primordialmente, o sistema que governa a produção mundial de riquezas. A incipiente forma

industrial de produção, que serviu de base para a crítica marxiana das estruturas de dominação capitalistas, já foi, atualmente, em muito, superada pelos avanços científicos e tecnológicos ocorridos desde então. Entretanto, a lógica que orienta o funcionamento do capitalismo continua a mesma.

A luta de classes, que existia ao tempo da crítica marxiana, ainda continua existindo, embora já não mais com a mesma nitidez. A distinção clara entre a classe trabalhadora, ou oprimida, e a classe capitalista, ou opressora, foi substituída por relações sociais complexas, que dificultam o simples enquadramento das pessoas em uma classe ou em outra. A classe média crescente possui interesses que podem não coincidir com os da classe trabalhadora, nem com os dos grandes proprietários dos meios de produção. Entretanto, embora os integrantes da classe média estejam mais bem posicionados economicamente que os da classe trabalhadora, a diferença de renda entre eles, em termos gerais, é de pouco significado, diante do montante acumulado nas mãos dos grandes capitalistas. Assim, continua existindo uma oposição na sociedade, ainda que muitas vezes velada, entre os grandes proprietários de riquezas e os trabalhadores e pequenos empresários.

O trabalho, diante dos avanços científicos e tecnológicos, também sofreu muitas modificações e, por isso, apresenta, atualmente, novas configurações, que não existiam na época em que foi feita a crítica marxiana do trabalho alienado. A mecanização de muitas atividades, antes executadas por seres humanos, deslocou um enorme contingente de trabalhadores para outras áreas, ou simplesmente os relegou ao desemprego. A importância crescente do conhecimento, para a execução de diversos trabalhos faz com que os trabalhadores tenham que estar em processo constante de atualização. Porém, o avanço tecnológico, via de regra, é mais rápido que a capacidade de assimilação dos trabalhadores, o que pode causar sentimentos de incerteza e insegurança. Entretanto, as novas formas de trabalho continuam exercendo a mesma função de propiciarem o aumento constante da produção de riquezas, e os trabalhadores continuam sendo o meio para que isso seja conseguido. Portanto, o trabalho alienado está tão presente em nossa sociedade quanto estava na de Marx.

O antagonismo entre capital e trabalho não somente continua a existir; tem-se acirrado ao longo do tempo. Se, antes, a oposição era aberta, e o capital se utilizava do trabalho, declaradamente, para atingir os seus fins, hoje, essa oposição é, dentro do possível, velada e, embora o capital se diga aliado do trabalho, tem tomado medidas consistentes para minimizar, cada vez mais, a necessidade do trabalho humano no cenário da produção econômica. Isso

quer dizer que, antes, se a intenção do capital era, tão-somente, oprimir e dominar o trabalho, hoje a intenção daquele é chegar o mais próximo possível da eliminação deste.

Diante dessa situação, muitos teóricos defendem a tese de que o trabalho está perdendo a sua posição de principal categoria de mediação das relações sociais e de elemento central na articulação das diversas formas de necessidades humanas. Entendem eles que, com os avanços tecnológicos, e com a conseqüente perda de demanda do trabalho humano, os seres humanos deslocam seus interesses para outras atividades, que permitem uma maior satisfação pessoal. Além disso, o trabalho estaria comprometido com uma estrutura de dominação que impede o desenvolvimento da sociabilidade humana. No entanto, essa forma de conceber o trabalho e a sua função na sociedade seria consistente, se o único modo possível de existência do trabalho fosse como trabalho alienado. Em realidade, é a forma alienada de trabalho que está sendo posta em questão e não o trabalho enquanto tal. Dessa forma, ao se afirmar a tese do fim da centralidade do trabalho, se está assumindo o ponto de vista do capital e não o do trabalho.

Essa característica desumanizante, que o trabalho assume em nossa sociedade, é exatamente a mesma que foi denunciada pela crítica de Marx ao sistema capitalista de produção. Embora a sociedade tenha passado por profundas transformações, desde que essa crítica foi feita, o trabalho continua sendo utilizado pelo capital como um instrumento de dominação e de despersonalização do ser humano, porém de maneira cada vez mais astuciosa.

Assim, é totalmente atual a crítica do trabalho alienado realizada por Marx, e, se a forma como se tentou implementar as idéias revolucionárias desse filósofo foi equivocada, isso não invalida a sua análise da estrutura interna de funcionamento do capitalismo, nem, tampouco, elimina os imperativos de mudança do atual sistema de produção, vigente na nossa sociedade, para um outro que tenha por fim o desenvolvimento do ser humano.

Não é porque grandes pensadores se deixaram enganar, com relação à experiência histórica do "socialismo real" – enxergando em um regime de acelerada recuperação econômica, de pouca liberdade de expressão e de muita opressão à classe trabalhadora, a verdadeira expressão de uma sociedade socialista, que tivesse o ser humano por pressuposto – que nós temos de fazer o mesmo. Houve, na verdade, um duplo engano, por parte de muitos intelectuais marxistas. O primeiro dos enganos foi confundir o "socialismo real" com o *socialismo* que tem como princípio, e como fim, o ser humano. Essa confusão acarretou uma decepção generalizada com relação ao *socialismo*. O segundo engano é uma decorrência do primeiro, uma vez que, com essa decepção, muitos intelectuais passaram a entender que o capitalismo é um sistema de produção, ainda que caracterizado por grandes problemas

estruturais, melhor que o *socialismo*, e, pior, o único viável. Ao contrário desses pensadores, temos a obrigação, já que temos um pouco de distanciamento histórico, de tentar ver as coisas além da aparência que elas insistem em apresentar.

Apesar da forma como o capitalismo percebe o trabalho, este continua sendo o meio que permite o alcance do desenvolvimento pleno das potencialidades humanas. Essa constatação apenas reforça a necessidade de transformação do atual sistema de produção econômica para um outro que valorize, antes do mais, o ser humano.

A sensação de desconforto, e mesmo de profundo descontentamento, que muitas pessoas sentem ao trabalhar diariamente, no contexto capitalista, não é gratuita. E não é raro que as pessoas sintam que algo está errado, que as suas vidas deveriam ser diferentes ou que não sintam a menor satisfação com o resultado do seu trabalho¹¹⁵. Assim, embora não saibam explicar o problema, nem consigam encontrar a sua origem, sabem que ele existe.

A atual sociedade está ficando cada vez mais complexa, e uma das causas disso é que o desenvolvimento científico intenso vem propiciando a ocorrência de profundas transformações nas relações sociais existentes. Dessa forma, a sociedade capitalista é uma sociedade em constante transformação, porém o seu pressuposto básico continua sendo o mesmo. Por isso, por mais que se tente implementar medidas reformistas, ou que se tente amenizar o sofrimento de grandes parcelas da população mundial, nunca se chegará a uma solução para os grandes problemas mundiais. Enquanto a humanidade estiver sob o jugo de um sistema de produção econômica, cuja finalidade é o aumento constante da produção de riquezas, e a sua acumulação, e enquanto o ser humano for encarado simplesmente como um meio para a consecução dessa finalidade, não haverá como o trabalhador, no âmbito do seu trabalho, sentir que está realizando, em plenitude, as suas potencialidades, e muito menos, de fato, conseguir realizá-las.

¹¹⁵ "[...] o trabalho de muitas pessoas – e não somente daquelas que estão sujeitas à monotonia da linha de montagem – tornou-se altamente despersonalizado. A satisfação que a maioria de nós encontra no trabalho não é inerente às atividades ocupacionais que temos de executar; encontra-se principalmente no envelope de pagamento, que nos é entregue como o equivalente a um número de horas. O trabalho, por conseqüência, não é feito por amor ao trabalho, mas com um fim extrínseco. O trabalho dessa espécie requer uma sociedade na qual o Homem aprendeu a diferenciar entre meios e fins, a se valer de meios que não têm relação íntima com a sua vida e os seus objetivos, e que ele escolheu porque calculou as vantagens que poderão trazer" (Pappenheim, 1967, p. 49-50).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 – Obras de Marx

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. **Crítica ao Programa de Gotha**. In: MARX, Karl; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. Porto Alegre: L&PM, 2001.

_____. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução**. In: Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1964.

_____. **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Ícone, 2004a.

_____. **O Capital, Vol. 1/1**. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b.

MARX, Karl; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã (I – Feuerbach)**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

_____. **A Sagrada Família**. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. In: LASKI, Harold J. O Manifesto Comunista de Marx e Engels. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

2 – Outras referências

ALTAMIRA, César. **Los Marxismos del Nuevo Siglo**. Buenos Aires: Biblos, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **O Caracol e sua Concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ASH, William. **Marxismo e Moral**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

ASTRADA, Carlos. **Trabalho e Alienação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

ATTALI, Jacques. **Karl Marx ou l'esprit du monde**. Paris: Fayard, 2005.

BAAS, Emile. **Introducción crítica al marxismo**. 3. ed. Barcelona: Nova Terra, 1970.

BARAN, Paul A. **A Economia Política do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

- BARAN, Paul A.; SWEEZY, Paul M. **Capitalismo Monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- BAUDRILLARD, Jean. **La société de consommation**. Saint-Amand/France: Denoël, 1970.
- BORNHEIM, Gerd A. **Dialética**: teoria, práxis; Ensaio para uma crítica da fundamentação ontológica da Dialética. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1983.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista**: A Degradação do Trabalho no Século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- CALVEZ, Jean-Yves. **O Pensamento de Karl Marx**. Porto: Tavares Martins, 1975.
- DAHRENDORF, Ralf. **As Classes e seus Conflitos na Sociedade Industrial**. Brasília: UnB, 1982.
- D'HONDT, Jacques. **Hegel**. Lisboa: Edições 70, 1999.
- DOBB, Maurice. **A Evolução do Capitalismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- EAGLETON, Terry. **Marx e a Liberdade**. São Paulo: Unesp, 1999.
- ELSTER, Jon. **Marx Hoje**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- ENGELS, Friedrich. **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**. 3. ed. Lisboa: Avante, 1975.
- FETSCHER, Iring. **Karl Marx e os Marxismos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- FLICKINGER, Hans-Georg. **Marx**: nas pistas da desmistificação filosófica do capitalismo. Porto Alegre: L&PM, 1985.
- _____. **Marx e Hegel**: o porão de uma filosofia social. Porto Alegre: L&PM & CNPQ, 1986.
- FORRESTER, Viviane. **O Horror Econômico**. São Paulo: Unesp, 1997.
- FROMM, Erich. **Conceito Marxista do Homem**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
- _____. **Psicanálise da Sociedade Contemporânea**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- _____. **Ter ou Ser?** 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- FUKUYAMA, Francis. **O Fim da História e o Último Homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GARAUDY, Roger. **Karl Marx**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- _____. **Perspectivas do Homem**: existencialismo, pensamento católico, marxismo. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

- GIANNOTTI, José A. **Origens da Dialética do Trabalho**: Estudo sobre a lógica do jovem Marx. Porto Alegre: L&PM, 1985.
- GONZALEZ, Horácio. **Karl Marx**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- GORZ, André. **Estratégia Operária e Neocapitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- _____. **Metamorfoses do Trabalho**: crítica da razão econômica. São Paulo: Annablume, 2003.
- GOULDNER, Alvin W. **Los dos marxismos**: Contradicciones y anomalías en el desarrollo de la teoría. Madrid: Alianza, 1983.
- HEGEL, G.W.F. **Fenomenologia do Espírito**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- HEILBRONER, Robert. **A Natureza e a Lógica do Capitalismo**. São Paulo: Ática, 1988.
- HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. 16. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- IANNI, Octávio. **A Era do Globalismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. **Imperialismo e Cultura**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.
- JARCZYK, Gwendoline. **O conceito do trabalho e o trabalho do conceito em Hegel**. In: Filosofia Política 1. Porto Alegre: L&PM, 1984.
- KOLAKOWSKI, Leszek. **Las principales corrientes del Marxismo I. Los fundadores**. 2. ed. Madrid: Alianza Universidad, 1985.
- KOSÍK, Karel. **Dialética do Concreto**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- KURZ, Robert. **O Colapso da Modernização**: Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. **O Marxismo**. 3. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963.
- LÖWITH, Karl. **De Hegel à Nietzsche**. Saint-Amand/France: Gallimard, 1969.
- LUKÁCS, György. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.
- _____. **Ontología del ser social: El trabajo**. Buenos Aires: Herramienta, 2004.
- MARCUSE, Herbert. **Razão e Revolução**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- MÁRKUS, György. **A Teoria do Conhecimento no Jovem Marx**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- MÉDA, Dominique. **Le Travail**: Une valeur en voie de disparition. Paris: Flammarion, 1995.

MÉSZÁROS, István. **A Teoria da Alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **O Século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2003.

OFFE, Claus. **Trabalho e Sociedade: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da "sociedade do trabalho"**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

OHLWEILER, Otto A. **O Capitalismo Contemporâneo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

PAJITNOV, L. N. **A Crítica do Idealismo Especulativo de Hegel nos "Manuscritos Econômico-Filosóficos" de 1844**. In: Vilhena, V. de M. (Org.). **Marx e Hegel (Marx e o "caso" Hegel)**. Lisboa: Livros Horizonte, 1985.

PAPPENHEIM, Fritz. **A Alienação do Homem Moderno: uma interpretação baseada em Marx e Tönnies**. São Paulo: Brasiliense, 1967.

PINTO, Álvaro V. **Ciência e Existência: problemas filosóficos da pesquisa científica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

PLUM, Werner. **Discussões sobre a Pobreza das Massas nos Princípios da Industrialização**. Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung, 1979.

POPPER, Karl R. **A Sociedade Aberta e seus Inimigos**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1987, vII.

RANIERI, Jesus. **A Câmara Escura: alienação e estranhamento em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. **Apresentação**. In: Marx, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983, vII.

SWEEZY, Paul M. **Teoria do Desenvolvimento Capitalista**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

VÁZQUEZ, Adolfo S. **As Idéias Estéticas de Marx**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

_____. **Filosofia da Praxis**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.